

Quilombo de Queimada Grande

Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação Territorial

Isaías Coelho-PI

01 DE JUNHO DE 2020

LESLYE BOMBONATTO URSINI

Antropóloga



Como citar este trabalho:

URSINI, Leslye Bombonato. 2020. Quilombo de Queimada Grande: Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação Territorial. INTERPI/Banco Mundial. Teresina, PI.

Fotografia da capa:

Maria Delmira de Sousa Azevedo, em sua casa no Quilombo de Queimada Grande-PI, fotografada por Leslye Bombonato Ursini em fevereiro de 2020, durante os levantamentos para este Relatório Antropológico.

Índice de fotografias

Fotografia 1 — Reunião de Consulta Prévia, Associação Quilombola de Queimada Grande, 17/02/2020	20
Fotografia 2 — Engenheiro agrimensor e antropóloga acompanhando quilombolas de Queimada Grande, localidade Serrinha, uma das confrontações do território	21
Fotografia 3 — Preparação do equipamento para o georreferenciamento, localidade Serrinha, 18/02/2020	21
Fotografia 4 — Exemplos da vegetação na região do Queimada Grande-PI	29
Fotografia 5 — O quilombola José Filho Vieira de Carvalho, em sua casa no Quilombo de Queimada Grande-PI: caixas de mel e cabra	67
Fotografia 6 — Maria Cira da Silva (n. 1950) e Martinho Domingos da Silva (n. 1946) em sua casa com a antropóloga Leslye B. Ursini, em 21/02/2020, Quilombo de Queimada Grande-PI	70
Fotografia 7 — Família de Luísa e José Vieira de Carvalho em sua casa, na Cacimbas no Quilombo de Queimada Grande-PI (fevereiro/2020)	72
Fotografia 8 — Edificação específica para a Associação Quilombola de Queimada Grande	80
Fotografia 9 — Casa da Socorro, no Quilombo de Queimada Grande	83
Fotografia 10 — Caprinos no Quilombo de Queimada Grande-PI	84
Fotografia 11 — Cemitério Municipal da Queimada Grande (UTM 225081—9147773)	86
Fotografia 12 — Cemitério da comunidade de Queimada Grande (UTM 225245—9146232)	87
Fotografia 13 — Vista parcial do açude em que os quilombolas da Fazenda Nova buscavam água para os “brancos”	90
Fotografia 14 — Localização do açude onde os quilombolas da Fazenda Nova pegavam água para ser levada aos “brancos” (UTM 225453-9146344)	91
Fotografia 15 — Barragem do Padre Geraldo, Quilombo de Queimada Grande (UTM 226092-9148360)	92
Fotografia 16 — Placa com dizeres pregada no eixo da barragem do Padre Geraldo, Quilombo de Queimada Grande	92
Fotografia 17 — Girau para lavar roupas e pedras quebradas para os giraus no Tanquinho do Tabuleiro, Quilombo de Queimada Grande (UTM 225809-9147852)	93
Fotografia 18 — Barreiro da Queimada, Quilombo de Queimada Grande (UTM 225777-9147782) ..	94
Fotografia 19 — Visão geral da edificação com aspecto de templo, em ruínas (UTM 224668—9142641)	95
Fotografias 20 — Possíveis intervenções posteriores na edificação em ruínas	95
Fotografias 21 — Detalhes de paredes, telha e piso nas ruína encontrada	96
Fotografias 22 — Poço e coxo para animais próximos às ruínas da casa com aspecto de templo (UTM 224694—9142780)	96

Fotografia 23 — Pequena cacimba (o tijolo próximo às raízes serve de escala) para a dessedentação animal (UTM 224690—9142760).....	96
Fotografia 24 — Cerca mista com galhos e arame, casa de tijolo, casa de adobe e pomar no entorno da habitação permanente no Quilombo de Queimada Grande	99
Fotografia 25 — Dois tipos de cercas encontráveis no Quilombo de Queimada Grande	99
Fotografia 26 — Raíla e Letícia, indo para a Escola Municipal em São Domingos (20/02/2020)	100
Fotografia 27 — Exemplo de chafariz próximo a casa, Cacimbas, Quilombo de Queimada Grande .	101

Índice de figuras

Figura 1 — Bacias Hidrográficas do Estado do Piauí – drenagem do rio Parnaíba	24
Figura 2~— Bacia no Estado do Piauí ligadas ao rio Parnaíba	24
Figura 3 — Localização aproximada do Quilombo de Queimada Grande e da fronteira entre o Estado do Piauí e o Estado do Pernambuco	25
Figura 4 – Hidrogeologia do Município de Isaías Coelho - PI.....	27
Figura 5 — O Quilombo de Queimada Grande localizado no divisor de águas	28
Figura 6 — Outros quilombos conhecidos próximos ao Quilombo de Queimada Grande	33
Figura 7 — Abrangência dos territórios dos grupos indígenas “Akwen” (1913)	36
Figura 8 — Capitânicas Hereditárias ao norte, observar a dimensão da Capitania do Piauí.....	38
Figura 9 — Caminhos do Pernambuco e da Bahia para o Piauí pelo rio Canindé (1855)	40
Figura 10 — Fazendas Poções de Baixo e Campo Grande: lugar do Município de Isaías Coelho-PI.....	41
Figura 11 — Destinação, e nomes, das fazendas de Mafrense.....	44
Figura 12 — Localidade de “Torre”, provável localização da morada dos jesuítas anterior ao recebimento da doação das fazendas pela morte de Mafrense em 1711	47
Figura 13 — Localização das atuais cidades na região de administração da antiga Inspeção Canindé, das Fazendas Nacionais e localização do Quilombo de Queimada Grande.....	54
Figura 14 — Brejo de S ^{to} . Inácio, Campos e Tamboril: povoados de Simplício Mendes (data de referência: 1905).....	61
Figura 15 – Legenda para a representação da genealogia de parentesco.....	66
Figura 16 — Parentesco: localidade no território do Quilombo de Queimada Grande e famílias	68
Figura 17 — Parentesco: de Antônio “Cocar” a Martinho Domingos da Siva	69
Figura 18 – Parentesco: os “Domingos”	70
Figura 19 — Parentesco: de João Antunes Pequeno a Cira Antônia de Araújo	71
Figura 20 — Parentesco: os “Valérios”	72
Figura 21 — Parentesco: família Damasceno	73
Figura 22 — Mapa com diversas localidades mencionadas neste Relatório Antropológico	74
Figura 23 — Parentesco: Juliana Felomena Vera e Estevam Lopes.....	75
Figura 24 — Parentesco: Antônio Domingos da Silva	75
Figura 25 — Parentesco: a mobilidade para grandes centros e o contato com regiões próximas ao Quilombo de Queimada Grande	77
Figura 26 — Parentesco: interrelação de famílias	78

Índice de tabelas

Tabela 1 — Número de Comunidades Quilombolas no Estado do Piauí (abril, 2020) segundo as instituições	11
Tabela 2 — Comunidades quilombolas no Município de Isaías Coelho-PI	11
Tabela 3 — Meses chuvosos no Quilombo de Queimada Grande (Município de Isaías Coelho-PI)	29
Tabela 4 — Inspeções e fazendas dos jesuítas, após 1711: N. S. de Nazarette, São José do Piauí e Santo Inácio do Canindé	47
Tabela 5 — Relação das Fazendas nas Inspeções Canindé, Nazaré e Piauí (1811).....	48
Tabela 6 — Atuais municípios de localização das antigas Fazendas Nacionais	49
Tabela 7 — Áreas das Inspeções Canindé, Nazareth e Piauhy.....	49
Tabela 8 — Distribuição do número de escravizados nas fazendas em 1760	56
Tabela 9 — População, quantidade de fazendas e gados em cada Inspeção (1822~).....	56
Tabela 10 — Decréscimo da população de pessoas escravizadas no Piauí às portas da Abolição	57

Sumário

1	Ficha de dados rápidos.....	9
2	Introdução.....	10
2.1	Objetivos e justificativa.....	12
3	Base legal	12
3.1	Breves considerações ao termo “quilombo”	12
3.2	Legislação	13
4	Marco teórico.....	14
4.1.1	Identidade étnica	14
4.1.2	História oral	15
4.1.3	Memória e cultura	16
4.1.4	Território	17
5	Metodologia.....	19
5.1	Mobilização	19
5.2	Consulta Prévia e Reunião de Encerramento.....	19
5.3	Os trabalhos em campo	20
5.4	Os trabalhos em gabinete/escritório.....	22
6	Ambiente.....	22
6.1	Secas.....	22
6.2	Bacias Hidrográficas e cursos de água	23
6.3	Vegetação e clima	29
6.4	Interferência de outras áreas especiais, territórios ou empreendimentos.....	30
	• Mineração	30
	• Áreas Protegidas	31
	• Terras Indígenas.....	32
6.5	Outros territórios quilombolas em Isaías Coelho.....	33
7	Piauí: ocupação étnica, histórica e econômica	34
7.1	Povos autóctones.....	35
7.2	1534-1536: as Capitânicas Hereditárias e a peculiar divisão das capitânicas ao Norte.....	37
7.3	1663 e 1674: dois irmãos e a “descoberta” do Piauí com a fundação da primeira fazenda (Poções de Baixo)	38
7.4	1695-1715: confusão na doação de sesmarias por diversos governantes.....	42
7.5	1711: morte de Mafrense e a doação das terras aos jesuítas.....	43
7.6	1759 e 1961: expulsão dos jesuítas e sequestro dos seus bens	43

7.7	Fazendas da Capela, Fazendas Nacionais, Fazendas Estaduais e os negros escravizados locais	45
•	1761: Fazendas da Capela	45
•	1822: Fazendas Nacionais	46
•	1846: Fazendas Estaduais.....	57
•	O Município de Isaías Coelho	60
8	Quilombo de Queimada Grande	64
8.1	Localização	65
8.2	Etnicidade.....	65
8.3	Relações de parentesco	65
•	Famílias mais antigas	69
•	Mobilidade: cidades distantes e localidades próximas	76
•	Entrelaçamento de famílias.....	76
8.4	Organização social	79
8.5	Associação Quilombola da Queimada Grande	80
8.6	Aspectos religiosos.....	81
8.7	Atividades produtivas, econômicas e de subsistência.....	81
8.8	Políticas públicas e demais projetos e potencialidades.....	84
8.9	Mobilidade	85
8.10	Locais de interesse e patrimônio material.....	85
•	Cemitérios	85
•	Barragem, açudes, tanques, cacimbas, barreiros e poço	89
•	Ruínas.....	94
8.11	Patrimônio material	97
•	Cantigas e parlendas	97
•	Remédio	97
•	Parteiras	98
8.12	Recursos naturais.....	98
8.13	Acesso a serviços públicos.....	100
8.14	Empreendimentos.....	101
8.15	Situação fundiária	102
8.16	Futuro.....	102
8.17	População.....	102
8.18	Autonomia	103
8.19	Relação de pessoas cadastradas no Quilombo de Queimada Grande.....	103

8.20	Territorialidade	104
9	Conclusão.....	106
10	Obras Citadas	108
11	ANEXO 1 — Consulta Prévia em 17/02/2020	111
12	ANEXO 2 — Reunião de Encerramento em 17/02/2020	119

1 Ficha de dados rápidos

Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação Territorial do Quilombo de Queimada Grande

Ficha de dados rápidos	
Nome da Comunidade (autodenominação)	Comunidade Quilombola de Queimada Grande
Certificação Fundação Cultural Palmares—FCP	Em 21/08/2012 Nº 2204907 (588) Processo/FCP nº 01420.010384/2012-32
Processo/Incra	54380.001386/2014-82 (SEI/Interpi 0036041)
Processo/Interpi	00071.005828/2019-39
Município de localização	Isaías Coelho (PI)
Municípios limítrofes	Limites ao norte os municípios de Vera Mendes, ao sul Conceição do Canindé e Simplício Mendes, a leste Vera Mendes Patos do Piauí e Jacobina do Piauí, e a oeste Campinas do Piauí e Simplício Mendes.
Região, Bacia Hidrográfica ou rio de referência	Vale do Canindé
Nº de famílias	70 aproximadamente
Outras comunidades vizinhas ou próximas	Fazenda Nova (titulada/Incra, 168 famílias)
Empreendimentos próximos ou incidentes	Não identificados no momento
Associação	Associação Quilombola de Queimada Grande
Presidente da Associação	José Filho Vieira de Carvalho (Zé Filho)
Contato	89 99428-3213
Endereço da Associação	Instalação específica para a finalidade, na própria comunidade, sem endereço
Período de trabalhos em campo	17/02/2020 a 21/02/2020
Vias de acesso	Rodovia BR-020 e estrada de terra

2 Introdução

Este documento se refere ao Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação Territorial do Quilombo de Queimada Grande, localizado no Município de Isaías Coelho, no Vale do Canindé, no Estado do Piauí.

Os remanescentes da comunidade do quilombo de Queimada Grande estão dentre as 68 comunidades quilombolas listadas no Estado do Piauí pela Associação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí. A demanda das comunidades pela titulação dos seus territórios é de longa data.

Depois da edição da Constituição Federal de 1988, com a previsão expressa para a titulação dos territórios dos remanescentes das comunidades dos quilombos, em 2005, foi titulada a primeira comunidade quilombola no Piauí, a Comunidade de Olho D'Água dos Negros, 626 hectares, localizada no Município de Esperantina, no Estado do Piauí; tendo à época 89 famílias residentes, com ocupação de pelo menos 150 anos. Atualmente (em abril, 2020), são conhecidas 68 remanescentes das comunidades dos quilombos no Estado do Piauí.

Na esteira dessa titulação, as comunidades quilombolas do Piauí representadas na Associação Estadual das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Piauí (nome antigo), solicitaram uma reunião institucional com a finalidade de avaliar as ações que vinham sendo desenvolvidas pela Superintendência Estadual do Incra no Piauí desde 2005 e planejar em conjunto as ações para 2006. Conforme noticiado no sítio oficial “Portal do PPIGRE”¹, em 22 de março de 2006, “trata-se da primeira reunião de reivindicação solicitada pelas comunidades quilombolas do Piauí, através da sua coordenação estadual”, que era Maria Rosalina dos Santos e a qual indicou, naquele encontro², que “para se conseguir ações concretas, precisamos do diálogo com as entidades parceiras e, também, com aquelas com quem ainda não firmamos a parceria”. Naquele encontro de 2006, conforme noticiou o Ministério do Desenvolvimento Agrário, havia sido colocado como um objetivo o desenvolvimento de “uma ação integrada com o Interpi para avançar na titulação, priorizando

¹ O Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia—PPIGRE tinha por finalidade acompanhar a implementação da regularização fundiária em territórios indígenas, quilombolas e a documentação da mulher trabalhadora rural foi um programa coordenado pela Assessoria Especial em Gênero, Raça e Etnia—AEGRE, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (do qual o Incra era uma autarquia), sob a coordenação de Renata Leite e Andrea Buto.

² Ocorrido em 22/03/2006, com a presença das seguintes instituições: Fundação Cultural do Piauí; Incra; Secretaria Estadual de Educação; Instituto de Terras do Piauí—Interpi; Emater; Coordenadoria da Pessoa Negra, ligada à Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania—SASC; Companhia Hidroelétrica do São Francisco; Companhia Energética do Piauí; Programa de Combate à Pobreza Rural; Fundação Nacional de Saúde—Funasa; e Companhia Nacional de Abastecimento—Conab; conforme notícia no sítio oficial do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao qual esteve ligado o Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária—Incra (PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA—PPIGRE, 2006).

as comunidades localizadas em terras do Patrimônio Estadual” (PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA—PPIGRE, 2006).

Em 2006, havia 29 processos abertos, junto ao Incra, para a regularização fundiária de comunidades quilombolas, no Estado do Piauí, com o total de 1.019 famílias³. São 65 processos constantes no Incra para o Estado do Piauí na atualidade.

Tabela 1 — Número de Comunidades Quilombolas no Estado do Piauí (abril, 2020) segundo as instituições

INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO	COMUNIDADES QUILOMBOLAS
Fundação Cultural Palmares—FCP	Certificadas	83
Associação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí	Conhecidas	68
Incra - em 14 de abril de 2020	Processos que foram ou que estão abertos no Incra	65
	RTID finalizado	7
	Portaria publicada no DOU	0
	Declaração publicada no DOU	0
	Titulada parcialmente	1
	Titulada (integralmente)	4
Organização dos dados: Leslye Ursini, 2020; fontes: Incra, FCP e Associação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí		

O Município de Isaías Coelho foi criado pela Lei nº 2.549 de 09/12/1963. A população total, segundo o Censo 2000 do IBGE, é de 7.658 habitantes e uma densidade demográfica de 10,35 hab/km², onde 77,89% das pessoas estão na zona rural.

Tabela 2 — Comunidades quilombolas no Município de Isaías Coelho-PI

COMUNIDADE	Nº PROCESSO NA FCP	ETAPA ATUAL PROCESSO FCP	Nº DA PORTARIA	DATA DA PORTARIA NO DOU	Nº PROCESSO INCRA
SABONETE	01420.000676/2007-08	Certificada	42/2007	16/04/2007	54380.002903/2006-21
BARREIRAS, CABECA DA VACA, CIPOAL, MORRINHO E SAPE	01420.002838/2008-15	Certificada	59/2010	28/04/2010	54380.002904/2006-75
QUEIMADA GRANDE	01420.010384/2012-32	Certificada	190/2012	01/10/2012	54380.001386/2014-82

³ Em 2005, a Fundação Cultural Palmares—FCP Fundação procedeu ao levantamento do perfil histórico de 20 comunidades quilombolas no Estado do Piauí, em 11 Territórios Tradicionais e ao cadastro de 420 famílias; 7 comunidades foram certificadas naquele ano (PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA—PPIGRE, 2006).

COMUNIDADE	Nº PROCESSO NA FCP	ETAPA ATUAL PROCESSO FCP	Nº DA PORTARIA	DATA DA PORTARIA NO DOU	Nº PROCESSO INCRA
FAZENDA NOVA E CARREIRA DA VACA	01420.001227/2010-74	Certificada	190/2012	01/10/2012	54380.002057/2007-20
RIACHO FUNDO	01420.010408/2012-53	Certificada	190/2012	01/10/2012	
CARAÍBAS	01420.010385/2012-87	Certificada	109/2013	19/09/2013	54380.002905/2006-10

2.1 Objetivos e justificativa

O presente **Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação Territorial da Comunidade Quilombola de Queimada Grande** tem o objetivo de apresentar informações históricas, socioculturais e econômicas sobre a Comunidade Quilombola de Queimada Grande e a delimitação do seu território e se justifica pela demanda da comunidade tanto o quanto pelo cumprimento do disposto na Lei nº 7.294/2019 que dispõe sobre a política de regularização fundiária no Estado do Piauí. Segundo esta Lei, os territórios serão titulados nas suas porções em que as terras sejam públicas, ou seja, das terras pertencentes ao Estado do Piauí.

3 Base legal

Neste Capítulo estão apresentadas a base legal que informa e orienta o presente relatório e, antes, algumas considerações acerca do termo “quilombo” e uma visada nas leis históricas relacionadas ao período da escravidão no Brasil.

3.1 Breves considerações ao termo “quilombo”

No passado “quilombo” foi definido como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. Tal definição foi formulada pelo Conselho Ultramarino em resposta a uma consulta feita pelo Rei de Portugal em 1740. Uma vez capturadas as pessoas negras e escravas nessa situação, havia a recomendação, prevista no Alvará de 3 de março de 1741, de se lhes grafarem um “F” (de “fujido”) no corpo, em caso de reincidência, se deveria lhes cortar uma orelha (ALMEIDA, 2006, p. 125). Observemos que a definição de quilombo proporcionada, em 1740, pelo Conselho Ultramarino se referia a “ranchos” e “pilões”, ou seja, a moradias e a atividades produtivas em curso, e não a pouso em situação de fuga, por exemplo; se referia a pessoas assentadas.

O termo “quilombo” guardou o emblema da discordância das pessoas escravizadas, e das comunidades que formaram, com aquele e outros sistemas vigentes nos períodos históricos que antecederam e sucederam ao ano de 1740 marcados pela subjugação e pelos desrespeito e aviltamento. O termo foi associado a uma fortificação, a fugas e, nisto, à resistência. No entanto, a resistência possui diversas formas e, dentre elas, a de permanecer. As comunidades quilombolas no Estado do Piauí, em larga medida, remanesceram do sistema das Fazendas Nacionais instaladas no estado e de outras relações estabelecidas com particulares na ocupação econômica da lavoura e, principalmente, da criação de gado tanto bovino quanto equino; atividades econômicas que tiveram lugar na história da ocupação e do desenvolvimento do Estado do Piauí, como se verá mais adiante.

3.2 Legislação

A Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, dispôs sobre a valorização da diversidade étnica ao prever, no seu artigo 215, elaboração do Plano Nacional de Cultura, com duração plurianual; e valorizou a diversidade étnica, também, com a previsão do reconhecimento, por parte do Estado, dos territórios tradicionais de indígenas e quilombolas. As terras indígenas são terras da União, com uma concessão especial para os povos indígenas, e os territórios quilombolas devem ser titulados em nome das comunidades, como segue no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias nº 68, como segue:

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

O Decreto nº 4887/2003 definiu como critério para identificar os respectivos territórios Quilombolas dos remanescentes das comunidades dos quilombos a trajetória histórica própria, as relações territoriais específicas, a presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida e os critérios étnicos-raciais auto atribuídos. A auto atribuição corre em uníssono com a adoção da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho—OIT⁴ A convenção nº 169 OIT diz:

“Artigo 1º

.....

2. A auto-identificação como indígenas ou tribais deverá ser considerada como critério fundamental para definir os grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção.”

“Artigo 2º

⁴ Adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, ratificada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 143, de 20 de novembro de 2002, e promulgada pelo Presidente da República com o Decreto nº 5.051/2004. O Decreto nº 5.054/2004 foi revogado pelo Decreto nº 10.088/2019, cuja vigência inicia em 06/05/2020 e que consolida em um mesmo instrumento os tratados da OIT que o Brasil tenha ratificado.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.” (sublinhei)

Legislação do Estado do Piauí

O Estado do Piauí possui legislação específica para regularização fundiária de territórios quilombolas e, também, para a destinação de terras públicas para quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais. São os instrumentos legais específicos do estado:

- Lei 5.595/2006 – Dispõe sobre a regularização fundiária de áreas ocupadas por remanescentes de Comunidades dos Quilombos, e dá outras providências;
- Decreto 14.625/2011 – Regulamenta a Lei 5.595/2006; e
- Lei nº 7.294/2019 – Dispõe sobre a política de regularização fundiária do Estado do Piauí, revoga dispositivos da Lei nº 6.709, de 28 de setembro de 2015.

4 Marco teórico

Neste Capítulo serão apresentadas as abordagens da identidade étnica, da história oral, memória, da cultura, da história e do seu entrelaçamento.

4.1.1 Identidade étnica

A identidade étnica se refere a um grupo de pessoas bem como aos indivíduos membros desse mesmo grupo. De acordo com Roberto Cardoso de Oliveira, a identidade étnica é um tipo particular de identidade que podemos entender por meio da noção de *identidade contrastiva*: ela se diferencia de outras identidades e, com isso, marca, distingue e delimita grupos com identidades diferentes.

“...uma identidade que surge por oposição, implicando a afirmação do nós diante do outros, jamais se afirmando isoladamente.” (OLIVEIRA, 1976, p. 36)

O trecho acima transcrito é célebre na obra do antropólogo brasileiro Roberto Cardoso de Oliveira e transcrito em inúmeros trabalhos acerca da identidade étnica. Outro autor importante no tema da identidade étnica é Fredrik Barth. Na zona em que se dão os contrastes das identidades diferentes se dão eventos variados que reafirmam o pertencimento a um grupo e não a outro. A essa zona de contato — que marca as diferenças — Barth (BARTH, [1969] 1998) chama de fronteiras, ou bordas. Ainda de acordo com Barth, a identidade de um

grupo étnico é utilizada por esse grupo como distintivo e como instrumento político, em geral de caráter reivindicatório.

“... antropologia social chegou à conclusão de que os grupos étnicos só podem ser caracterizados pela própria distinção que eles percebem entre eles próprios e os outros grupos com os quais interagem. Existem enquanto se consideram distintos, não importando se essa distinção se manifesta ou não em traços culturais. E, quanto ao critério individual de pertinência a tais grupos a tais grupos, ele depende tão somente do grupo de que determinado indivíduo lhe pertence. Assim o grupo [...] dispõe de suas próprias regras de inclusão e exclusão.” (CUNHA 1986:111)

4.1.2 *História oral*

A história contada pela comunidade quilombola de Queimada Grande, convidada a contar a sua história, reúnem histórias sobre si. Isso porque poderiam ter sido convidadas a contarem a história de outros e, nisso, trariam a sua perspectiva acerca de outros e de outros temas. É este o ponto: ao contar a sua história, a comunidade traz a perspectiva de si própria. Em campo, não se buscou estimular, ou impetrar, uma linearidade às narrativas individuais, mas ambientar o tema, que é a permanência naquele território, como o vê e se buscar o recuo da memória.

Para complementar o dito acima quanto ao sentido que a história oral é utilizada neste Relatório Antropológico, temos a seguinte definição:

‘História oral’ é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer complementar. Colhida por meio de entrevistas de variadas formas, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. (QUEIROZ, 1991, p. 5)

Observo que “recobrir fatos” não significa, aqui, preencher as lacunas da história oficial, guindada para os próprios objetivos e marcada por metodologia própria, mas sim de apresentar a perspectiva histórica da comunidade — que não pretende sanar a invisibilidade outorgada pela história oficial, mas, antes disso, evidencia tais lacunas; questões para a História e que não vamos resolver aqui. Temos, portanto, outras informações que têm status de documento, partidas da comunidade, e que por vezes se relacionam a tópicos históricos registrados e conhecidos, tais como: o instituto das Fazendas Nacionais na colonização de terras que se tornaram o Estado do Piauí; e existência de providências diante da presença marcada das secas na região semiárida, em que se localiza atualmente o Município de Isaías

Coelho e no local onde já estava antes o Quilombo de Queimada Grande, cujas providências são o açude com mais de 100 anos existente na comunidade, a barragem do Padre Geraldo construída há 30 anos com recursos de dois municípios e da Alemanha, e a memória de Luísa, que saiu por 10 meses do território para as frentes do Departamento Nacional de Obras contra a Seca—DNOCS no Estado do Pernambuco.

4.1.3 *Memória e cultura*

Começamos pela cultura que, conforme indicou Clifford Geertz, abordar a cultura é lidar com...

...um padrão historicamente transmitido, de significados incorporados, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida.⁵

Na história oral, encontramos o relato das experiências individuais e coletivas, expressões simbólicas e, também, as histórias contadas por outros membros do grupo no passado e que são repassadas geração pós geração. Esse repassar de geração após geração confere o caráter coletivo à memória, como apontado por Maurice Halbwachs em *A Memória Coletiva* ou como um fenômeno, de acordo com Pollak, como segue, que a memória deve ser apreendida como...

...um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (Pollak 1992:201)

Observo que cada narrador conta de temas/assuntos, de eventos e de percepções (como algum juízo acerca de algo) que são, e foram antes, escolhidas pelo narrador para serem repassadas (ou por vezes esquecidas propositalmente) Nesse sentido, mesmo que fosse o caso de termos apenas um narrador dentro de um grupo, a sua narrativa seria exemplar da memória do grupo. As recorrências dos temas e outros narrados com tom balizador da posição do sujeito narrador é o trabalho do antropólogo trabalhando para regularização fundiária em perceber as relações, nem sempre explicitadas na fala, com o território, com a identidade e com os receios/conflitos (os receios podem ser entendidos como os da reedição de antigos conflitos).

⁵ GEERTZ, em *A Interpretação das Culturas* (1989:86) citado por (SANTOS, 2006, p. 44) e aqui transcrito.

A memória de um grupo é coletiva em Halbwachs e concordamos com ele, a partir das expressões observadas em campo quanto à constituição de tal memória. Porém, conforme observa Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (SANTOS, 2006, p. 43), Halbwachs trata a história e a memória separadas, as separa, e aqui as tratamos entrelaçadas como proposto por Santos (op. cit). Não se trata, portanto, de uma escolha para a abordagem da história e da memória, mas porque o campo, nos trabalhos em campo memória e história se apresentam imbricadas, separá-las seria inserir um critério externo e desvirtuante, em desaproveito tanto da realidade, do entendimento quanto de uma perspectiva que poderá, enfim, enriquecer a própria teoria. Isso posto, temos que...

A memória é um fio condutor para se entender a identidade e a territorialidade, sendo assim, a memória coletiva aparece como um discurso de alteridade, no qual a posse de uma história e de uma memória dão ao grupo sua identidade. (SANTOS, 2006, p. 44)

Temos, então, que identidade, memória, cultura e territorialidade estão ligados, o movimento que este Relatório Antropológico é duplo: o de perceber tais informações e elaborações quanto à memória, identidade e cultura projetados em um território e, ao mesmo tempo, a memória, a identidade e a cultura que se depreendem de um espaço específico, que é o território.

Se por um lado as experiências passadas dos grupos em situação de escravidão estabeleceram também para esses grupos novas relações em terras brasileiras, por outro marcou sua trajetória e inserção, dali para diante, em terras brasileiras. Os destinos dessas comunidades é algo que já algum tempo se está conhecendo e anotando de forma sistemática por meio de relatórios técnicos de identificação de territórios, os quais trazem também dados primários, que seguem um padrão mais ou menos uniforme (“mais ou menos” porque não é um trabalho que “formulários” dessem conta, mas que seguem as mesmas regras), e que depois este acúmulo poder-se-á converter, no seu conjunto, em excelente material para pesquisas ulteriores que busquem escrever o resto da história do País e com o que foi feito com negros depois da escravidão, onde estiveram e, principalmente, o que fizeram os negros, como permaneceram e suas formas inúmeras de resistência e a sua perspectiva de história e de cultura.

4.1.4 *Território*

Em algumas sociedades estudadas por antropólogos e etnólogos, as relações sociais podem ser projetadas em um espaço, perfazendo, assim, os limites desse território (URSINI, 2019, p. 28). Em outros trabalhos de identificação e delimitação de comunidades quilombolas feitos pela Consultora L. Ursini (Quilombo Alto Alegre e Base, no Ceará; e Quilombo de Machadinho, em área de mineração em Paracatu, em Minas Gerais) a referência a um

ancestral comum e à história da comunidade a partir desse ancestral são princípios organizadores da comunidade como grupo, da sua identidade, e a comunidade será do tamanho de seus descendentes e familiares (por consanguinidade, afinidade ou parentesco simbólico, por vezes). As atividades produtivas, os locais de história da comunidade, o arranjo das suas moradias, os locais de onde foram expulsos e que haviam perdido são aspectos que, no seu conjunto, se projetam em dada área que é o território. Há outras comunidades que, como dito por João Pacheco de Oliveira (OLIVEIRA, 1999, p. 19), “podem tomar o território como um fator regulador das relações entre os seus membros”. Observe-se que em ambos os casos o território assume grande importância para realização das comunidades enquanto tais.

No caso da comunidade de Queimada Grande, o território tem a marca de ter sido área de uma das Fazendas Nacionais. Refiro-me não apenas à história da dominialidade daquela porção de terras em que o Quilombo de Queimada Grande se constituiu, mas, principalmente, às relações estabelecidas nesse aspecto da dominialidade, em que o Poder Público (vamos chamar assim, pois remonta aos períodos coloniais) interveio diretamente no espaço e no dia a dia. Com a proximidade da administração em porção territorial, a história da comunidade de certo estabeleceu estratégias próprias e específicas. Cujos reflexos podem ser observados na história da formação do Queimada Grande — longe de estar aqui completa, ou se estará em algum momento em outra parte, vamos entendê-la se constituindo conforme se avançam os entendimentos e as descobertas de informações e não apenas de dados. Adiante, neste Relatório Antropológico, especialmente nos itens destinados à etnicidade e ao parentesco, em que está informada a constituição do Quilombo de Queimada Grande com 3 famílias vindas para o local aliadas a duas que ali já estavam. Essa formação deixou um rastro na memória do grupo e que podemos ter como reflexo a indicação interna de espaços dos “morenos” e outros espaços, que podem estar relacionados à formação que não se deu a um só tempo. Outro aspecto é a referência aos escravos que “judiavam” dos negros velhos, como se verá, e que interpreto como sendo os escravos das Fazendas da Capela, depois Nacionais e, mais tarde, Fazendas Estaduais.

5 Metodologia

No presente Capítulo é apresentada a metodologia utilizada em campo, em gabinete/escritório e uma descrição breve dos trabalhos de mobilização da comunidade para a informação do trabalho a ser feito – antes da estada da equipe em campo — e dos trabalhos de agrimensura durante a estada da equipe em campo.

5.1 Mobilização

Aqui, mobilização é utilizada no sentido de informação prévia da comunidade de que os estudos para a regularização fundiária estão previsto na pauta do Estado do Piauí e se as comunidades o querem. Deve-se remarcar que a regularização fundiária é uma reivindicação das comunidades há bastante tempo, todas as comunidades quilombolas no Estado do Piauí são certificadas pela Fundação Cultural Palmares—FCP e têm processos de regularização fundiária abertos junto ao Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária—Incrá. Ocorre que diversos desses territórios se encontram em terras públicas, ou seja, em terras que pertencem ao Estado do Piauí e que tem a pauta e desenha agora um plano operacional para dar conta dessa pauta. O trabalho de mobilização é para informar que o Estado do Piauí vai cuidar da regularização fundiária das comunidades em terras pública. A tarefa de visitar as comunidades, de informar que o Estado do Piauí empreende tal ação de regularização fundiária e de consultar as comunidades para a inclusão no rol do planejamento das regularizações é desempenhada pela quilombola Maria Rosalina dos Santos, contratada pelo Instituto de Terras do Piauí—Interpi para esse fim e uma liderança respeitada em nível nacional, que empreendeu, em conjunto com outras lideranças, a luta pela titulação coletiva dos territórios tradicionais.

5.2 Consulta Prévia e Reunião de Encerramento

Foi adotado pelo Estado do Piauí, por sugestão inicial dessa antropóloga e que assumiu contornos com a colaboração de outros profissionais ligados ao Interpi, procedeu-se à Consulta Prévia à comunidade de Queimada Grande, em respeito à Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT-169) com o fito de consultar se querem a realização do trabalho, tendo antes lhes informado do período em campo, dos tipos de atividades a serem desenvolvidas (no que consistia o trabalho da antropóloga, do agrimensor e da cadastradora), das etapas do processo de regularização fundiária e em qual delas estamos, debates acerca de dúvidas e indicação de pessoas da comunidade para o acompanhamento, em campo, dos trabalhos.

Fotografia 1 — Reunião de Consulta Prévia, Associação Quilombola de Queimada Grande, 17/02/2020



Ao final dos trabalhos de campo, foi realizada a Reunião de Encerramento, em que teve lugar um breve relato dos trabalhos efetuados, a indicação do território aproximada (não que vá mudar, mas não é ainda o mapa do memorial descritivo, mas a delimitação que irá informar esse mapa), informação dos demais passos do processo de regularização fundiária.

O “Anexo 1” e o “Anexo 2”, que constam ao final deste Relatório Antropológico, trazem as atas da Consulta Prévia e da Reunião de Encerramento.

5.3 Os trabalhos em campo

Depois do deslocamento da equipe técnica que elabora as peças processuais para a regularização fundiária — antropóloga, cadastradora e engenheiro agrimensor —, foi realizada a reunião de Consulta Prévia ao final do dia, a pedido da comunidade, pois estavam aproveitando as chuvas ocorridas para a lida nas roças, por essa razão a reunião não se deu durante o período da tarde. O conteúdo da reunião foi o apresentado em linhas gerais no item anterior. No dia seguinte se deu o início dos trabalhos em campo. Conforme eram feitas as indicações dos limites pela própria comunidade, já se foi adiantando o georreferenciamento dos mesmos, feito pelo engenheiro agrimensor junto com membros da comunidade por ela indicados na reunião da Consulta Prévia e com o acompanhamento da antropóloga com a sua presença em alguns dos trechos.

Fotografia 2— Engenheiro agrimensor e antropóloga acompanhando quilombolas de Queimada Grande, localidade Serrinha, uma das confrontações do território



Fotografia 3— Preparação do equipamento para o georreferenciamento, localidade Serrinha, 18/02/2020



Preparação para o início do georreferenciamento



Marco de outras medições confrontantes ou anteriores, utilizado como referência da malha dos pontos que foram obtidos no georreferenciamento que se seguiu em campo

O cadastramento das famílias teve início, também, no dia seguinte à reunião de Consulta Prévia, em que a cadastradora permaneceu por três dias nas instalações da Associação Quilombola de Queimada Grande para esse fim. Neste Relatório Antropológico consta a lista de pessoas/famílias que foram cadastradas (no item 8.19—Relação de pessoas cadastradas no Quilombo de Queimada Grande, na página 103), sendo que algumas não o foram, porque não estavam no quilombo na ocasião. De qualquer maneira, o cadastro é para se ter a noção de uma ordem de grandeza da comunidade, cujo número de família é entorno de 60. Os critérios de pertença são os da comunidade e não o do cadastro.

Dos trabalhos antropológicos em campo constaram de entrevista e de visitas a locais indicados pela comunidade acompanhadas por pessoas da comunidade. Nas entrevistas, se buscou a interrelação das famílias, o recuo da memória do grupo na formação do território e aspectos da pertença étnica, dentre as informações das condições materiais no quilombo. Ocasões estas em que foram utilizadas anotações, gravações e a *observação direta*.

5.4 Os trabalhos em gabinete/escritório

Após o retorno do campo, os dados etnográficos e primários obtidos foram cotejados aos dados secundários e teve lugar a organização dos temas, das informações e da escrita, que resultou no presente Relatório Antropológico.

Compõem o processo de regularização fundiária este Relatório Antropológico, o Memorial Descritivo e a respectiva Planta e o Cadastro de Famílias.

6 Ambiente

São 4 as Mesorregiões do Estado do Piauí, dentre elas, a Mesorregião Sudeste Piauiense, que está dividida em 3 Microrregiões: Picos, Pio IX e Alto Médio Canindé, nesta última se encontra o Município de Isaías Coelho (SEMAR- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO PIAUÍ, 2010)⁶. Neste Capítulo estão reunidas informações gerais sobre tipos de solo, fitofisionomia, regionalização no Estado do Piauí em que se encontra o território pesquisado e hidrografia. As informações obtidas a partir de fontes especializadas e de relatórios institucionais acerca do ambiente da região. Inserir mapas respectivos destacada a localização da comunidade secundárias e, as mais específicas, a partir da observação in loco e de fontes secundárias.

6.1 Secas

O Polígono das Secas abrange todos os estados da Região Nordeste do País e parte dos estados do Espírito Santo de Minas Gerais na Região Sudeste. As secas históricas na região semiárida deixam um rastro de destruição e de mortes de pessoas, plantações e animais. Desde que começaram a ser registradas, as estiagens remontam ao século XVI, sendo a primeira observada em 1553 (LIMA & MAGALHÃES, 2018, p. 203). As secas se fizeram históricas pelo seu rigor, abrangência no espaço e perduração em anos. Duassecas terríveis permaneceram na memória de quilombolas de um outro quilombo distante e próximo da área de transição do semiárido no Ceará, o Quilombo de Alto Alegre e Base, onde recontam as secas dos “três oitos” e dos “dois setes”, em referência às secas de 1888-1889 e de 1877-1879. O romance “O quinze”, de Rachel de Queiroz, publicado em 1930, aborda a seca de 1915, que se, conforme informado pelo Departamento Nacional de Obras contra a Seca—DNOCS, em Lima e Magalhães (LIMA & MAGALHÃES, 2018, p. 199), se estendeu entre 1914 e 1915.

⁶ Este documento é apontado no site da SEMAR, em abril de 2020, para o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

No Piauí, foram tardios os registros de secas memoráveis, conforme indica, e remontam a 1732, D'Alencastre registra um comentário à seca de 1792:

Ha na capitania uma fortissima seca, que é seguida de tres annos de fortissimas inundações. (D'ALENCASTRE, [1855] 1973, p. 9) (mantida a grafia original)

A inclusão do Piauí no Polígono das Secas foi parcial nos anos de 1936 e de 1945 e, depois, em 1951 foi incluído integralmente (LIMA, et al., 2017, p. 156). Essas datas correspondem às secas de 1932-1937, de 1941-1945 e de 1951-1954, sendo que a seca seguinte na Região Nordeste não demorou e chegou para o biênio de 1958-1959. Seguem algumas das razões, além de possuir municípios assolados pela seca, da inclusão do Piauí no Polígono das Secas:

Tradicional fornecedor de alimentos, [o Piauí] foi inicialmente incluído pelo fato de dispor de áreas propícias ao acolhimento de excedentes populacionais da parte oriental do polígono e possuir recursos d'água perenes. (LIMA, et al., 2017, p. 156)

Na seca de 1915, se aventou a possibilidade do desvio das águas do rio São Francisco para o rio Jaguaribe – que corta o Ceará do Sul ao Norte – sendo a ideia indeferida por conta da alta altitude a ser transposta pelas águas. Em 1980, o ministro Mário Andreazza autorizou a realização dos estudos para a transposição de águas do São Francisco para os rios Canindé, Poti e Itaquera – no Piauí; Salgado e Jaguaribe – no Ceará; Pontal, Graças, Brígida e Terra Nova – em Pernambuco; e Piranhas (Rio Grande do Norte e Paraíba). Esse se tornou o “Projeto de Transposição do Rio São Francisco”; exceto pelo ramal que seguiria para o Piauí, os rios beneficiários são mais ou menos os mesmos do projeto (URSINI, 2008, p. 66), cujo nome mudou para Projeto da Integração Nacional.

6.2 Bacias Hidrográficas e cursos de água

O Município de Isaías Coelho — e, portanto, o Quilombo de Queimada Grande — é localizado na bacia do Canindé, a maior bacia em área das 11 bacias no Estado do Piauí, com 75,7 mil km², seguida em tamanho pelas bacias do Gurgueia e do Poti, sendo a menor das bacias a do Piranji, com 1,1 km². Embora maior em área, a bacia do Canindé é a quarta em vazão natural; os principais aquíferos são o Cabeças e o Serra Grande (SEMAR-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO PIAUÍ, 2010, pp. 36, 40). A bacia do Canindé reúne a maior parte dos barramentos de água no Estado do Piauí⁷ (*idem*, pp. 36 e 37), as barragens mais próximas se encontram a uma distância de, pelo menos, 35 quilômetros do Quilombo de Queimada Grande⁸.

⁷ São 12 barramentos.

⁸ Pedra Redonda, em Conceição do Canindé; Ingazeiras, em Paulistana; e o mais próximo: o Poço do Marruá, em Patos.

Figura 1 — Bacias Hidrográficas do Estado do Piauí – drenagem do rio Parnaíba



Quase a totalidade da área do Estado do Piauí pertence à bacia hidrográfica do Rio Parnaíba, que é o segundo maior rio do Nordeste, depois do Rio São Francisco, que drena a região semiárida, onde os recursos hídricos são mais escassos e estão as cabeceiras dos cursos de água nas proximidades da divisa do Estado do Piauí com os estados do Ceará, de Pernambuco e da Bahia (LIMA, et al., 2017, p. 161). Em linha reta, o Quilombo de Queimada Grande está a pouco mais de 100 km da divisa entre os estados do Piauí e do Pernambuco.

Figura 2~— Bacia no Estado do Piauí ligadas ao rio Parnaíba



Reproduzido de “Secas de 2010 a 2016 no Piauí: impactos e respostas do Estado em articulação com os programas nacionais” (LIMA, et al., 2017, p. 162).

São dois os principais biomas observados no Estado do Piauí: o Cerrado, na maior parte das bacias Difusas do Alto Parnaíba e de Boa Esperança, do Uruçuí Preto, Gurguéia e Longá; e a Caatinga, parte das bacias do Canindé e Poti (SEMAR- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO PIAUÍ, 2010, p. 25).

Figura 3— Localização aproximada do Quilombo de Queimada Grande e da fronteira entre o Estado do Piauí e o Estado do Pernambuco



Reproduzido de “Secas de 2010 a 2016 no Piauí: impactos e respostas do Estado em articulação com os programas nacionais” (LIMA, et al., 2017, p. 163).

Portanto, as regiões mais sujeitas a secas estão a Leste e ao Sul na figura acima. O semiárido piauiense possui 185 municípios (IBGE, 2018), perfazendo 82,58% dos municípios do Estado do Piauí, que são 224 (vide SIDRA/IBGE). O Município de Isaias Coelho já fazia parte da classificação na região semiárida antes de 2017, quando outros municípios foram incluídos, redelimitando o Semiárido como um todo.

Quanto aos domínios hidrogeológicos, no Município de Isaías Coelho estão identificados dois domínios distintos em publicação do Ministério de Minas e Energia: um com (1) rochas sedimentares e outro com os (2) basaltos da Formação Sardinha, como segue:

Na bacia do rio Parnaíba, as rochas sedimentares englobam o grupo Serra Grande e as formações Pimenteiras e Cabeças, de acordo com os autores do diagnóstico de águas subterrâneas para o Município de Isaías Coelho (AGUIAR & GOMES, 2004, p. 5). As rochas do grupo Serra Grande (arenitos e conglomerados) apresentam médio potencial para se ter água subterrânea; a formação Pimenteiras (com constituintes litológicos da baixa permeabilidade) não possui importância hidrogeológica; e a formação Cabeças é dotada de boa permeabilidade e porosidade, permitindo a recarga de aquíferos por meio da infiltração direta das águas das chuvas. O aquífero da formação Cabeças é o mais importante naquele município quanto ao armazenamento de água e atinge 40% da área do município⁹.

O outro domínio se constitui “por rochas impermeáveis, que se comportam como ‘aquíferos fissurais’”, é caracterizado pela área de ocorrência de basaltos da formação Sardinha. A constituição desse domínio resulta em “reservatórios aleatórios, descontínuos e de pequena extensão”, sem porosidade, exceto pelas fraturas e fendas e, portanto, sem expressão sob o ponto de vista hidrogeológico, conforme explicam os autores do diagnóstico de fontes de água subterrânea no Município de Isaías Coelho (AGUIAR & GOMES, 2004, p. 5).

Os perímetros irrigados do Departamento Nacional de Obras contra a Seca—DNOCS no Estado do Piauí são: Caldeirão, Lagoas do Piauí, Gurgueia, Platôs de Guadalupe, Tabuleiros Litorâneos do Piauí e Fidalgo¹⁰; este último é vizinho ao Município de Simplício Mendes. O lençol subterrâneo do aquífero Serra Grande é o que sustenta com água (sistema por gravidade¹¹) o Perímetro Irrigado Fidalgo; a qualidade da água é classificada como sendo de boa qualidade e a produção do perímetro tem como produtos: arroz, banana, milho, feijão e leite (DNOCS—DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA, s/d).

A drenagem do Município de Isaías Coelho conta com o rio Canindé e os riachos Choupeiro, Carreiras e Mocambo, como principais cursos de água (AGUIAR & GOMES, 2004, p. 5; ROCHA, 2012, p. 30) e, também, há as barragens: Taboleirinho, Caraíbas, Mocambo, Sapé, Queimadas; e as lagoas: Várzea, Cana Brava, Lagoa Comprida, Lagoa Funda e Lagoa das Melancias, conforme relacionadas por Anne Karola em seu trabalho (ROCHA, 2012, pp. 30-31).

⁹ São 11 aquíferos da bacia Sedimentar do Parnaíba que ocorrem no Estado do Piauí: Cabeças, Serra Grande, Longá, Pimenteiras, Poti/Piauí, Pedra de Fogo, Corda, Pastos Bons, Barreiras, Aluviões e Dunas e Fissural Cristalino (SEMAR- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO PIAUÍ, 2010, p. 40)

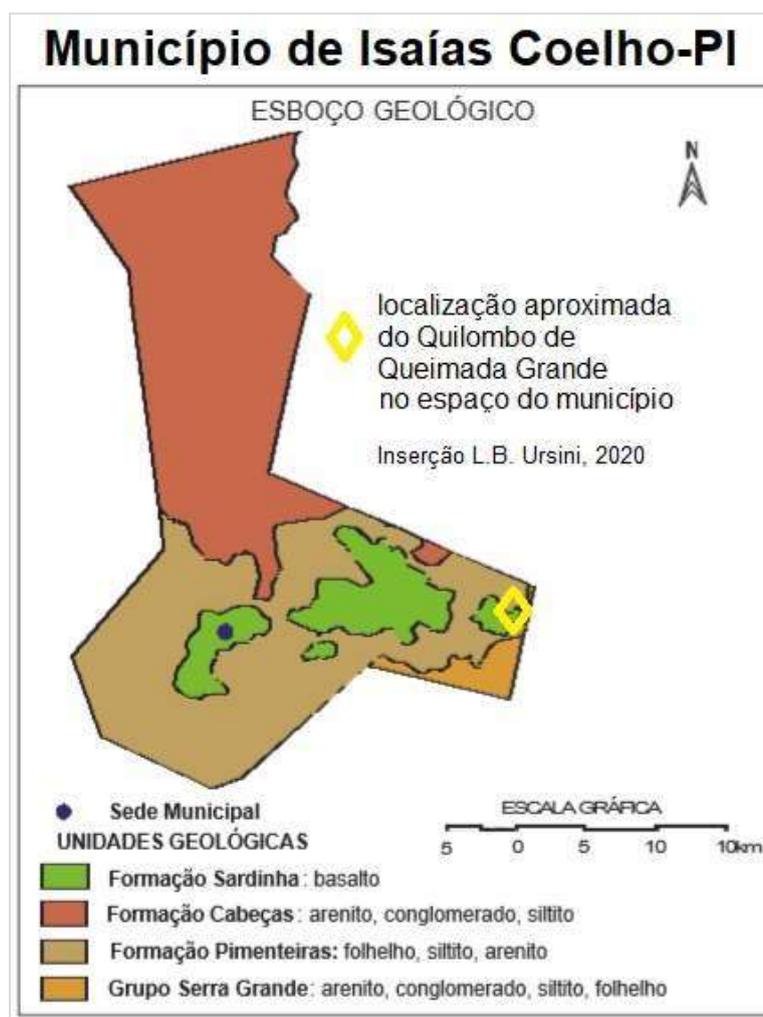
¹⁰ Os irrigantes estão ligados à Cooperativa Central Agropecuária dos Irrigantes do Vale do Fidalgo—CAIVF.

¹¹ São 9 estações de bombeamento equipadas com 9 eletrobombas, tipo turbina.

O Quilombo de Queimada Grande está localizado em uma região que é um divisor de águas, como indicado na Figura 5 — O Quilombo de Queimada Grande localizado no divisor de águas, na página 28 deste Relatório. No quilombo, são diversos barreiros, tanques, poços e açudes ao longo da história da comunidade quilombola de Queimada Grande utilizados para a obtenção de água. Na atualidade, há chafarizes e água encanada nas casas.

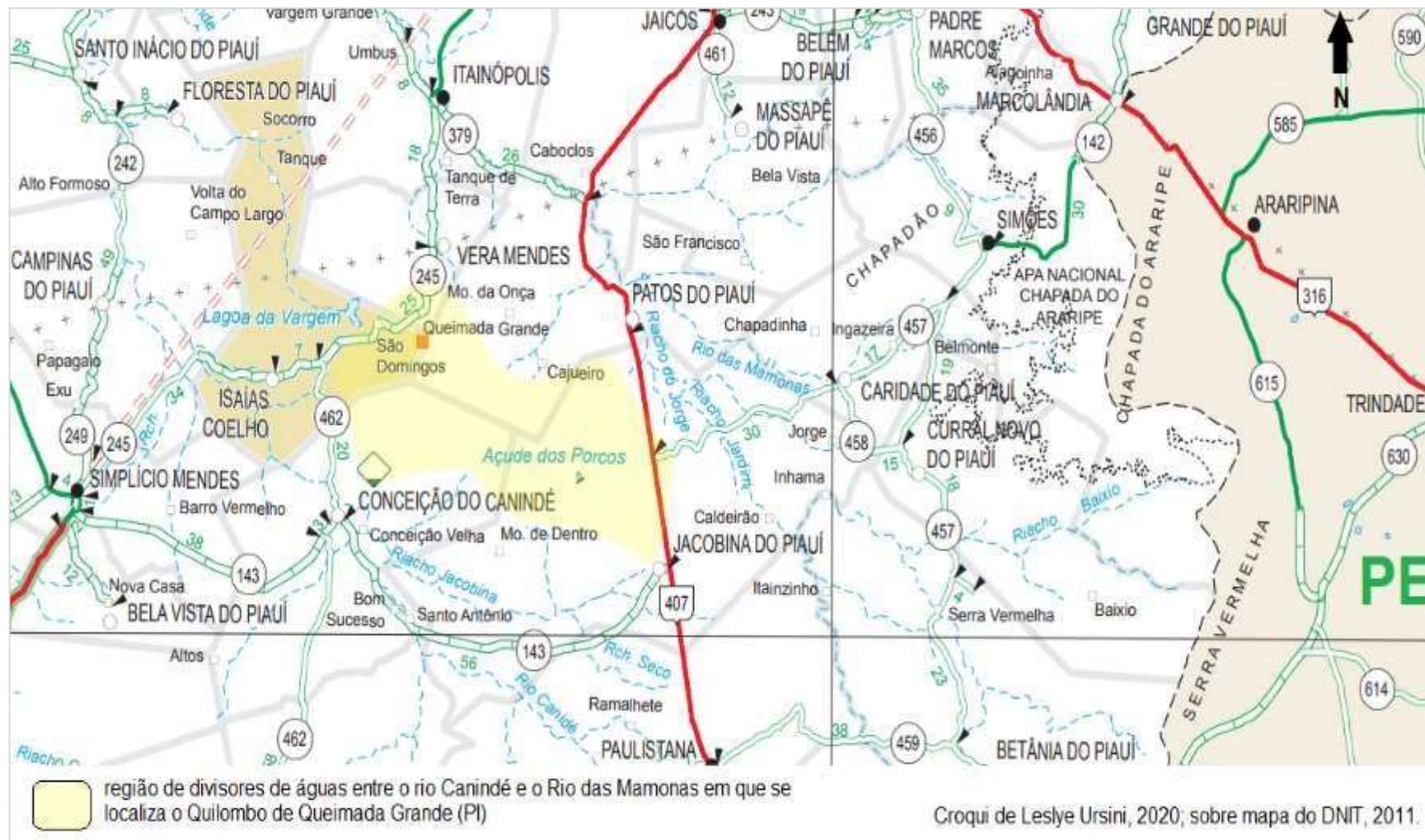
O Quilombo de Queimada Grande está localizado no contato das rochas impermeáveis e sedimentares, como segue na Figura 4.

Figura 4– Hidrogeologia do Município de Isaías Coelho - PI



Reproduzido de “Projeto: Cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea; Estado do Piauí — Diagnóstico do Município de Simplicio Mendes” (AGUIAR & GOMES, 2004, p. 4).

Figura 5— O Quilombo de Queimada Grande localizado no divisor de águas



Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação Territorial do Quilombo de Queimada Grande (PI)

Antropóloga Dr^a Leslye Bombonato Ursini

ASSINATURA

Teresina, junho de 2020

6.3 Vegetação e clima

A vegetação predominante no Município de Isaías Coelho é a floresta caducifólia e/ou floresta sub-caducifólia/cerrado, floresta sub-caducifólia/caatinga com transições vegetais, fase caatinga hiperxerófila e/ou cerrado sub-caducifólio/floresta sub-caducifólia; em solo predominante que não é marcado pela fertilidade (formações pedregosas e arenitos) as atividades agrícolas predominantes no Município de Isaías Coelho é a do arroz, do feijão, da mandioca e do milho (AGUIAR & GOMES, 2004, pp. 2, 3).

Fotografia 4— Exemplos da vegetação na região do Queimada Grande-PI



As temperaturas no Município de Isaías Coelho variam entre as mínimas de 25°C e as máximas de 38°C, com clima semi-úmido e quente (AGUIAR & GOMES, 2004, p. 3). A distribuição as chuvas e da umidade ao longo do ano constam no quadro abaixo:

Tabela 3— Meses chuvosos no Quilombo de Queimada Grande (Município de Isaías Coelho-PI)

Chuvas e umidade no Município de Isaías Coelho - PI											
set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago
			CHUVAS								
			MAIOR UMIDADE								

(AGUIAR&GOMES,2004,p.3;DNOCS—DEPARTAMENTONACIONALDEOBRASCONTRAASECA,s/d),organizado por Leslye B. Ursini, 2020

6.4 Interferência de outras áreas especiais, territórios ou empreendimentos

Neste item indicamos informações acerca de mineração (excetuando-se a completude das solicitações ao Departamento Nacional de Prospecção Mineral, que deve ser periodicamente consultado), Áreas Protegidas, outros territórios quilombolas, Terras Indígenas e empreendimentos de infraestrutura que pudessem estar próximos ou em interferência com o território Quilombola de Queimada Grande.

- *Mineração*

No ano de 1796, o Padre Joaquim Pereira descobriu minas em abundância de salitre, no Julgado de Valença; e no ano de 1799, também anota D'Alencastre, que Miguel Teixeira Monteiro informou ao “governador D. João da existência de minas de ouro e prata na freguesia de Piracuruca” (D'ALENCASTRE, [1855] 1973, p. 9). Tais anotações não constituem a totalidade das informações sobre minas no Piauí à época que, já no último quartel do século XVIII tinha o ciclo da mineração, dos tempos agitados, chegando ao seu término, cujas notícias pudessem ter tido o caráter de um sobre fôlego para os tempos áureos da mineração no Brasil em novas regiões de exploração mineral diferentes daquelas de Minas e do Goiás.

Encontramos, na atualidade (2020), 9 alvarás de pesquisa para o Município de Isaías Coelho indicados em listagem no site da Agência Nacional de Mineração—ANM, todos relacionados à extração de fosfato, utilizado para fertilizantes. Ao sul do Município de Isaías Coelho, há notícias de identificação da ocorrência de jazidas: em Lagoa do Barro, há mármore; no Riacho da Queimada, perto de São João do Piauí, a oeste de Paulistana, na Serra do Bacamarte, há jazidas de níquel e amianto e, também, pesquisas apontaram indícios de ouro. Longe dali, em Gilbués, há diamantes que “são únicos”, em cuja exploração empresas chinesas têm interesse (ABREA-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPOSTOS AO AMIANTO, s/d).

A comunidade quilombola no Município de Queimada Nova, a 163 km de distância de Isaías Coelho, é responsável pela extração de quartzito em seu território¹². Para o Município de Isaías Coelho não foram encontradas outras indicações de extração mineral no presente momento.

¹² Notícia do jornal local de Paulistana (PI), disponível em <https://cidadeverde.com/paulistana/p/10>.

- *Áreas Protegidas*

Para efeitos deste Relatório, as Áreas Protegidas buscadas incluem as unidades de conservação instituídas e recepcionadas como categorias pela Lei nº 9.985/2000, a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação—SNUC, e outras áreas que não foram recepcionadas e que contam com diplomas.

Quando a Lei nº 9.985 foi promulgada, em 18 de julho de 2000, no Estado do Piauí já havia 29 Áreas Protegidas instituídas e administradas pelas instâncias federal, estadual e municipais.

Dentre os 14 mosaicos existentes no Brasil — criados entre 2005 e 2013 pelo Ministério do Meio Ambiente—MMA —, o primeiro deles foi o Mosaico Capivara-Confusões (Portaria/MMA nº 76/2005) envolvendo o Parque Nacional da Serra das Confusões, o Parque Nacional da Serra da Capivara e o Corredor Ecológico entre essas duas unidades de conservação de proteção integral (URSINI, 2019, pp. 255-256).

Para o Município de Isaías Coelho não foram encontradas unidades de conservação em seu território e, para o Estado do Piauí, identificamos 6 Reservas Particulares do Patrimônio Natural-RPPN, sendo que nenhuma delas se encontra no Município de Isaías Coelho. No Plano de Governo para a gestão 2017-2020, apresentado pelo candidato que venceu nas urnas, o Prefeito Francisco Eudes Castelo Branco Nunes, consta a previsão da criação de unidades de conservação no município, embora com finalidades difusas, que não precisarão estar, necessariamente, congregadas em uma mesma área, vale a indicação:

Construir Parques Ambientais no Município, promovendo a cultura da preservação, conservação e contemplação dos recursos naturais, aliado à prática de esportes e atividades culturais. (Plano de Governo Municipal¹³)

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas—PNAP, instituído pelo Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, indica que é desejável o envolvimento de terras indígenas e de territórios quilombolas na gestão participativa das unidades de conservação e respeito às especificidades e restrições das unidades de conservação e dos territórios tradicionais. É controversa a indicação de terras indígenas como áreas protegidas, pois se constituíram como territórios tradicionais e há a manutenção da biodiversidade por conta dos arranjos sociais praticados e vivenciados pelos indígenas que nelas vivem, e uma nova administração,

¹³ Em divulgacandcontas.tse.jus.br.

no caso do órgão ambiental, romperia tais laços entre organização social e ambiente. Quando razões para a não conversão de terras indígenas em Áreas Protegidas pudessem ser os direitos originários dos povos indígenas.

Mesmo assim, há documentos que apontam as terras indígenas como áreas protegidas, de certo para uma composição com elas em mosaicos e corredores ecológicos. Os territórios quilombolas estão mais afastados dessa aproximação com estar ou não como uma Área Protegida e a razão pode ser uma questão de dominialidade, pois algumas das unidades de conservação e as terras indígenas são terras da União, enquanto territórios quilombolas são títulos particulares, pró-indivisos, registrados em nome de uma coletividade ou em uma associação.

A regularização fundiária das áreas dos territórios quilombolas em terras públicas no Município de Isaías Coelho ajudará aquele município a escolher áreas relevantes à conservação ou para a manutenção da biodiversidade e evitar as sobreposições entre essas duas formas especiais de territorialização: os territórios quilombolas e as áreas protegidas.

- *Terras Indígenas*

No sítio oficial da Fundação Nacional do Índio—FUNAI, não constam terras indígenas em quaisquer fases de regularização fundiária para o Estado do Piauí. Já o portal da saúde SUS informou, em 22 de abril de 2018, que existiam 6 mil indígenas desaldeados e a Diretoria de Unidade de Vigilância e Atenção à Saúde—DUVAS declarou atender indígenas de 36 municípios¹⁴ (SUS—SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, 2018). Até o presente momento (abril de 2020) não consta presença conhecida ou reivindicação noticiada de terra indígena no Município de Isaías Coelho.

Nos dados disponibilizados pela Fundação Nacional do Índio—Funai¹⁵, não são indicadas Terras Indígenas nas etapas regularização fundiária (estudo, declaração ou etapas seguintes) para o Estado do Piauí. Dentre os dados disponíveis no Instituto de Terras do Piauí—INTERPI, no mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais, que se encontra em andamento na instituição, há a indicação da comunidade indígena Gamelas, no Município de Santa Filomena, no Estado do Piauí. Há, ainda, o movimento “O Piauí tem índio sim!”.

¹⁴ São os territórios de administração da saúde que atendem indígenas em 36 municípios: Planície Litorânea, Dos Cocais, Entre Rios, Carnaubais, Vale do Sambito, Vale do Canindé, Vale do rio Guaribas, Vale dos rios Piauí e Itaueira, Serra da Capivara e Chapada das Mangabeiras (SUS—SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, 2018).

¹⁵ Sítio www.funai.gov.br, em 07/04/2020.

6.5 Outros territórios quilombolas em Isaías Coelho

O Território Quilombola Fazenda Nova e o Território Quilombola de Sabonete têm suas áreas incidentes no Município de Isaías Coelho. Vizinho ao município está o Quilombo da Volta do Campo Grande, no Município de Campinas do Piauí.

Figura 6— Outros quilombos conhecidos próximos ao Quilombo de Queimada Grande

Reproduzido de “Mapa de situação ambiental”, Corregedoria Geral da União—CGU, DNIT, em: http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/522351/PEDIDO_Mapa%20de%20Situao.pdf (acerca de outro assunto: as obras das BRs 316 e 230)

Inserção de L.B. Ursini, 2020, para destacar o Município de Isaías Coelho/PI e a localização aproximada do Quilombo de Queimada Grande .



Há, também, outras comunidades quilombolas no Município de Isaías Coelho que reivindicam o reconhecimento territorial, como a do Quilombo Caraíbas e a do Quilombo de Riacho Fundo.

Vizinho ao Quilombo de Queimada Grande está o Território Quilombola Fazenda Nova, de uma mesma comunidade que vive em “localidades”, como seus próprios membros chamam, que são: Umbrana, Fazenda Nova, Carreira da Vaca e Santa Inês (ROCHA & ALENCAR, 2007, p. 12).

O Quilombo de Queimada Grande é vizinho ao Território Quilombola Fazenda Nova. Por ocasião da sua delimitação, os quilombolas definiram os limites em “respeito” com o “baixão do riacho da Queimada Grande” e com relação a outras localidades, como Morro dos Ventos e Titão, conforme consta no relatório de identificação e delimitação o Território Quilombola Fazenda Nova (ROCHA & ALENCAR, 2007, p. 6). Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos menciona, para o Município de Isaías Coelho, os quilombos de Vargem Doce e São Domingos (SANTOS, 2006, p. 262).

7 Piauí: ocupação étnica, histórica e econômica

Longe da fábula da mestiçagem e da convivência profícua de três “raças”, estiveram presentes na história do Piauí, desde quando começou a ser anotada, os povos indígenas, os colonizadores europeu e os negros trazidos de África e de outras partes do Brasil. Ao longo dos séculos iniciais da ocupação e da colonização portuguesa no Brasil, de acordo com a observação que faz o antropólogo e historiador Luiz Mott acerca da obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1968), a base da estrutura da sociedade brasileira esteve fora do espaço urbano, o que teria propiciado uma “civilização” de raízes rurais e que as cidades seriam uma espécie de dependência das propriedades rurais, onde se concentrara a vida da Colônia (MOTT, 1975).

De qualquer maneira, a colonização se deu de forma e em tempos diferentes no vasto território das terras do Brasil. Euclides da Cunha, n’*Os Sertões*, observa que as regiões “das raias setentrionais de Minas a Goiás, ao Piauí, aos extremos do Maranhão e Ceará pelo ocidente e norte, e às serranias das lavras baianas, a leste” foi povoada de certa forma autônoma, no que indica o sertanista, sem a febre das minas e sem o que chamou de a “turbulência do litoral”. Uma região que “não produzia impostos ou rendas que interessavam o egoísmo da coroa”, que não chamava a atenção dos cronistas e que era esquecida pelos governadores, pelos vice-reis e pela distante “metrópole” (CUNHA, [1902], p. 41). A presença de sal no solo dessa região, conforme Euclides da Cunha, favoreceu os campos de gado, presentes em uma “extensa zona de criação de gado que já no alvorecer do século XVIII” (*ibidem*).

Observe-se que na organização espacial do autor, que tem foco nos sertões da Bahia nas divisas com Minas Gerais e nas regiões a partir do Rio São Francisco, as menções feitas ao Piauí e, também, ao Maranhão são como pinceladas em vetores para o mais distante, o mais longínquo e recôndito dos lugares. Luiz Mott fala em uma “tendência centrífuga de povoamento”, sendo que o Piauí é povoado a partir do interior, e não propriamente do litoral, se partindo do Rio São Francisco. A data indicada por Mott (MOTT, 1975) para uma “descoberta” do Piauí é em torno de 1674. O vale do Canindé é a referência topográfica por onde se adentrou Domingos Affonso “Sertão” (também, “Mafrense”), quem seria “o descobridor desses sertões” e onde fundou inúmeras fazendas de gado, se destacando em importância uma delas, a da Aldeia do Cabrobó, depois chamada Vila da Mocha (1712), atual Oeiras, que foi instalada em 1717 com o envio, por parte do Governador da Capitania do Maranhão¹⁶, de várias famílias e “um magote de 300 degredados” para promover o seu povoamento e desenvolvimento. (MOTT, 1975).

¹⁶ O Piauí esteve ligado à Capitania de Pernambuco e em 1695 se deu o seu desmembramento administrativo, vinculando o Piauí à Capitania do Maranhão, em 1702, “ou um pouco antes”. Em 1718, foi criada a Capitania de São José do Piauí, mas só será instalada em 1758. Em 1º de outubro de

O gado passava por Olinda para seguir ao Piauí, depois o Piauí se tornou um grande fornecedor. A região do rio São Francisco, e a partir dela, era consumidora, especialmente no período da mineração com auge no século XVIII. Deve-se ter em mente que, do gado, se utilizava também o couro e a sua força de tração, além da carne. A proibição, por parte da Coroa Portuguesa, de se criar gado a menos de 10 léguas do litoral, em 1701, pode ter ajudado a ocupação interiorana no Piauí, sendo considerado que esses quase 50 quilômetros de sertão, por entre riachos, terreno pedregoso e terra, se convertem em uma considerável distância.

Neste Capítulo, serão apresentados eventos históricos pontuais na história oficial do Piauí para nos aproximarmos da região em que se localiza o território dos remanescentes das comunidades dos quilombos de Quilombo de Queimada Grande, localizado no Município de Isaías Coelho, no Estado do Piauí.

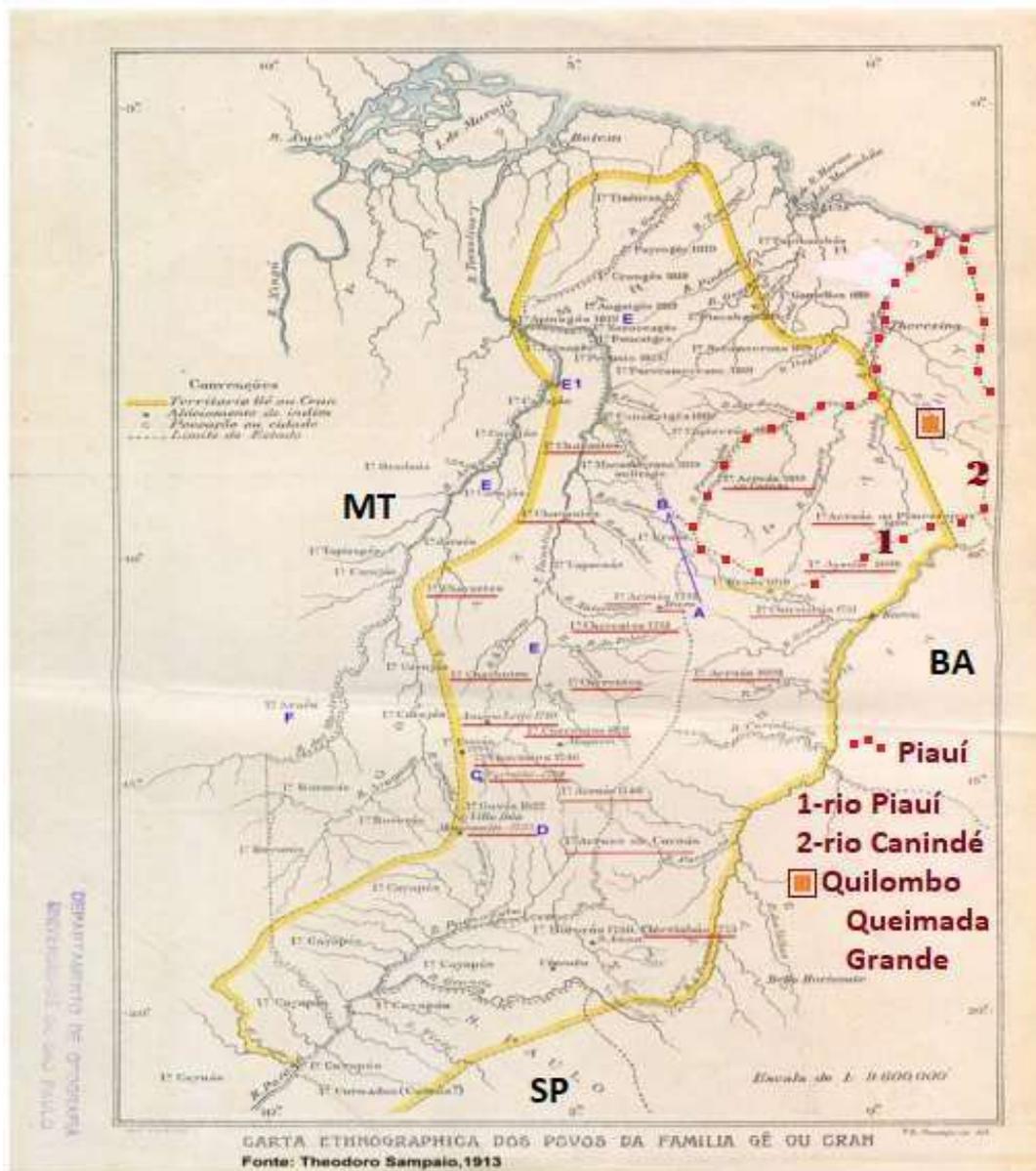
7.1 Povos autóctones

Os povos autóctones, no começo da colonização do Brasil, que viviam nas terras onde hoje se encontra a porção administrativa do Estado do Piauí pertenciam a diversos grupos étnicos indígenas: Aruá, Acroá, Anapurus, Araiozes, Kariri, Gueguê, Guanaré, Jaicozé, Pimenteira, Potiguara, Poti, Tabajara, Tacariju, Tremembé, Timbira e Xerente. Alguns desses povos eram nômades, como o caso dos Tremembé, povo de língua não Tupi, cujo território de circulação se entendia por uma vasta região entre os estados do Maranhão, Piauí e Ceará. Os Timbira, falantes de língua Jê, são atualmente identificados em maior número vivendo em territórios no Maranhão. Os “Acroás” e os Xerente foram anotados, no passado, como indiferenciados, chamados por Akwen.

“Akwen”, na verdade, se refere a um conjunto de grupos étnicos diferenciados anotados a partir do final do século XVII como “Acroás” (ou “Coroás”), e que são, também, os Xavante, os Xacriabá e os Xerente, que passaram, assim, a ser distinguidos — dentro do grupo “Akwen” — da metade do século XVIII em diante. As indicações da presença de tais grupos apontam para um território com porções contíguas, segundo De Paula, por entre o Maranhão, o Distrito Federal, o Tocantins, o Piauí, a Bahia, o Goiás e Minas Gerais (DE PAULA, 2007, pp. 177-178); podendo ser mais ampla, se observarmos a “Carta Ethnographica dos Povos da Família Gê e Gran”, de Theodoro Sampaio, de 1913, que alcança abaixo do rio Tietê até o baixo rio Gurupi, ao norte.

1811, o Piauí fica independente do Maranhão (D'ALENCASTRE, [1855] 1973, pp. 10, 20; COSTA, 1974, p. 54).

Figura 7— Abrangência dos territórios dos grupos indígenas “Akwen” (1913)



Carta Ethnographica dos Povos da Família Gê ou Gran [Kran], de Theodoro Sampaio, 2013. Reproduzido de (DE PAULA, 2007, p. 179). Em amarelo, área de grupamentos contíguos dos grupos chamados, no séc. XVII, por “Akwen”. Acréscimos de L.B. Ursini, 2020, para indicar a região de interesse no Rio Canindé.

A Carta Ethnographica de Theodoro Sampaio trás os “Acroás” (Coroás, Acoroás, Coroados) proeminentemente para o Estado do Piauí porque ele estava interessando em determinado grupo linguístico, os de línguas Jê. Outros grupos étnicos têm seus locais de ocupação apontados no atual território do Estado do Piauí, conforme anotados em

D'Alencastre (D'ALENCASTRE, [1855] 1973, p. 23). Preservamos a grafia dos grupos, principalmente, para eventuais checagens em denominações e autodenominações atuais, pois se as corrigíssemos, já seriam outras referências, como seguem:

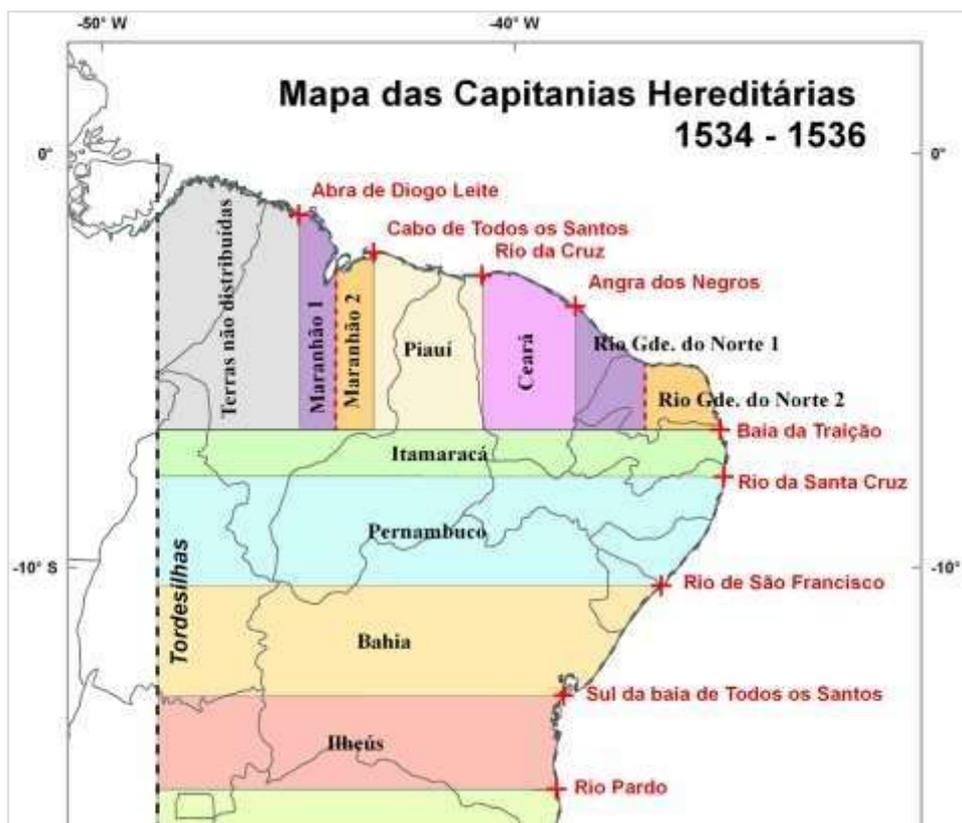
- Tapuyos — da serra da Ibiapaba até a margem do rio Parnaíba, 1674;
- Putys — foz do rio Poti;
- Aruazes — Município de Valença;
- Jaycoz, Timbyras, Gueguez e Acroroaz — no centro, nos termos de São Gonçalo, Oeiras e Jaicoz;
- Gamellas, Ginipapos e Guaraniz — habitavam as margens do Paranaíba e emigraram para o Maranhão e Pará depois de 1713;
- Cabuçus, Muipuras, Ahytatus, Aboypiras, Ubirajaras, Tapacuas e Tapacuas-mirim — habitavam as margens dos rios Parnaguá, Gurgueia e Urussuí e as terras limítrofes do Maranhão e de Goiás e emigraram, também, para o Maranhão e Pará; e
- Pimenteiros — habitavam as cabeceiras do rio Piauihy e terras limítrofes com a Província de Pernambuco.

As fazendas com gado se foram impondo à custa da expulsão dos indígenas. Não apenas pelos primeiros que se chegaram, mas continuamente ao longo do processo de ocupação não indígena. Ocorriam vinganças por parte dos indígenas, mortes de colonos maldosamente atribuídas aos indígenas em disputas pessoais entre colonos, vinganças de indígenas e entradas, saídas e retornos de indígenas que, por sua vez, estavam sendo deslocados de outros locais (D'ALENCASTRE, [1855] 1973, pp. 6-9; 18-19).

7.2 1534-1536: as Capitânicas Hereditárias e a peculiar divisão das capitânicas ao Norte

As primeiras divisões administrativas das terras do Brasil foram as Capitânicas Hereditárias. O mapa com as divisões das Capitânicas Hereditárias que conhecemos e que ficou gravado em nossa memória, segundo Jorge Pimentel Cintra, é o mapa da criação daquelas capitânicas entre 1534 e 1536 (CINTRA, 2013, pp. 11-12). O autor — examinando a fixação dos limites em topônimos, cartas de doação e cotejando diversos mapas — reconstruiu a divisão das capitânicas e a disposição das capitânicas ao Norte resultaram em um mapa surpreendente em linhas verticais, como se pode ver na Figura 8 — Capitânicas Hereditárias ao norte, observar a dimensão da Capitania do Piauí, na página 38 deste Relatório Antropológico.

Figura 8— Capitânicas Hereditárias ao norte, observar a dimensão da Capitania do Piauí



Fonte: Jorge Pimentel Cintra, p. 35, 2013.

Conhecer a definição das divisões das Capitânicas Hereditárias do Norte — que foram reestudadas por Cintra (CINTRA, 2013) é um auxílio precioso para a espacialização na leitura dos documentos e perceber o quanto o território do Estado do Piauí foi reduzido. O limite do Rio da Cruz, assinalado no mapa recomposto por Cintra, é o do rio Acaraú, no Ceará.

7.3 1663 e 1674: dois irmãos e a “descoberta” do Piauí com a fundação da primeira fazenda (Poções de Baixo)

A data indicada para uma primeira expedição ao Piauí, de muitas outras empreendidas por Mafrense e Julião, é a do ano de 1663. A fundação do primeiro arraial nessas terras acontece em 1674.

Irmãos e fazendeiros nas margens do Rio São Francisco¹⁷, Domingos Affonso Sertão (ou Domingos Affonso Mafrense) e Julião Affonso Serra decidiram, ou forma mandados, a depender da versão, se adentrar pelo sertão do Pernambuco na conquista e no abate propriamente dito de indígenas. Eram diversos ataques e ocupação de grupos de indígenas

¹⁷ Sítio Salobo, ou Salobro, nas cercanias de Cabrobó, na margem do rio São Francisco.

que viviam em ambas as margens do Rio São Francisco e que tomavam o gado nos povoados, hostilizando os colonos e os reideiros que quase nunca dispunham de revide à altura da ação dos indígenas dos grupos étnicos Amoypira (ou Amoipira) e Ubirajara nas regiões daquele rio entre o Pernambuco e a Bahia. Deve-se ter em mente que ao se mencionar “Pernambuco” está-se referindo a terras que abrangiam, à época, o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba até 1799 pertencentes à Capitania de Pernambuco, conforme as notas que Mott (1975) tomou de Guilherme Studart¹⁸. E a Capitania do Pernambuco abrangeu o Piauí, como dito mais atrás neste Relatório Antropológico, até 1695.

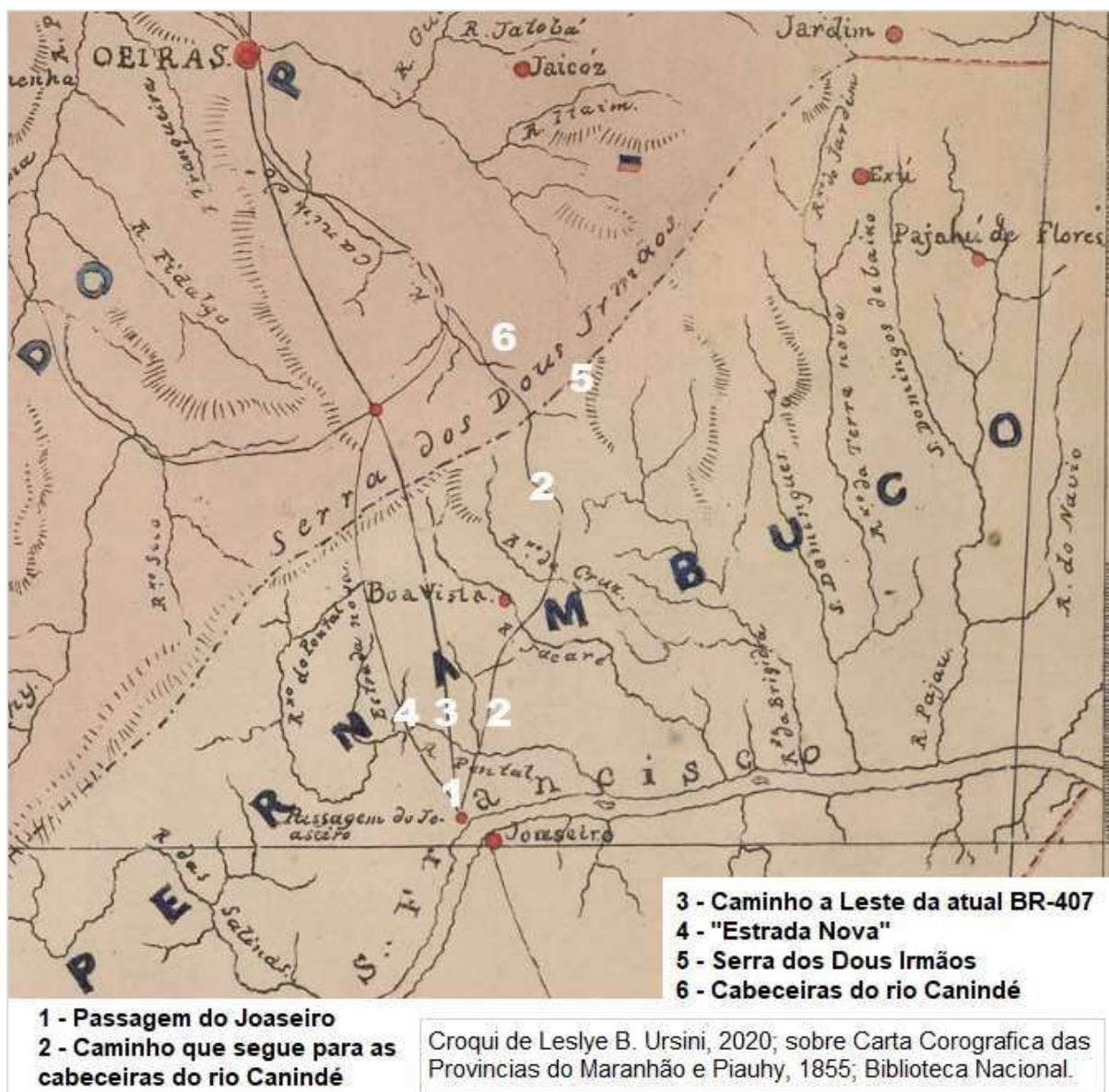
Domingos Affonso (Mafrense) era desbravador experiente em banir indígenas em: em 1674 Francisco Dias de Ávila oferece auxílio ao governo a fim de “arremeter contra os índios gueguês e outras tribos selvagens que andavam devastando os currais do São Francisco”, com a participação de Domingos Rodrigues de Carvalho, Domingos Affonso (Mafrense) e Francisco Rodrigues de Carvalho, conforme Francisco Porto citado por Pereira da Costa (COSTA, 1974, p. 45). Para o Piauí, uma bandeira foi composta pelos irmãos Domingos Affonso Sertão (ou Domingos Affonso Mafrense) e Julião Affonso Serra, auxiliada financeiramente por outros dois irmãos, Francisco Dias de Avilla e Bernardo Pereira Gago. As terras que Mafrense e seu irmão descobriram não eram terras comunicadas à Coroa, se podiam apossar delas e criarem gado bovino e cavalos nessas áreas, em vez de os criarem em terras alheias, como era feito por Mafrense nas margens do Rio São Francisco, em terras de Francisco Dias de Avilla.

Domingos Jorge é apontado, por alguns autores, como o “descobridor” do Piauí. Na disputa sobre a autoria do feito, D’Alencastre diz que se é de desconfiar disso; e que ele era somente o sobrinho de Julião, e que deste herdou todas as terras no Piauí e as povoou. O nome de Domingos Jorge Velho está ligado às investidas contra o quilombo de Palmares (D’ALENCASTRE, [1855] 1973, p. 18; COSTA, 1974, p. 69). Manuel Aires de Casal (CASAL, 1817, pp. 291-292) se refere a um encontro dos irmãos Mafrense e Julião com o Domingos Jorge Paulista (Velho), possivelmente em terras piauienses, depois que os irmãos atravessaram a Serra dos Dois Irmãos (há um problema aí, o nome da serra teria sido dado após a travessia pelos dois irmãos e por causa deles...), também chamada de Serra Vermelha. Carlos Alexandre reitera que não há evidências de que Domingos Jorge Velho tenha passado pelo Piauí ou, ainda, recebido sesmarias nesse estado (Província, no caso) sendo as primeiras sesmarias recebidas por Domingos Affonso Mafrense ou Domingos Affonso Sertão (SANTOS, 2006, p. 48).

A Serra dos Dois Irmãos, ou Serra Vermelha, se estende no divisor de águas em que, de um lado está o Pernambuco e, de outro, as nascentes do rio Canindé que se adentra ao Piauí até afluir no rio Parnaíba. Segue um mapa de onde, provavelmente, os irmãos “descobridores” atravessaram a serra e se adentraram ao Piauí pelas cabeceiras do rio Canindé.

¹⁸ De sua obra intitulada *Datas e Factos para a História do Ceará*, Fortaleza, Tipografia Studart, 1896, às páginas 425 e 426ç citada em Luiz Mott (MOTT, 1975).

Figura 9— Caminhos do Pernambuco e da Bahia para o Piauí pelo rio Canindé (1855)



Do percurso dos irmãos, nos fala Carlos Alexandre: “partindo da passagem de Juazeiro uma tropa de 50 homens e índios auxiliares”, em 1663; sendo que, em 1674, percorrendo a margem esquerda do Rio Canindé, fundaram o “arraial em que mais tarde surgiria a Fazenda Paulista, posteriormente a cidade de Paulistana” (SANTOS, 2006, p. 76).

Antônio José Sampaio afirma que os irmãos conquistadores teriam se adentrado ao Piauí pelas cabeceiras do rio Piauí, o que é contra argumentado por Costa, pois não há caminhos na penetração colonizadora pelo rio Piauí, explicando que os caminhos que se foram abrindo seguiam para o Maranhão; outro na direção contrária para a serra da Ibiapaba; e dois que seguiam para as margens do rio São Francisco (a fazenda Sobrado é uma referência), partindo ambos do rio Canindé. (COSTA, 1974, p. 61). A primeira fazenda que Domingos Affonso (Mafrense) situou nas terras do Piauí foi a denominada Poções de Baixo,

no rio Canindé e que foi “expurgada a região por sucessivas bandeiras”; o que pode significar os esbulhos contra os indígenas na região que, segundo anotou Costa, “foi logo povoada de sertanejos pernambucanos e baianos” (COSTA, 1974, p. 45).

A fazenda Poções de Baixo é no local chamado Poções, em que se sucedeu o Município de Isaías Coelho. Segundo Eduardo Rocha, no relatório de identificação e delimitação do Território Quilombola Sabonete, o município está nas Datas das sesmarias, mais tarde Fazendas Estaduais, Poções e Campo Grande (ROCHA & ALENCAR, 2008, p. 15). Considerar que há a área de determinado local e a sua indicação pontual, é possível que para o lugar “Poções” houvesse dois pontos (quem sabe duas edificações ou estruturas). De qualquer maneira, sabemos que o Quilombo de Queimada Grande se encontra na Data Poções.

Figura 10 — Fazendas Poções de Baixo e Campo Grande: lugar do Município de Isaías Coelho-PI



Carta Geographica do Piauy, 1828, Munich, de autoria de Jos Schawarzmann; Biblioteca Nacional. Inserções de L.B. Ursini, 2020, com as indicações das fazendas Poções de Baixo e Campo Grande, para a indicação do Município de Isaías Coelho e para o Quilombo de Queimada Grande; e outras assinalações.

Notar, na Figura 10, que existe a fazenda Poções de Cima. Também, reparar que há as fazendas de nomes Sobrado e Joazeiro (junto ao rio Itainzinho)¹⁹, em referência, de certo,

¹⁹ Pereira da Costa reporta a concessão daquelas sesmarias: em 1745, no dia 29 de dezembro, a fazenda Juazeiro, “na ribeira do Itaim”, concedida a Domingos Fernandes; em 1747, em 14 de abril, a fazenda Sobrado, também na ribeira do Itaim”, sesmaria concedida a Atanásio Rabelo Sepúlveda (COSTA, 1974, pp. 116, 118). É possível interpretarmos “ribeiro do Itaim” como “afluente do Itaim”, pois as fazendas, ou lugares, Juazeiro e Sobrado estão localizadas no Itainzinho, afluente direito do rio Itaim. Do outro lado, a leste e rumo ao vale do rio Canindé (riacho do Sapeca?, está pouco legível), estão as fazendas, ou os lugares em 1913, Poções e Poço indicadas naquele mapa.

às localidades nas margens do rio São Francisco com os caminhos que ligavam àquela região do Canindé das primeiras colonizações.

As primeiras sesmarias foram concedidas àqueles dois irmãos — Domingos Affonso Mafrense e Julião Serra — por D. Francisco de Almeida, então Governador da Província de Pernambuco. Mafrense requereu sesmarias em 1676 (D'ALENCASTRE, [1855] 1973, p. 18). O gado trazido para as fazendas vieram das margens do rio São Francisco e, inicialmente, importados de Cabo Verde, pertencente a Portugal e “esses animais multiplicaram-se extraordinariamente no Piauí (COSTA, 1974, p. 76).

Em curto período já era dono de fazendas prósperas em que o gado se multiplicava. A notícia da descoberta daquelas terras circulou pela Bahia e muitos quiseram terras próprias para criar animais ou cultivar. Segundo D'Alencastre, em 1684, já era grande o número de sesmarias concedidas e tal concessão não contava com muita prudência ou observação legal e, ignorando a topografia local, muitos foram os pedidos atendidos de concessão de sesmarias em terras já concedidas, resultando em contestações por ocasião das demarcações. A ocupação se deu às margens dos rios Piauí, Gurguéia e Canindé, nesse primeiro momento, com a implantação das primeiras fazendas de gado (D'ALENCASTRE, [1855] 1973, pp. 14-16).

A intensa busca por sesmarias no Piauí iniciou deu margem à prática de se requererem sesmarias para venderem-nas. Tal prática era, em larga medida, facilitada pela fragilidade da legislação que não impedia o recebimento de mais de uma sesmaria pela mesma pessoa; o que continuou a acontecer até o século XVIII, de acordo com Santos, quem menciona, ainda, que sesmarias chegaram a ser solicitadas em nome de recém-nascidos e daqueles por nascerem (SANTOS, 2006, p. 49).

7.4 1695-1715: confusão na doação de sesmarias por diversos governantes

O desmembramento administrativo do Piauí em relação à Capitania de Pernambuco se deu em 1695 (SANTOS, 2006, p. 50; D'ALENCASTRE, [1855] 1973, p. 5); e o Piauí ficou submetido à Capitania do Maranhão, por determinação régia que vigoraria em 1715.

Dessa forma, diversos governantes poderiam doar terras no Piauí, pois a legislação confusa assim permitia. Uma taxa era cobrada daqueles que recebiam sesmarias no Piauí. Mais tarde, tal taxa foi generalizada para as demais regiões da colônia, por meio da Carta Régia de 27 de Dezembro de 1695. O desconhecimento da exata localização e das medidas das sesmarias estava dentre as dificuldades enfrentadas pela Coroa, pois os sesmeiros não estavam obrigados a demarcá-las, embora “todos os sesmeiros, donatários e povoadores do Piauhy” estivesse obrigados a demarcar suas terras no prazo de dois anos, sob pena de ficarem devolutas, por ordem da Carta Régias de 3 de março de 1702 (D'ALENCASTRE,

[1855] 1973, p. 5). No entanto, a situação da não demarcação perdurou, de acordo com Santos (SANTOS, 2006, p. 50), até fins do século XVII.

D'Alencastre menciona intrigas, movidas por inveja, da parte de inimigos de Domingos Affonso. Conforme se foram concedendo sesmarias, demarcando terras, velhos sesmeiros e herdeiros apareceram e ganharam forças com as cartas régias de 20 de janeiro de 1699 e de 3 de março de 1702. Por ordem da Carta Régia de 20 de janeiro de 1699, aqueles que não cultivassem a terras e as habitassem por si, as perderiam para quem as denunciasse; a Carta Régia de 3 de março de 1702 impunha que a posse fosse confirmada em 6 meses, sob pena de fortes multas, e a demarcação judicial em 2 anos. Tais normas favoreceram aqueles que arrendavam terras e que não pagavam pelos arrendamentos e juízes lucraram com as primeiras decisões sobre posses territoriais (D'ALENCASTRE, [1855] 1973, p. 19). Por manobras políticas, com a passagem da administração do Piauí ao governador do Maranhão, se tentou fazer com que as sesmarias concedidas pelos governos do Pernambuco e Bahia fossem consideradas terras devolutas, no entendimento do Governador do Maranhão Antonio José da Fonseca Lemos. Alguns descontentes intercederam junto à Coroa em 1714 e o Decreto de 11 de janeiro de 1715 fez o Governador do Maranhão voltar atrás (D'ALENCASTRE, [1855] 1973, p. 20).

7.5 1711: morte de Mafrense e a doação das terras aos jesuítas

Com a Morte de Domingos Affonso (também, chamado “Domingos Affonso Sertão”), em junho de 1711, os jesuítas ficaram com a posse das suas terras e outros bens a eles doadas (D'ALENCASTRE, [1855] 1973, pp. 5, 21). Mafrense morreu na Bahia e os bens foram deixados ao reitor da Companhia de Jesus, do colégio em Salvador. Eram 30 fazendas de gado, aproximadamente 277 léguas de sesmarias, ou seja, 1.206.612 hectares de terra (COSTA, 1974, p. 174); além de outros sítios e roças. D'Alencastre fala em 39 fazendas com capelas grandes ou pequenas, das quais faziam parte 50 sítios arrendados a particulares (D'ALENCASTRE, [1855] 1973, p. 48).

7.6 1759 e 1961: expulsão dos jesuítas e sequestro dos seus bens

Os jesuítas são expulsos das terras brasileiras em 1759 (SANTOS, 2006, p. 54) e as relações com Portugal rompidas, sendo proibida a presença da Companhia de Jesus em todas as colônias portuguesas²⁰. Os bens confiscados dos Jesuítas pela coroa portuguesa eram as fazendas e suas instalações, o gado e os escravos.

²⁰ A desculpa, para questões políticas e pessoais de dirigentes nas relações em Portugal, foi a de um atentado a tiros contra Dom José I, supostamente conspirado pela Companhia de Jesus (COSTA, 1974, p. 131).

Tão logo sequestrados os bens dos jesuítas, o Governador Pereira Caldas do Piauí (assumiu em 20 de setembro de 1759) as dividiu em três inspetorias, as provendo com administradores e vaqueiros (COSTA, 1974, p. 136). Informa Carlos Alexandre que aquela divisão administrativa não era a mesma como o eram as divisões administrativas da colônia baseadas em freguesias, povoados, vilas e cidades (SANTOS, 2006, p. 55).

D'Alencastre separa, segundo critério seu, três categorias de situações do despojo dos bens de Domingos Affonso que foram sequestrados dos jesuítas (D'ALENCASTRE, [1855] 1973, p. 49). São as categorias: as terras arrendadas a particulares (*); as terras confinantes compradas pelos jesuítas e que engordaram tal patrimônio (**); e as fazendas que foram doadas por El-Rei a particulares, a outros que tinha empobrecido no trabalho no serviço para o "Estado" e a tantos outros, os quais pudessem contar com relações de apadrinhamentos (***); como segue a descrição de uma distribuição na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, na página **Erro! Indicador não definido.**

Figura 11 — Destinação, e nomes, das fazendas de Mafrense

(*) Canna-braba, Porto-Alegre, Tatú, Panella, Jacaré, Carahibas, Sitio do meio, Boa Esperança, Angical, Lagoa, Conceição, Bom Jardim, Cachoeira, Almas, Santa Cruz, Castello, Bority, Prata, Salinas, Santo Antonio, Esfollado, Canna-Vieira, Santa Rosa, Serra Vermelha, Riacho, Riacho da Almecega, Madre de Deus, Espírito Santo, Santa Isabel, S. Nicolau, Mendes, S. Victor, Macacões, Sobrado, S. Pedro de Alcantara, Malhada dos Cavallos, Riacho da Onça, Santa Anna, S. João, Piripiri, Flores, Agua Verde, Supicu.

(**) A fazenda Pobre foi comprada pelo reitor da companhia a D. Antonia Fonseca de Jesus, viuva de Domingos Jorge, e a Manoel Cardoso da Costa. As fazendas Sallinas e Cachoeira foram compradas pelo mesmo reitor em 1759 ao capitão-mór Antonio Gonçalves Neiva, e desembargador André Leitão de Mello. As fazendas Guariba e Matto foram compradas pela companhia em 1745 ao mesmo capitão-mór Neiva, e a D. Ignacia de Araujo Pereira, viuva do coronel Garcia de Avila. As fazendas Sallinas da Itaucira e S. Romão foram arrematadas em execução que o collegio moveu a Domingos Jorge. Agua Verde foi doada ao collegio por Martinho Soares, e seus gados por Antonio Ferreira de Armonda.

(***) Agua Verde foi doada ao capitão Francisco da Cunha e Silva Castello-Branco: — S. Romão ao tenente-coronel João do Rego Castello-Branco: — Sallinas do Canindé ao ajudante Caetano da Cêa Figueiredo: — Sallinas da Itaucira ao capitão Luiz Miguel dos Anjos: — Riacho dos Bois ao capitão Antonio José de Queiroz: — Tatu ao tenente Manoel Pacheco Tavira.

Reproduzido de nota de rodapé (D'ALENCASTRE, [1855] 1973, p. 49)

Notamos, na relação de fazenda acima, que eram mais de 30 fazendas as indicadas por D'Alencastre.

7.7 Fazendas da Capela, Fazendas Nacionais, Fazendas Estaduais e os negros escravizados e locais

Depois que Domingos Affonso (de alcunhas “Mafrense” e “Sertão”), quem não possuía herdeiros, doou seus bens aos Jesuítas, as fazendas passaram a ser conhecidas como “Fazendas da Capela” (IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008, p. 13). Em 1822, as fazendas daquele patrimônio foram chamadas “Fazendas Nacionais” (COSTA, 2014, p. 78; OLIVEIRA & ASSIS, 2009, p. 5); e com a Constituição Federal, em 18 de Setembro de 1946, passaram ao patrimônio do Estado do Piauí com o nome de “Fazendas Estaduais” (COSTA, 1974, p. 76).

- *1761: Fazendas da Capela*

Eram chamadas de “Fazendas da Capela” (IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008, p. 13) as fazendas de Mafrense, após terem sido deixadas por ele aos Jesuítas após a sua morte em 1711; e Mairton Silva as chamou como “fazendas jesuíticas” em sua tese.

Os jesuítas tiveram três sedes por entre as mais de 30 fazendas recebidas: o Brejo de São João, na região do rio Piauí; Nazaré, nas regiões do rio Parnaíba e o Brejo de Santo Inácio, nas margens do rio Canindé (OLIVEIRA & ASSIS, 2009, p. 4), próximo à região onde, mais tarde, se localizou o Município de Isaías Coelho, que é o Município de Santo Inácio do Piauí, criado em 1963²¹ (IBGE, Cidades, 2020).

Uma capela, deixada pelos jesuítas, foi destruída em 1945 e ainda há outras marcas da sua presença, como a casa grande e o banheiro dos padres, localizado em um olho d’água. A criação de uma feira livre incrementou o povoamento de Santo Inácio (*ibidem*).

7.7.1.1 Fazenda Campo Grande e outras: renda para pagar os estudos dos noviços

A fazenda Água Verde era tida como a quarta fazenda mais rentável dentre aquelas pertencentes aos jesuítas nos idos de 1739 e, junto àquela fazenda, estava outras duas: a

²¹ Lei Estadual nº 2.550, de 09-12-1963, desmembrado do município de Simplício Mendes.

fazenda de Castelo e a de Campo Grande (RIBEIRO, et al., 2014). Segundo os autores, dessas três fazendas juntas se obtinha “a fonte de renda para custear as despesas de jovens Jesuítas do noviciado do Colégio da Bahia, em Salvador” (*idem*, p. 254). A fazenda Campo Grande é uma referência para a instalação de Isaías Coelho, conforme informado por Rocha e Alencar (ROCHA & ALENCAR, 2008, p. 15), município onde se encontra o Quilombo de Queimada Grande; ver, também, a Figura 10 — Fazendas Poções de Baixo e Campo Grande: lugar do Município de Isaías Coelho-PI, na página 41 deste Relatório Antropológico.

- *1822: Fazendas Nacionais*

Com o sequestro dos bens dos jesuítas, em 1761, as fazendas passaram para a Real administração “sendo denominadas Fazendas do Fisco ou Fazendas Reais e após a proclamação da Independência, em 1822, tornaram-se patrimônio do governo imperial” e levam o nome de Fazendas Nacionais (COSTA, 2014, p. 78; OLIVEIRA & ASSIS, 2009, p. 5), mais tarde, bens da União.

Com as Fazendas Nacionais, se formam duas categorias de trabalhadores escravizados: aqueles escravos “da Nação”, os quais “se julgavam superiores aos escravos de particulares, alegando que o senhor deles era o rei e os... escravos de parte... de senhores que compravam nas feiras da Bahia”, de acordo com Odete Rocha²².

Essa população escrava aglutinar-se-ia em núcleos nas terras das Fazendas [do Fisco], resistindo aos diversos administradores enviados pela Monarquia e aos desmandos dos arrendatários que fechavam acordos com os governos. (IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008, p. 16)

7.7.2.1 *Inspeções: dote, alienação e arrendamento*

É atribuído ao Governador do Piauí, João Pereira Caldas²³, a divisão das fazendas sequestradas dos jesuítas em três inspeções ou departamentos, a partir da interpretação do que informa Francisco Augusto Pereira da Costa (COSTA, 1974, p. 75). Ocorre que a divisão das fazendas entre inspeções, e com este mesmo nome, já existiam feitas pelos jesuítas, conforme observamos em Mairton Silva (SILVA, 2016, p. 175). Seguem as inspeções jesuítas:

Como primeira residência dos padres da Companhia de Jesus no Piauí, é indicada a fazenda Torre²⁴, para depois de receberem as fazendas doadas estarem divididos entre o Brejo de Santo Inácio, nas margens do rio Canindé; o Brejo de São João, na região do rio Piauí; e em Nazaré, região do rio Parnaíba (OLIVEIRA & ASSIS, 2009, p. 4). Encontramos a

²² Obra citada pelo estudo do IPHAN: Odeth Vieira da Rocha, **Maranduba**: memória do Nordeste contada de viva voz - de mãe para filho, de avó para neto - para que não se percam nossos começos e tropeços. 2. ed. Rio de Janeiro: Sindical, 1994.

²³ Assume em 20 de setembro de 1759 a Capitania do Piauí, a partir daí se dá o início do sequestro dos bens dos jesuítas (D'ALENCASTRE, [1855] 1973, p. 6).

²⁴ Não confundir com “Casa da Torre”, na Bahia, atual localidade da Praia do Forte.

localidade Torre, próxima às localidades de Santo Inácio, Brejo, Rapariga e Castelo, como segue no mapa abaixo (ARQUIVO NACIONAL, 1828).

Tabela 4 — Inspeções e fazendas dos jesuítas, após 1711: N. S. de Nazarette, São José do Piauí e Santo Inácio do Canindé

Organização das “Inspectorias” pelos jesuítas (por volta de 1711, quando receberam, as fazendas); dados obtidos em Silva (SILVA, 2016, p. 175); organização L.B. Ursini, 2020		
INSPEÇÃO NOSSA SENHORA DA NAZERETTE	INSPEÇÃO SÃO JOSÉ DO PIAUÍ	INSPEÇÃO SANTO IGNÁCIO DO CANINDÉ
fazenda Tranqueira de Baixo	fazenda Serra	fazenda Inxú [Exú]
fazenda Serrinha	fazenda Cajazeiras	fazenda Tranqueira do Meio
fazenda Olho D’água	fazenda Gameleira	fazenda Bento
fazenda Guaribas	fazenda Cachoeira	fazenda Pobre
fazenda Mato	fazenda Salinas	fazenda Baixa
fazenda Catarem	fazenda Espinhos	fazenda Saco
fazenda Jenipapo	fazenda Grande	fazenda Saquinho
fazenda Gameleira	fazenda Caxé	fazenda Ilha
fazenda Mucambo	fazenda Boqueirão	fazenda Castelo
fazenda Alagoa	fazenda do Julião	fazenda Campo Grande
fazenda Algodões (sede da administração missionária)	fazenda Brejinho (funcionava como casa de residência dos jesuítas)	fazenda Campo Largo (fazenda residência)

Figura 12 — Localidade de “Torre”, provável localização da morada dos jesuítas anterior ao recebimento da doação das fazendas pela morte de Mafrense em 1711



Detalhe do mapa (ARQUIVO NACIONAL, 1828)

Um inventário das fazendas de cada uma das Inspeções foi feito em 1811²⁵ pelo ouvidor-geral dom Luís de Oliveira: juntas, possuíam 489 escravos, 1.860 bestas, 1.010 cavalos e 50.670 cabeças de gado vacum²⁶ (COSTA, 1974, p. 136)²⁷.

Tabela 5– Relação das Fazendas nas Inspeções Canindé, Nazaré e Piauí (1811)

Inventário das Fazendas Nacionais, feito em 1811 (F.A. Pereira da Costa, 1974, p. 137); organização L.B. Ursini, 2020		
INSPEÇÃO NAZARÉ	INSPEÇÃO PIAUÍ	INSPEÇÃO CANINDÉ
fazenda Gameleira	fazenda Salinas	fazenda Ilha
fazenda Guaribas	fazenda Brejinho	fazenda Pobre
fazenda Matos	Fazenda Grande	fazendo Baixa dos Veados
fazenda Lagoa de São João	fazenda Boqueirão	fazenda Sítio
fazenda Olho D'água	fazenda Gameleira	fazenda Tranqueira
fazenda Mocambo	fazenda Caché	fazenda Poções
fazenda Serrinha	fazenda Serra Cajazeiras	fazenda Saco
fazenda Jenipapo	fazenda Mocambo	fazenda Saquinho
fazenda Algodões	fazenda Cachoeiras	fazenda Castelo
fazenda Cataréns	fazenda Espinhos	fazenda Burity
fazenda Tranqueira	fazenda Julião	fazenda Campo Largo
		fazenda Campo Grande

Notar as fazendas Poções e Campo Grande, indicativas de onde se sucedeu o Município de Isaías Coelho, onde se localiza o Quilombo de Queimada Grande.

A classificação das Inspeções, segundo municípios, e que foram incorporando as antigas fazendas, é apresentada em estudo do IPHAN (2008), como segue:

²⁵ O primeiro inventário foi feito pelo Padre Domingos Gomes em conjunto com o escrivão Antônio Neiva e os capitães Manoel Duarte da Faria e Antonio Gomes Pereira, que percorreram, ao longo de 2 meses em 1717, as fazendas deixadas por Domingos Affonso após a sua morte em 1711. O propósito era o de se ter dados quantitativos para apresentar à Companhia de Jesus. Nessa oportunidade marcaram o gado a ferro e verificavam informações acerca dos moradores de cada fazenda “se eram intrusos ou sujeitos que habitavam aquelas terras desde o tempo do bandeirante”; para uma avaliação, conversaram com “conversas com índios, negros escravizados e mamelucos livres que se encontravam nas fazendas”. O resultado foi o da contabilização de 24 fazendas de Domingo Affonso Mafrense e mais 6 reavidas em disputas com posseiros (SILVA, 2016, p. 174).

²⁶ Avaliadas no total de 179:787\$000 Réis (COSTA, 1974, p. 136).

²⁷ Francisco Augusto Pereira da Costa conta que o inventário feito somou 35 fazendas e, no entanto, que o autor nos apresenta a lista 34 fazendas (cf. páginas 136 e 137 de COSTA, 1974). Nota-se que há nomes que se repetem: Gameleira, Mocambo e Tranque; no entanto, quando cotejamos com mapas, notamos que as localidades não são as mesmas e que, nos mapas, há diversas localidades com o mesmo nome. No caso da fazenda Poções, há mapa que indica “Poção de Baixo” e “Poção de Cima”, jusante e montante do rio Canindé.

Tabela 6— Atuais municípios de localização das antigas Fazendas Nacionais

Municípios atuais onde eram localizadas as Fazendas Nacionais, depois (1946) Fazendas Estaduais (IPHAN, 2008, p. 18); organização de L.B. Ursini, 2020		
INSPEÇÃO NAZARÉ Município de Floriano (escola Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara) Município de Nazaré	INSPEÇÃO PIAUÍ Município de Canto do Buriti Município de Paes Landim Município de São Francisco do Piauí Município de São João do Piauí Município de São José do Peixe Município de Socorro do Piauí	INSPEÇÃO CANINDÉ Município de Campinas do Piauí (Fábrica de Laticínios) Município de Conceição do Canindé Município de Isaías Coelho Município de Oeiras Município de Santa Cruz Município de Santo Inácio Município de Simplício Mendes

Notar o Município de Isaías Coelho, onde se localiza o Quilombo de Queimada Grande.

Provavelmente muita extensão de terras se perdeu já no levantamento feito pelos jesuítas ao terem recebido as fazendas após a morte de Mafrense, em 1711. Um inventário das fazendas deixadas em doação por Mafrense foi feito pelos jesuítas em meio às imprecisões das indicações de estarem as terras entre a serra do Araripe e a Aldeia dos Naipiras, apontada esta como no Maranhão por uns e nos lados do rio São Francisco por outros, além das 24 fazendas, os jesuítas conseguiram reaver de posseiros mais 6 fazendas de Mafrense (SILVA, 2016, p. 174). As extensões das fazendas da inspeção de administração jesuíta (anterior a 1759 e depois de 1711²⁸) de São José do Piauí era de aproximadas 7 léguas de comprimento por 3 de largura em cada fazenda; na inspeção de Santo Inácio do Canindé as extensões de cada fazenda regulavam em 10 léguas de comprimento por 5 léguas de largura (*ibidem*); repare-se que 1 légua é pouco mais de 4,8 quilômetros. De acordo com Silva, “a inspeção Santo Inácio do Canindé englobava as maiores fazendas dos missionários da Companhia de Jesus” (SILVA, 2016, p. 175).

Tabela 7— Áreas das Inspeções Canindé, Nazareth e Piauhy

Área aproximada das Inspeções Canindé, Nazareth e Piauhy (ano 1822 aprox.)	
Dados organizados por L. B. Ursini, 2020 a partir das informações obtidas em D'ALENCASTRE [1855] 1973, pp. 56-57.	
INSPEÇÕES	ÁREA EM ha *
Inspeção Canindé	2.389.264,03
Inspeção Nazareth	2.787.863,20
Inspeção Piauhy	2.787.863,20
TOTAL	7.964.990,44
Conversões: 1 légua igual a 4828,032 m; 1 hectare igual a 10.000	

²⁸ Redivisões e aquisições podem ter ocorrido, pois os nomes tanto dos lugares quanto das fazendas, que por vezes recebem ou dão nomes aos lugares, vão mudando ao longo do tempo.

Fazendo-se os cálculos, temos que a área das três Inspeções juntas, por volta de 1822, corresponde a 31,6% da área do atual Estado do Piauí, que é de 25.152.900 hectares.

Em 1844, a princesa Januária — irmã de D. Pedro II — se casa com Luiz Carlos, Conde de Áquila e tem como dote todas as fazendas da Inspeção Canindé listadas na Tabela 5 – Relação das Fazendas nas Inspeções Canindé, Nazaré e Piauí (1811), na página 48 deste Relatório Antropológico. Com o dote, as fazendas passaram a pertencer ao casal, a particulares, portanto; com estado deplorável sob essa administração. Como cláusula do contrato de casamento, na ausência de herdeiros ou se o casal fosse morar fora do Brasil, o dote imperial seria revestido ao patrimônio nacional. O casal se mudou para a Europa e as fazendas ficaram sob a administração do Ministério da Fazenda. As Fazendas não prosperaram, políticos locais tiraram vantagens pessoais delas, os rendimentos diminuíram e o gado desaparecia. O Congresso Nacional votou leis que autorizavam a venda ou o arrendamento de diversas dessas propriedades²⁹ (COSTA, 1974, pp. 75-76).

7.7.2.2 Outras destinações às pessoas escravizadas nas Fazendas Nacionais

O governo Imperial possuía, portanto, escravos. E dispôs dos seus destinos de diversas formas, além de tê-los incorporado como propriedades junto às Fazendas.

Remarca Santos essa extrapolação por parte do governo quem em 1843, enviou 150 casais de escravos retirados das Fazendas Nacionais para o Rio de Janeiro (SANTOS, 2006, p. 63).

Escravizados da Nação foram enviado à Vila do Poti para construírem a igreja matriz da nova capital, são eles: Marcelino, Antônio, Lourenço, Cassiano, Policarpo, Eusébio, Manoel, Nicolau e Casimiro; duas mulheres escravizadas: Hilária e Inês, “responsáveis pela preparação dos alimentos e lavagem das roupas dos trabalhadores”, e 4 “moleques (meninos escravizados de pouca idade, aprendizes de ofícios)”. A Vila Nova do Poti recebeu, em maio de 1851, foram 21 outras pessoas que edificaram suas novas habitações e, em 1852, os moradores de Oeiras se transferiram para a nova vila, acompanhados da sua escravatura; mais tarde no nome da nova vila mudou para Teresina (CARVALHO, 2014, p. 173).

A Guerra do Paraguai durou entre 1864 e 1870. Índigenas foram enviados para a guerra e escravos também de diversas capitânicas. Terminada a euforia inicial da guerra, muitos não queriam lutar e houve rumores, em 1865, na localidade de Frecheiras, no Piauí, de que havia grupos que não queriam prestar esse serviço militar e, ainda, que os escravos pretendiam se rebelar. Foram enviados à Corte 70 trabalhadores das Fazendas Nacionais, da Inspeção Canindé e que seriam escravos; mais 58 da Inspeção Nazaré e 61 da Inspeção Piauí. Em fevereiro de 1867, seguiram mais 167 escravos “escravos da nação libertos para o

²⁹ Conforme indica Costa, são as Leis nºs 2.792, de 20-10-1877; 3.018, de 5-11-1880; e 3.140, de 30-10-1882 (COSTA, 1974, p. 76).

serviço da guerra”³⁰ (ARAÚJO, 2014, p. 198). Liberdade controversa, dada a condição de se lutar na guerra; tal sujeição menos tem a ver com o patriotismo que com a conquista da liberdade e um índice das condições e das perspectivas da vida nas Fazendas Nacionais.

7.7.2.3 Quilombos, fugas e maus tratos

Há o relato de quilombo nas cercanias da fazenda Campo Grande:

E assim foram-se saindo dos matos para de que andariam fugidos, cinco dos quais foram lá mortos no mocambo pelo brancos que com autoridade do reino lhe colocaram lá no ano de 1718 três, ou quatro léguas distantes da melhor fazenda na qualidade dos pastos da administração chamada Campo Grande na ribeira do Canindé, que em um só ano, em que esta estava sem branco pelo não haver capaz, entregue a um negro da maior fama de vaqueiro, e que enquanto foi sua fez sempre o papel de rei nas suas festas, se foi para lá esta vizinhança de seus parentes para a serra, que se chama Camba, que por [...] de multas pelos sertões (sic), e daí saião já as estradas e faziam a matar os brancos. Daqui se forma uma razão; pela qual não convém negro sem amo. (Memória do Padre Domingos Gomes, 1722)³¹

É provável que Domingos Affonso Mafrense tivesse conhecimento da existência dos reinos negros por entre as suas fazendas, conforme suspeitou Mairton Silva. Se bem leio Silva, a suspeita reside na ênfase dada por Mafrense, em seu testamento, ao relatar as suas posses e a parte que deixa aos cuidados dos administradores e curraleiros os recursos para se oferecerem “esmolas” ao Santo Antônio” sem que fosse declarado ao qual Santo Antônio (SILVA, 2014, p. 274); em alusão, me parece, a uma relação constituída com a vizinhança de negros aquilombados.

Os pedidos de providências ao governo são muitos. Pede-se providências para o Governador da Capitania na mobilização contra a os escravos fugidos e escondidos na mata do rio Poti em 1775; e, em 1778 são apontados negros fugidos nas margens do Parnaíba; também em Campo Maior; escravos na Inspeção Canindé de levantam contra maus tratos; também, os da Inspeção Piauí: Felipe, Mateus, Francisco e Celestino; e assim por diante (SANTOS, 2006, pp. 56-57).

³⁰ O prêmio em dinheiro, a condição de livre para o escravo se apresentar ao serviço militar e outras disposições constam no Decreto nº 1.591, de 14 abril de 1855.

³¹ Reproduzido de Mairton Silva (SILVA, 2016, p. 194), a partir de: Memória de Domingos Gomes sobre as fazendas existentes no Piauí. AHU – Piauí, cx. 7 doc. Doc. 15. 02 de Dezembro de 1722 (pesquisado pelo autor citado).

O Governador do Piauí João Pereira Caldas, em novembro de 1760, procedeu às nomeações para a administração das 32 fazendas sequestradas dos jesuítas e que tocaram à administração pública³² administrar. Para as fazendas Poções e Campo Grande (da Inspeção Canindé) foi designado o Capitão de Ordenança Antônio Vieira do Couto e para as fazendas Algodões e Serrinha (da Inspeção Nazaré), o Tenente de Cavalaria José Esteves Falcão (SILVA, 2016, pp. 189-190)³³. A escravizada Esperança Garcia escreve uma carta endereçada ao Governador da Província do Piauí, em 06 de setembro de 1770, é um documento tido como de grande importância na história da escravidão no País por ser escrito pelo próprio escravizado e um dos mais antigos. Esperança pede para voltar à companhia do marido e denuncia o administrador da fazenda:

Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antonio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. [...] há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas [...]. (Esperança Garcia, 06/09/1770)³⁴ (Sublinhamos)

A carta, os maus tratos as estratégias em mobilizar os valores dos colonizadores em seu favor e a súplica de Esperança são amplamente conhecidos e analisados por pesquisadores e celebrados em sites dedicados à resistência negra. No conjunto desse material, comumente se atribui que ela tenha sofrido em fazenda no lugar Nazaré. O material que Silva nos traz é importante porque indica onde Esperança e os seus sofreram abusos. Mairton Silva indica que esse lugar seria a fazenda Poções, grafada, também “Porsons” (SILVA, 2016, p. 205), se desconhece porque o autor indicou essa fazenda e não a fazenda Campo Grande, dado que o administrador violento cuidava de ambas. Os bens da fazenda Poções deixados pelos jesuítas são indicados: 2 casas, currais e chiqueiros (para cavalos, bois e porcos), “todos bem cercados com riachos e boa terra com bastante plantação de mangas e com boas madeiras”. Eram 10 escravos, dentre os quais Silva traz os nomes:

Supriano [Cipriano] Crioulo, o vaqueiro da propriedade de 44 anos de idade. Junto com Supriano, sua esposa, a escrava Ana, de 20 anos de idade, e o filho, José Carlindo, com menos de 2 anos de idade. Gração Angola de 45 anos e sua mulher Graçia, de 38 anos, fecham a lista dos escravos casados presentes na Fazenda Poções. Marcelino Crioulo, José

³² Para prestar consta ao Maranhão, a que o Piauí esteve ligado administrativamente por determinado período, embora possuísse seus próprios governadores.

³³ O autor relaciona as nomeações das demais fazendas, ver Silva, 2016, p. 190.

³⁴ A carta de Esperança Garcia tem mais sentidos, a autora se serve de inteligência estratégia mobilizando valores dos “brancos”, como o batismo dos filhos, o casamento, por exemplo, que são analisados por Luís Mott (1985) e por

Crioulo, Marcos Crioulo, Francisco Crioulo e Nazário Crioulo. (SILVA, 2016, p. 205).

Em qual momento o governo possa ter elegido sedes para cada Inspeção e ou nelas edificado instalações para tanto, ou aproveitado as que fossem existentes, não fomos averiguar. No entanto, Oliveira e Assis indicam as ruínas da sede da Inspeção Piauí localizadas no Assentamento Brejo de São João, em Pajeú do Piauí; as ruínas e os vestígios da Inspeção de Canindé se localizam na cidade de Santo Inácio; e a localização da sede da Inspeção Nazaré não foi localizada (OLIVEIRA & ASSIS, 2009, p. 7).

7.7.2.4 Colônia Agrícola de São Pedro de Alcântara e Colônia Agrícola de São Pedro de Alcântara

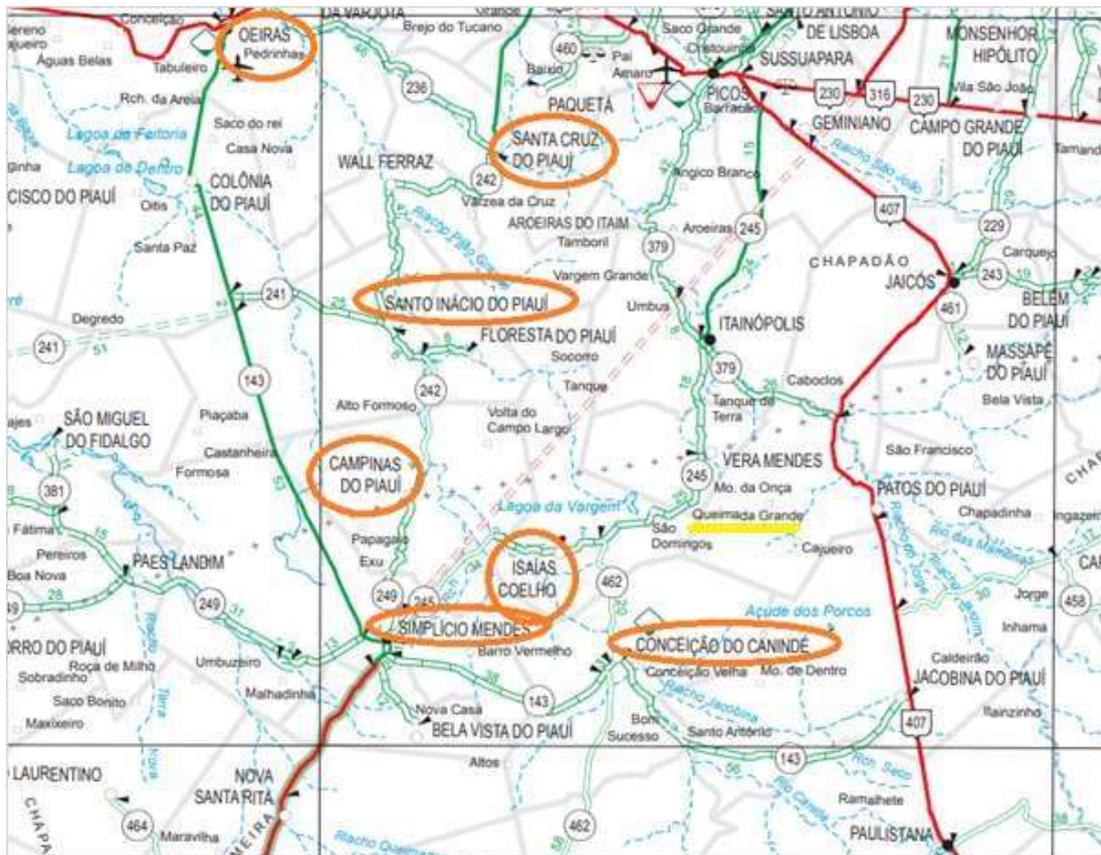
O estudo do IPHAN aponta que tais estruturas arquitetônicas têm sua maior expressão na história — e na documentação dessa história — da ocupação do Piauí nos séculos XVIII e XIX (IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008, p. 10). Havia uma situação de abandono daquelas regiões — onde hoje estão os municípios de Floriano e de Campinas, e que abrangeram outras localidades — e tais projetos contaram com a “mão de obra remanescente da escravidão”, traziam as esperanças de mudança (IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008, p. 66). A finalidade, portanto, dos projetos com as estruturas da fábrica e da escola eram...

...tentativas de racionalização da ocupação do vasto território brasileiro, compreendido pelas Fazendas da Nação, e de dar destinação e trabalho à população de escravos, recentemente libertada pela Lei do Ventre Livre [1871] (...). (IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008, p. 10)

Elaborado com vistas ao tombamento da Fábrica de Laticínios (Campinas do Piauí) e da escola (Floriano) e à documentação da história da ocupação de vasto território piauiense, o estudo do IPHAN relaciona as seguintes cidades na abrangência das Fazendas Nacionais (IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008, pp. 9, 18)³⁵:

³⁵ Para uma relação dos municípios mais completa, ver a Tabela 6 — Atuais municípios de localização das antigas Fazendas Nacionais, na página 51 deste Relatório Antropológico.

Figura 13— Localização das atuais cidades na região de administração da antiga Inspeção Canindé, das Fazendas Nacionais e localização do Quilombo de Queimada Grande



Croqui de L.B. Ursini, 2020, sobre mapa do DNIT; indicação do Quilombo de Queimada Grande

Para a criação da Colônia Agrícola de São Pedro de Alcântara, em 1873, cinco fazendas da Inspeção Nazaré passaram a pertencer ao novo estabelecimento (COSTA, 1974, p. 138), são elas: Serrinha, Matões, Guaribas, Olho D’água e Algodões (COSTA, 2014, p. 79)

Depois de 20 anos, “em virtude da falta de cuidado dos administradores, seja por dificuldades financeiras ou ineficiência”, a edificação que fora considera uma das mais importantes no Piauí, se encontrava decadente (IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008, p. 55). A finalidade da colônia agrícola era a de acomodar, e aproveitar, os escravizados que se iriam libertando com a Lei do Ventre Livre, de 1871 (Decreto nº 2040 de 28 de setembro de 1871). Por obra da Lei, 1.261 escravizados nas Fazendas Nacionais foram libertados, sendo 541 desses pertencentes à Inspetoria Canindé (SANTOS, 2006, p. 72). Havia o ideário de que a educação “civilizaria” a população de ex-escravos e, junto a isso, a moral do trabalho. A colônia está localizada no atual Município de Floriano, no Estado do Piauí.

A Fábrica de Laticínios Puro Leite, ou Fábrica dos Campos (MOURA FÉ & NASCIMENTO, 2019), foi inaugurada da localidade de Campos, na fazenda Castelo, em 9 de abril de 1889 (IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008, p. 35), local também chamado fazenda do Castelo (MOURA FÉ & NASCIMENTO, 2019) A finalidade era a de receber todo o leite produzido nas fazendas de Canudos, Pilões, Olho D'Água dos Bois e Castelo que, conforme o IBGE, 2020, eram Fazendas Nacionais. Campos surgiu em virtude da Fábrica: “devido ao agrupamento em torno do prédio surgiu o então Povoado de Campos”, local “onde moravam os diretores e funcionários da então fábrica”. Campos, atual Campinas do Piauí desde 1964, pertenceu ao Município de Simplício Mendes, como tantos outros municípios atualmente à sua volta. A fábrica funcionou até 1947 (FUNDAC – Fundação Cultural do Piauí, s.d.).

A memória local, em Campinas do Piauí e segundo analisam Moura Fé e Nascimento, reporta as imagens de Ana Preta, do Saco da Lagoa³⁶, criança que, segundo os oradores³⁷, provavelmente descendia de escravos. As lembranças contadas e remoradas, por mais de um orador, é a da menina brincando nos alicerces da fábrica de laticínios. Tal memória é carregada de força simbólica e relaciona grupos sociais identitários. A fábrica não teve o sucesso e desenvolvimento esperado pela negligência dos grupos políticos locais em investirem no seu desenvolvimento, pelo interesse de particulares nas terras alocadas para o funcionamento da fábrica e pela visão da coisa pública para o ingresso em um processo de industrialização, pesando as rédeas oligárquicas, conforme se depreende da leitura dos autores mencionados. Com isso, também, a memória do engenheiro Antônio José de Sampaio³⁸ foi delineada como insucesso, fracassado e descrito tendo morrido falido (MOURA FÉ & NASCIMENTO, 2019), colocando a fábrica no lugar dos sonhos individuais e das impossibilidades. Analisam Moura Fé e Nascimento que, enquanto a fábrica funcionou, empregou pessoas e criou uma rede de geração de renda ao seu entorno, com as mulheres fazendo rendas — aprendidas de Augusta Sampaio, companheira de Antônio José de Sampaio — que eram vendidas na Europa.

7.7.2.5 *decrécimo da população escrava*

O Padre Domingos Gomes, em 1722, informa do universo dos escravos das Fazendas da Capela: em cem escravos, eram raros os casados, dois estavam casados com índias, três com negras e um com uma mestiça; segundo Mairton Silva, com a presença dos jesuítas, na administração das fazendas, o número de formação de famílias dentre os escravizados das Fazendas da Capela aumentaria em relação aos períodos anteriores (SILVA, 2014, p. 278). Observe-se que há as distinções étnico-raciais informadas pelo Padre Domingos Gomes e que há a presença indígena na região.

³⁶ Na atualidade do texto ora citado (2019), Ana Preta havia morrido há 40 anos.

³⁷ Moura Fé entrevistou: Maria do Socorro Alves Moura, Maria de Jesus Carvalho, Leônidas Rêgo da Silva e Evilásio da Silva Jesuíno.

³⁸ Foi o segundo a empreender a Fábrica, o primeiro, e que a inaugurou, foi Parentes.

Tabela 8 — Distribuição do número de escravizados nas fazendas em 1760

Fazendas	N.º de Escravizados por Fazenda			
	Escravos por sexo		Absoluto	%
	Homens	Mulheres		
Poções	08	02	10	6,06
Campo Grande	08	03	11	6,61
Castelo	10	07	17	0,3
Campo Largo	13	12	25	9,43
Brejo dos Inácios	08	13	21	12,7
Ilha	09	08	17	10,3
Borel	09	06	14	8,4
Fronteira do Meio	12	08	20	12,1
Sítio do Exu	05	08	13	7,8
Pobre	05	01	06	3,6
Baixa dos Veados	07	04	11	6,6
Total	85	80	165	100

Fonte: APEPI, Município: Oeiras, Anos 1752-1869. Caixa 98.

Note-se que a maior parte dos nomes das fazendas relacionam aquelas da Inspeção de Canindé.

Tabela 9 — População, quantidade de fazendas e gados em cada Inspeção (1822~)

Itens (ano de 1822, aproxim.)	INSPEÇÕES			TOTAL
	Canindé	Nazareth	Piauí	
Escravos total	323	238	212	773
Escravos	163	115	101	379
Escravas	160	123	111	394
Cabeças de gado vacum	23.800	14.600	10.864	49.264
Cabeças de gado cavalari	1.705	1.137	711	3.553
Bezerro amansados anualmente	5.950	3.600	2.716	12.266
poldro amansados anualmente	500	288	120	908
Númerode fazendas	12	11	12	35
Léguas de extensão das fazendas	41	52	52	145
Léguas de largura das fazendas	25	23	23	71
Dados organizados por L. B. Ursini, 2020 a partir das informações obtidas em D'ALENCASTRE [1855] 1973, pp. 56-57.				

O estudo do IPHAN³⁹ indica 498 pessoas escravizadas em 1811 nas 3 Inspetorias era de (IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008, p. 16) e esse

³⁹ Para o tombamento da Fábrica de Laticínios e da escola.

número aumenta para 773 pessoas escravizadas, 10 anos depois, em 1822, nos dados apresentados na tabelas acima.

A população total de pessoas escravizadas no Piauí sofre decréscimo já na proximidade da Abolição da Escravidão em 1888.

Tabela 10— Decréscimo da população de pessoas escravizadas no Piauí às portas da Abolição

Ano	Nº de pessoas escravizadas no Piauí
1882	21.691
1884	17.327
1886	16.727
Dados reproduzidos de SANTOS, 2006, p. 73	



Alguns fatores podem ter colaborado para tal decréscimo:

O Decreto nº 4.815, de 11 de novembro de 1871, que alforriou 1.261 escravos que existiam nas fazendas nacionais, sendo 357 do departamento do Piauí, 363 do de Nazaré e 541 do departamento de Canindé, estes pertencentes aos príncipes Conde e Condessa de Águila (COSTA, 1974, p. 138), a Maria Januária⁴⁰, que teve seu dote provido com as fazendas da Inspeção Canindé por ocasião do seu casamento em 1844.

Outros fatores estão relacionados à Lei do Ventre Livre, de 1871 (COSTA, 2014, p. 78) e à libertação dos sexagenários, além da possibilidade de venda para outras províncias (SANTOS, 2006, p. 73). Além disso, se deve anotar, no entanto, que havia o movimento abolicionista cujos participantes se intercomunicavam e viabilizavam fugas e “transferências” de escravos para o Pernambuco, onde podiam os escravos ser alforriados com maior facilidade antes da Abolição em 1888. Também, havia o Ceará, vizinho à região em apreço, onde a Abolição se deu em etapas, ao desejo da decisão de cada cidade a partir de 1881 (URSINI, 2008).

- *1846: Fazendas Estaduais*

Art. 7º da Constituição Federal de 1946 — Passam à propriedade do Estado do Piauí as fazendas de gado do domínio da União, situadas no Território daquele Estado e remanescentes do confisco aos jesuítas no período colonial.

Por iniciativa do Deputado Aldemar Soares da Rocha⁴¹ (COSTA, 1974, p. 76), segundo Costa, a Constituição de 1946 dispôs as terras da Fazendas Nacionais para o patrimônio do Estado do Piauí, chamadas daí em diante Fazendas Estaduais. No entanto,

⁴⁰ Irmã de D. Pedro II, o qual se casou com Teresa Cristina, irmã do Conde de Águila.

⁴¹ Aldemar Rocha, constituinte.

era antigo o anseio piauiense em ter tais terras passadas à ordem do estado eram anteriores à Constituição de 1946 e ao esforço de Aldemar Rocha, como se observam em algumas das falas dos governadores do Estado do Piauí.

Há a menção à Lei Orçamentária Federal nº 3.454, de 16 de janeiro de 1918 (art. 162, § 1º), que autorizava o Presidente da República entrar em acordo com o governo do Estado do Piauí "para o fim de transferir a esse Estado a propriedade das fazendas nacionais de criação e seus acessórios" que estivesse situadas no Piauí, "e obrigando-se o mesmo Estado ao pagamento de quaesquer reclamações do actual arrendatário, julgadas procedentes pelo Poder Judiciário ou pela administração Federal" (MENSAGEM DO GOVERNADOR DO PAUÍ, 1918, pp. 38-39).

Diversos argumentos foram expostos para que o Piauí tivesse a propriedade das Fazendas Nacionais. A ênfase no mau estado das fazenda é uma dentre as justificativas para que passassem ao patrimônio do Estado do Piauí: "Com rebanhos consideravelmente diminuídos, são ainda as chamadas fazendas nacionais um rico patrimônio territorial, cuja posse deveria caber, naturalmente ao estado", diz o governador: "todos os esforços espendi, para salvar da inevitável ruínas essas terras que nos poderão ainda ser de grande e incalculável utilidade. Também, foi argumentada a improcedência e inoportunidade do usucapião — de 30 anos à época — que não poderia ser contado até que que entrasse em vigor o Código Civil⁴²; outra argumentação em favor da propriedade das terras pelo Estado do Piauí era o de que o estado não estaria obrigado a respeitar os arrendamentos feitos pela via da União (MENSAGEM DO GOVERNADOR DO PIAUÍ, 1928, p. 65).

Conta o governador⁴³ em sua Mensagem: "consegui a passagem as fazendas nacionais para administração do estado, a título precário"; uma vitória que decorreu, segundo ele, da sua ida à Capital da República. (MENSAGEM DO GOVERNADOR DO PIAUÍ, 1927, p. 39). De certo, tal vitória esteja expressa no documento nº 405, do Ministério da Fazenda, da então Diretoria do Patrimônio Nacional que dispõe sobre a instituição de uma comissão para o "rigoroso exame do estado em que se acham as fazendas nacionais no Sul desse Estado", arrolando o que for e o que pudesse interessar à Fazenda Pública (MENSAGEM DO GOVERNADOR DO PIAUÍ, 1928, p. 62) e que:

Todas as fazendas da União, situadas nos departamentos de Nazaré e Canindé sejam administradas, atitudo do precário pelo Governo do Estado, Mediante termo que será lavrado nessa Delegacia, até que se ultime o trabalho da Comissão de exame e arrolamento, quando esta diretoria iniciará imediatamente o processo de arrendamento por concurrencia pública (MENSAGEM DO GOVERNADOR DO PIAUÍ, 1928, p. 62)

Portanto, a administração a título precário mencionada se estendeu a parte das Fazendas Nacionais (Canindé e Nazaré) e era temporária.

⁴² Começou a ser elaborado em 1823, foi sancionado em 1916.

⁴³ O relatório é de 1927 e se reporta a acontecimentos de 1926.

Em 1928 o chefe administrativo do Estado do Piauí muda: era Mathias Olympio de Mello (1924-1928) e passa a ser João de Deus Pires Leal (jul/1928-out/1930). A fala do governador, em 1929, reitera que por direito as terras das Fazendas Nacionais já deveriam ser do Piauí desde a Proclamação da República, em definitivo (MENSAGEM DO GOVERNADOR DO PIAUÍ, 1929, p. 60); e informa do arrendamento de Fazendas Nacionais feito a terceiros por parte do Estado do Piauí:

Encontrei-as sob a administração do Estado, concedida a título precário. Desde, porém, que tive conhecimento de que fôra limitada essa administração a determinado período, baixei o Decreto n. 1.031 annullando o contrato de arrendamento que se fizeram com um particular e continuo agindo no sentido de regularizar a situação delas: ou pela cessão definitiva Estado, ou pela devolução de sua administração o governo da União. (MENSAGEM DO GOVERNADOR DO PIAUÍ, 1929, p. 60)

As Fazendas Nacionais seguiram para o patrimônio imobiliário do estado e se chamaram Fazendas Estaduais com a Constituição de Federal de 1946. Em 1974, o Governo do Piauí⁴⁴ “submeteu ao senado pedido de autorização para alienar áreas de terras públicas do Piauí à Companhia de Desenvolvimento do Piauí, Sociedade de Economia Mista (COSTA, 1974, p. 76)⁴⁵ constando dos seguintes objetivos relacionados às atribuições daquela Companhia:

a) execução de projetos de colonização para aproveitamento da mão-de-obra excedente em outras áreas; b) regularização da situação dos posseiros nos terrenos ocupados e localizados nas áreas referidas, permitindo-se a sua aquisição pelos ocupantes; e c) alienação a empresas rurais, em lotes não superiores a 25.000 ha para implantação de projetos agropecuários e agro-industriais considerados de interesse para o desenvolvimento do Estado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela própria Companhia de Desenvolvimento do Piauí. (COSTA, 1974, p. 76)

As Fazendas Estaduais ocupam os municípios de Oeiras, Floriano, Itaueira, Simplício Mendes, Francisco Aires, Arraial, Nazaré, Itainópolis, São Francisco do Piauí, Santo Inácio do Piauí, Campinas do Piauí e Isaías Coelho (COSTA, 1974, p. 76). Não temos certeza de

⁴⁴ Governador Alberto Tavares Silva.

⁴⁵ Diz Costa ser um pedido, talvez se trate de uma proposta para uma proposição de Lei ou algo no sentido.

que os municípios ora listados a partir de Pereira da Costa sejam a totalidade dos municípios abrangidos pelas Fazendas Estaduais e temos que, ao menos, porções dos seus territórios podem ter outros nomes por conta dos desmembramentos.

Os desmembramentos consecutivos daqueles municípios das Fazendas Estaduais, na atualidade, devem ser considerados pelo pesquisador interessado, cuja relação geral não fizemos e nos concentramos em Isaías Coelho. A evolução dos territórios municipais é intensa na história do Estado do Piauí; por exemplo, o governo do Estado, por meio do Instituto de Terras do Piauí—INTERPI⁴⁶, arrecadou terras nos municípios de Wall Ferraz e de Colônia do Piauí. Wall Ferraz foi o Povoado de Ilha, que aparece nos detalhes dos mapas que abundam neste Relatório Antropológico, foi desmembrando de Santa Cruz do Piauí em 1995. Santa Cruz do Piauí, que por sua vez, desmembrada de Oeiras em 1956, nasceu de um povoado que surgiu na fazenda Tranqueira⁴⁷, perto do rio Itaim (IBGE, 2020) e que, também, aparece nos mapas trazidos neste Relatório. Com relação ao Município de Colônia do Piauí se passou o mesmo: desmembrado de Oeiras em 1992, foi antes o Povoado de Colônia (IBGE, 2020). Portanto, há um emaranhado de fazendas que trocaram de nomes, de povoados que se transferiram, de municípios que se desmembraram. O mesmo se deu para o Município de Isaías Coelho, onde se localiza o Quilombo de Queimada Grande.

- *O Município de Isaías Coelho*

O Quilombo de Queimada Grande está na localidade que leva o mesmo nome “Queimada Grande”, no Município de Isaías Coelho. Dentre os povoados e localidades que compõem o território do atual município, estão localidades antigas, indicadas nos primeiros mapas que se passaram a ser feitos — e os que estão hoje disponíveis — da porção interior da Capitania do Piauí. No geral, tais localidades são fazendas de gados e pontuam, também, caminhos para o deslocamento no Sertão, são: Umburanas, Bizum, Riacho Fundo, Xique-Xique, Carreiras, Malhada, Limoeiro, Queimadas, Simões, Pé do Morro, Mombaça, Lajes, Sapé, Mocambo, Fazenda Nova, Língua de Vaca, Queimada Grande e mais outras. O povoado de Tamboril, que foi o primeiro nome de Isaías Coelho, é mais recente, cuja data apontada na bibliografia de início do povoado é 1877. Para o crescimento do povoado, a realização das feiras semanais foram de grande importância, fazendo do local um centro de interrelação entre aquelas diversas localidades e outras.

⁴⁶ Notícia no site do Governo do Estado do Piauí (INTERPI - INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ, 2005).

⁴⁷ A título de curiosidade: o povoado na fazenda Tranqueira (de Manoel Clementino de Souza Martins) foi um primeiro núcleo que se formou e que integra o Município de Santa Cruz e cresceu em torno da exploração e exportação da carnaúba com um grande número de trabalhadores recrutados por Manuel Clementino. O povoado foi transferido para Estreito por conta de uma feira livre que ali ocorria. Destruído pelas chuvas rigorosas em 1940, o povoado foi transferido para outro local, onde a primeira casa foi fundada por Manuel Clementino no local denominado Santa Cruz em 1943. (IBGE, 2020).

A categoria de município, para Isaías Coelho, foi alcançada com o desmembramento, em 1963, do Município que Simplício Mendes. Simplício Mendes, por sua vez, surgiu do local da fazenda Poções, a primeira instalada por Domingos Affonso Mafrense (ou “Sertão”). Simplício Mendes foi elevado a Vila, em 1905⁴⁸, depois, passou a integrar o Município de Oeiras e em 1933 voltou a ter autonomia administrativa sendo desmembrado de Oeiras (IBGE, Verbete “Simplício Mendes”, 2020). As Datas de Limoeiro e de Poções são as que integram o Município de Simplício Mendes (PINHEIRO, 2007, p. 40). Já o Município de Isaías Coelho, desmembrado de Simplício Mendes em 1963, é integrado pelas Datas Campo Grande e Poções (ROCHA & ALENCAR, 2008, p. 15).

Figura 14 — Brejo de S^{to}. Inácio, Campos e Tamboril: povoados de Simplício Mendes (data de referência: 1905)



⁴⁸ A Vila Simplício Mendes foi criada a partir de Oeiras, em 1905, pela Lei n° 376, de 15 de janeiro, “a cujo termo ou districto passou a pertencer a fábrica de laticínios, situada na fazenda nacional Campos, a qual está funcionando regularmente sob a direção do capitão Gervasio Pires de Sampaio 1909, 9. 9 ALMANAK LAEMMERT: ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL (RJ) BN

O Município de Isaías Coelho surgiu do Povoado Tamboril, com a chegada da família de Daniel Gomes Pinheiro que, segundo reporta Anne Karola Rocha, fugiam da rigorosa seca de 1877, vindos do Médio Alto Canindé, da localidade Brejo Seco (PINHEIRO, 2007, p. 41; ROCHA, 2012, p. 25). O destino inicial da família seria Goiás e pararam em local ermo em terras dos Poções para descansar. Na manhã seguinte, constataram haver muita caça e água corrente nos talhados⁴⁹ e, ali, permaneceram, conforme informado por Rocha (ROCHA, 2012, p. 25). O nome Tamboril foi emprestado do sítio em que a família vivia em Brejo Seco, onde havia um tamboril em frondosa árvore (PINHEIRO, 2007, p. 35)⁵⁰.

No Povoado Tamboril, a economia local era, também, movida pela compra de peles bovina e caprina, eram os compradores os senhores João Pinheiro, José Passos, Luiz Arraes e Acelino Pinheiro. A cera de carnaúba era artigo exportado, principalmente a proveniente do Piauí. Remarca Welbert Pinheiro que no Tamboril o uso da carnaúba era mais amplo, vigar para casas, currais, as palhas em cestarias e demais usos (PINHEIRO, 2007, pp. 42-43).

A criação e o comércio de gado estão nos caminhos que interligavam os povoados e na história do povoamento não apenas na região de Queimada Grande como é a história de início do povoamento do Piauí por outros que não os Povos Indígenas que já estavam.

No Povoado Tamboril, conforme indicado em Pinheiro (PINHEIRO, 2007, p. 43), os fazendeiros com mais gado eram os senhores Antônio Marques, Cicinato, Joaquim Coelho Ferreira⁵¹, Ernestino Marques, Celecino. Em entrevista relatada por Welbert Pinheiro, é informado que tiveram outros criadores de gado e que “depois teve outros que já foram até vaqueiros deles que passaram a ser fazendeiros, também” (*Ibidem*). De acordo com a informação que nos traz Pinheiro (*idem*, p. 45), os “agregados” das fazendas que cuidavam “do criatório do gado e das ovelhas [...] eram pagos através do criatório. Tiravam a sua porcentagem no criatório. Era a parte deles. Não era em dinheiro”, se recorda Helena Pinheiro em 2005⁵².

O gado era a “mercadoria móvel” e o seu itinerário, partindo de Tamboril (Isaías Coelho), é traçado por Welbert Pinheiro:

...o gado, saía de Tamboril e rompia as chapadas. Sendo tocados por vaqueiros até chegar à cidade de Paulistana-PI. Daí atravessava a Serra Velha, povoado de Paulistana, entrava no município de Simões-PI e subia a Serra do Araripe-PE, tanto pela ladeira do Bom Jardim, pertencente a

⁴⁹ Formações rochosas.

⁵⁰ Welbert Feitosa Pinheiro informa ser o local do Brejo Seco Médio Alto Canindé no Ceará (PINHEIRO, 2007, pp. 20, 30, 35).

⁵¹ Aparece – se forem a mesma pessoa — no Almanak Laemmert, citado em 1913 (pág. 2.999), como industrial da cana em Minas Gerais; ver em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=111699&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

⁵² Fala da senhora Helena Pinheiro de 10/07/2005, expressa na Dissertação de Welbert Pinheiro (PINHEIRO, 2007, p. 43).

Simões quanto pela Fazenda Verde (Simões) de propriedade do coronel Procópio Modesto. Dali o gado ia para Araripina-PE e era comercializado nos currais de gado. (PINHEIRO, 2007, pp. 44-45)

Surgiu uma feira em Tamboril⁵³, depois transferida para uma palhoça onde, mais tarde, cresceu o centro de Isaías Coelho, cuja palhoça esteve no local em que, na atualidade, é o Mercado Público Municipal de Isaías Coelho. A data para a instalação formal da primeira feira no centro, depois de transferida, é 1947 (PINHEIRO, 2007, p. 45). Os produtos cultivados em roças na região do Tamboril e comercializados na feira eram feijão, arroz, milho e mandioca. As feiras eram movimentadas e nelas “concentravam-se os habitantes do então povoado Tamboril espalhados pelas vastas regiões pertencentes às Fazendas Nacionais” (PINHEIRO, 2007, p. 45). As feiras...

...sempre aglomeravam muita gente. [...] Vinham das localidades Riacho Fundo, Porcos, Poções, Olho D`Água Pequeno, São Domingo, que nesse tempo não era, ainda, nem povoado, Queimada Grande, Cana-Brava, Recreio, Limoeiro. Todos vinham para aqui.⁵⁴ (Sublinhamos)

O comércio do algodão possuía uma circulação mais ampla para os mercados consumidores no Rio Grande do Norte e no Pernambuco, nas décadas de 1930, 40 e 50; segundo o senhor Joaquim Pereira da Rocha, quem, também, plantava algodão no Tamboril, outros plantadores principais eram os senhores Laudimiro, João Pinheiro, Justiniano João Gago, Julinho, Messias e outros (PINHEIRO, 2007, pp. 41, 42, 46).

Quem mais plantou algodão foram vários lavradores aqui do interior, por exemplo, na região de Fazenda Nova, Queimada Grande. [...] O pessoal que comprava o algodão vinha de Itainópolis e Picos. Tinha o sr. Enéas Maia, Valentin Dantas e outros, né. Depois foi enfraquecendo por que

⁵³ Comerciantes locais que se foram instalando em Isaías Coelho: “o Sr. Antonio Pinheiro de Lisboa, sendo considerado o primeiro comerciante do povoado. Estabeleceram-se logo após os senhores Acelino Gomes Pinheiro, João Antonio Pinheiro, Jacinto Ferreira Passos e Evêncio Pereira da Rocha” (ROCHA, 2012, p. 26).

⁵⁴ Fala do senhor Joaquim Pereira Rocha, entrevista de 30/08/2005 constante na Dissertação de Welbert Pinheiro (PINHEIRO, 2007, p. 45).

**entrou o bicudo e acabou com o algodão e ficou quase no zero.⁵⁵⁵⁶
(Sublinhamos)**

Com o desmembramento de Oeiras, em 1963, o Município de Isaías Coelho é formado pelas localidades de: Boa Vista, Limoeiro, Lagoinha, Longos, Tamboril, Recreio, Angical, Fundo do Saco, Olho d'Água, Caraíbas, Queimada Grande, Alto Alegre, Tanque, Barreiro dos Porcos, Simões, Baixão dos Simões, Sabonete, Boa Vista, Morada Nova, Língua-de-Vaca, Umburanas, Volta do Riacho, Queimada do Meio, Mombaça, São Domingos, Lagoa da Vargem, Lagoa Torta, Cana-brava, Caldeirão, Mirador, Fazenda Nova, Barreiras, Baixão do Escondido, Escondido, De Trás da Serra, Malhada, Malhada Grande, Progresso, Xique-Xique, Pé do Morro, Lages, Alagadiço, Chapada do Riacho Fundo, Olho d'Água do Meio, Bizum, Sapé, Queimada de Dentro, Lagoa da Pedra, Lagoa dos Patos Lagoa da Forquilha, Canto dentre outras localidades. A maior parte das localidades mencionadas se situam da porção central do município para o Sul. (IBGE, 2011 Carta Isaías Coelho-PI, 1:100).

mil).

8 Quilombo de Queimada Grande

O senhor Moisés Sabino de Azevedo (nascido em 1956) contou que o nome “Queimada Grande” foi dado à localidade por conta de um fogo ateadado em uma mata de angico que predominava no local e, por isso, ficou o nome. Segundo ele, era um lugar em que “quase não morava gente”.

O Quilombo de Queimada Grande possui três localidades: a Cacimbas, o Corredor e a sede que dá nome ao território, a Queimada Grande.

Neste Capítulo estão as informações relacionadas especificamente à comunidade quilombola e aos seu território do Quilombo de Queimada Grande.

⁵⁵ Senhor Joaquim Pereira da Rocha, entrevista constante na Dissertação de Welbert Feitosa Pinheiro (PINHEIRO, 2007, p. 42).

⁵⁶ Para termos em conta o alcance da memória local em datas aproximadas, pesquisamos e foi encontramos Enéas Maia Filho (se se tratar da mesma pessoa) indicado como agricultor em 1927 (ALMANAK LAEMMERT: ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL (RJ), 1927, p. 1.065) para a comarca de Oeiras; e Valentim (com “m” e não “n”) Dantas indicado como criador em Jaicós (Termos de Jaicós e de Paulistana), em 1929 (ALMANAK LAEMMERT: ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL (RJ), 1929, p. 987).

8.1 Localização

O território dos remanescentes das comunidades do Quilombo de Queimada Grande é localizado na porção extrema sul-leste do Município de Isaías Coelho, próximo aos limites com os municípios piauienses de Vera Mendes e de Patos do Piauí. As terras são de domínio do Estado do Piauí e a Data Poção (ou Poções) é onde está localizado o Quilombo de Queimada Grande.

8.2 Etnicidade

A comunidade de Queimada Grande se autoidentifica quilombola, identidade partilhada pelos membros da comunidade e é, também, a identidade externalizada publicamente pela comunidade tanto o quanto a comunidade é referida e apontada, na cidade de Isaías Coelho⁵⁷, como comunidade quilombola. O que significa dizer que empreendem projetos e reivindicações — como esta, territorial — conjuntamente.

O lugar em que vivem é constitutivo da sua identidade: a Queimada Grande, que, por sua vez, é constituída por “localidades”, que são repartições geográficas e topográficas dentro do território quilombola em que “Queimada Grande” é, também, o nome de um dos setores, o central.

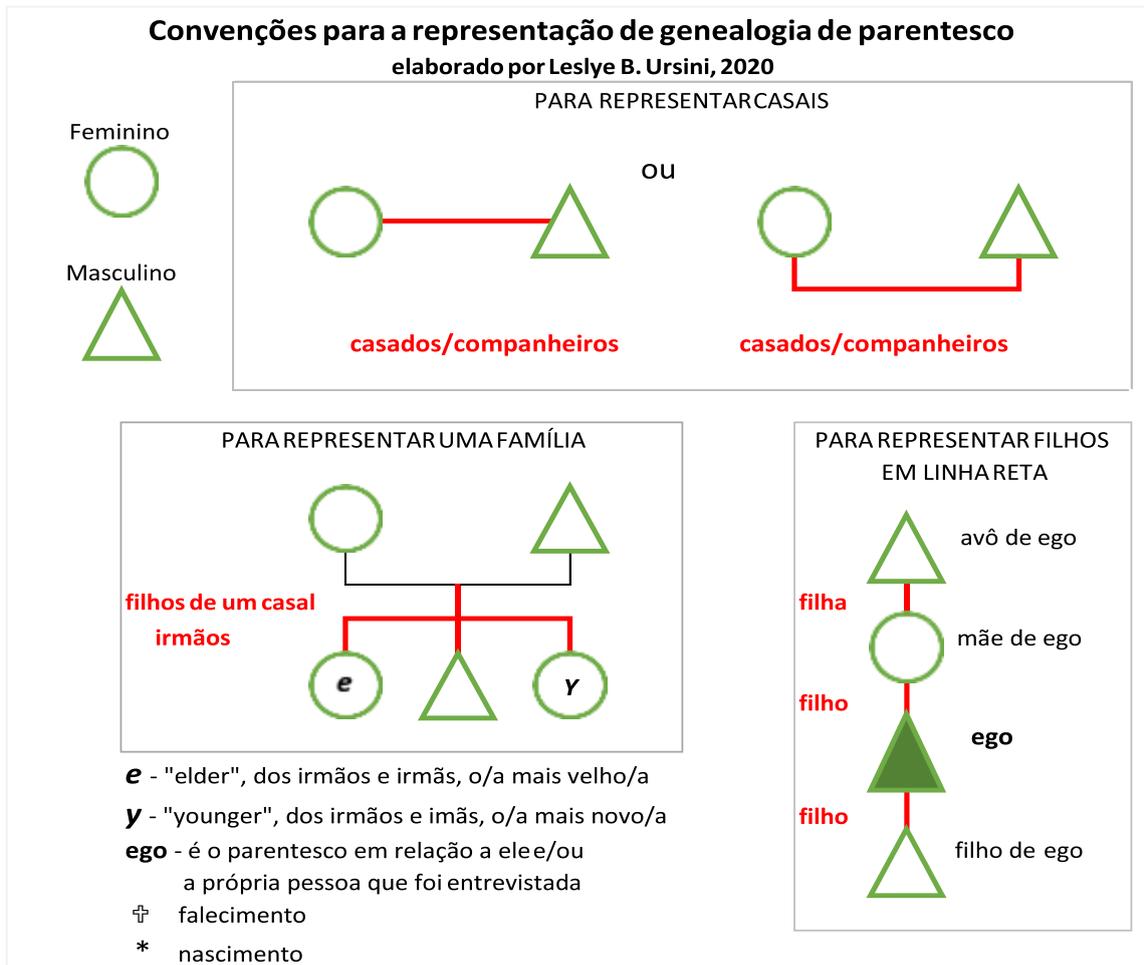
8.3 Relações de parentesco

Os trechos da genealogia de parentesco representados em diagramas, que serão apresentados, buscam ressaltar informações como: mobilidade entre o Quilombo de Queimada Grande e a cidade de São Paulo, setores/localidades no território, a profundidade da memória do grupo, a interrelação entre famílias e indicar sumariamente a genealogia de algumas das famílias mais antigas na comunidade, além das relações de parentesco propriamente dita. Adverte-se que os diagrama não procurar “retratar” a comunidade ou contabilizar os seus membros, os diagramas genealógicos não têm essa função e boa parte das pessoas faleceram. Foram desenhados o parentesco afim e consanguíneo.

Para a leitora, ou o leitor, se mover pelos diagramas, são apresentadas as convenções em legenda a baixo.

⁵⁷ O que foi verificado em supermercados e outros locais de comércio por onde esteve a antropóloga Leslye B. Ursini por ocasião da viagem ao Município de Isaías Coelho em fevereiro de 2020.

Figura 15 – Legenda para a representação da genealogia de parentesco



- *Localidades e famílias*

As localidades dentro do território do Quilombo de Queimada Grande são: a Queimada Grande, que é a sede; Cacimbas e Corredor.

Na sede estão as estruturas como a edificação da associação quilombola da comunidade, junto à caixa de água e casas de habitação permanente. Nas outras localidades há as estruturas de poços artesianos, barreiros, habitações permanentes. Em todas elas há junto às casas o material de trabalho (pequenos tratores, ferramentas), criação de galinhas, por vezes cercados para abrigar e recolher caprinos, pomares, hortas e roças. As moradias são espaçadas, descontinuas ao longo de estradas de terra irregulares que confluem ou partem da sede Queimada Grande.

As famílias entorno de um mesmo sobrenome, ou “tronco”, se preferirmos, tendem a permanecerem nucleadas em uma mesma localidade. Mesmo os filhos ou filhas que se mudam para outras localidades dentro do território não demovem a referência de determinado lugar como proeminentemente de uma determinada família e a ela associado.

Tomando como foco (*ego*) o senhor Cícero Nunes da Silva — nascido em 1927 e constante no cadastro de famílias do Quilombo de Queimada Grande, que integra o processo de regularização fundiária juntamente com este Relatório Antropológico — temos que sua família, ou parte dela, habitam e vivem na localidade de Cacimbas, no território do Quilombo de Queimada Grande, como segue indicado na Figura 16 — Parentesco: localidade no território do Quilombo de Queimada Grande e famílias Figura 16 — Parentesco: localidade no território do Quilombo de Queimada Grande e famílias, na página 68, nesse Relatório Antropológico. Esse quadro é um exemplo, e não a totalidade, de pessoas que vivem em localidades diferentes no território. Inácia Miliana da Conceição — nascida em 1954, filha de Domingos Pereira da Silva (nascido no ano estimado de 1890) e de Miliana Martina da Conceição (nascida em 1914) — é um exemplo de moradora da localidade do Corredor que não consta no quadro referido.

Outros moradores antigos lembrados que viviam nas Cacimbas eram a Domitília⁵⁸ e o finado Painho (pai de Chico de “Mitila”, a Domitília).

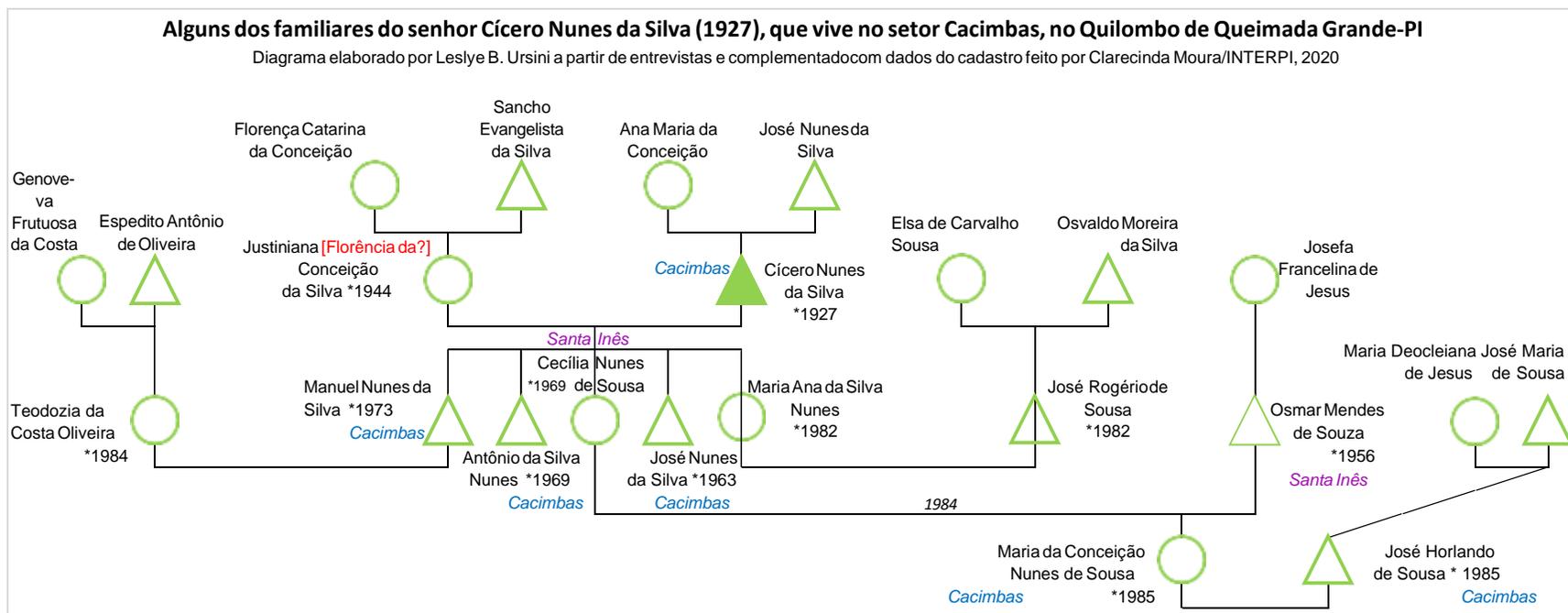
A localidade de Santa Inês é limítrofe e não integra, como nome, o território do Queimada Grande, conforme explicou José Filho, atual (em 2020) presidente da Associação Quilombola de Queimada Grande. O que podemos entender como fronteiras borradas ou, e não exclusivamente, que há quilombolas que moram (habitação permanente) nas bordas e mesmo externamente ao quilombo identificado, cujas relações familiares o referenciam no território. Ou, ainda, como um local apontado como de origem de nascimento.

Fotografia 5— O quilombola José Filho Vieira de Carvalho, em sua casa no Quilombo de Queimada Grande-PI: caixas de mel e cabra



⁵⁸ Neste caso foi apontada como tia da mãe do José Filho, já ele a apontou como, provavelmente, sua bisavó, mãe do Valeriano seu avô.

Figura 16— Parentesco: localidade no território do Quilombo de Queimada Grande e famílias

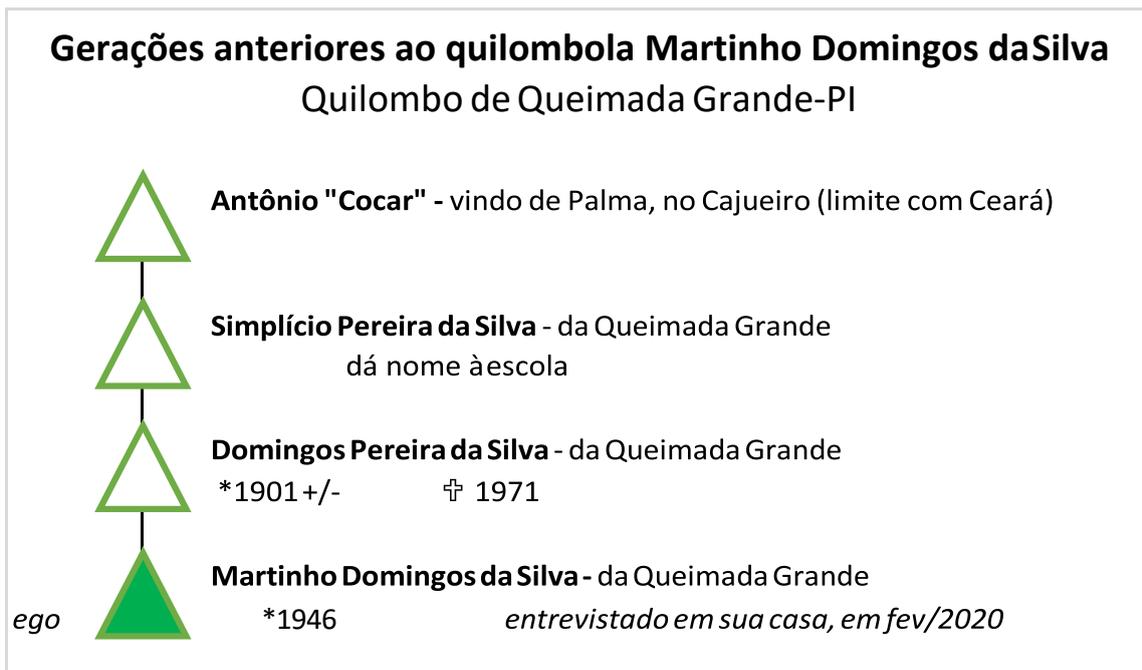


Observação: As pessoas que não têm localidades indicadas no quadro acima ou vivem no território de Queimada Grande ou, dentro dele, na localidade de Queimada Grande, que é a sede do território.

• *Famílias mais antigas*

Os “Domingos” e os “Valérios” são as famílias quilombolas mais antigas na Queimada Grande, conforme informado pelo senhor Martinho Domingos da Silva, entrevistado em sua casa no quilombo: “Eles foram os primeiros”, diz Martinho, o qual é da família Domingos.

Figura 17— Parentesco: de Antônio “Cocar” a Martinho Domingos da Siva



Antônio “Cocar”, o primeiro da ascendência no diagrama da Figura 17, veio de fora, os demais nasceram na Queimada Grande. Antônio “Cocar” era cearense e se casou com uma mulher que era de Vera Mendes, como informado por Martinho e Maria Cira. E como é dito que ele chegou na Queimada Grande com a família, é possível que tenha vindo em paradas sucessivas. A senhora Maria Cira da Silva e o seu esposo, o senhor Martinho, explicam que o apelido “Cocar” se refere a alguém valente; porém, de certo em um sentido tendendo ao pejorativo, pois Martinho, naquela entrevista conjunta, disse não ser bem dessa forma. Foi apontado por Maria Cira que Antônio “Cocar” era agressivo com os seus irmãos e que “cocar” é “guiné” (galinha-d’angola), “galinha criada, invocada”.

Fotografia 6 — Maria Cira da Silva (n. 1950) e Martinho Domingos da Silva (n. 1946) em sua casa com a antropóloga Leslye B. Ursini, em 21/02/2020, Quilombo de Queimada Grande-PI

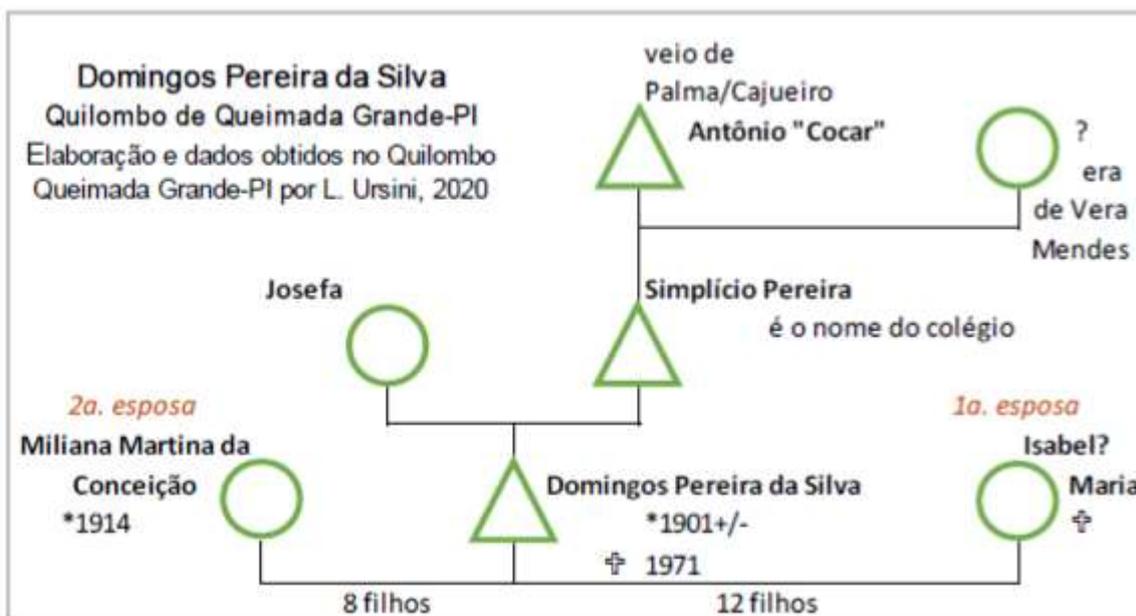


A região de origem de Antônio “Cocar”, e de certo de seus irmãos, foi apontada para o Leste do Quilombo de Queimada Grande, direção do Ceará, localidade de Palma, Cajueiro e do Descoberto, para os lados do atual Município de Patos do Piauí; é dito pelo Martinho que Antônio “Cocar” veio para a “Fazenda Queimada Grande”. Para visualizar tais localidades, ver Figura 22 — Mapa com diversas localidades mencionadas neste Relatório Antropológico, na página 74, ali assinaladas com os números 4 e 6.

Se supusermos que Antônio e Simplício foram pais aos vinte anos de idade e que Simplício, apontado como sendo da Queimada Grande, portanto, tendo ali nascido, temos que Antônio chegou à Queimada Grande por volta de 1881 e que Antônio teria nascido em 1861. É uma estimativa, e se formos compatibilizar tais datas com as idades longevas dos membros da comunidade, que têm filhos durante uma longo período com mais de cinquenta anos de idade para os homens, tal estimativa poderá recuar no tempo ainda mais.

Domingos Pereira da Silva foi casado duas vezes e o senhor Martinho é filho do segundo casamento.

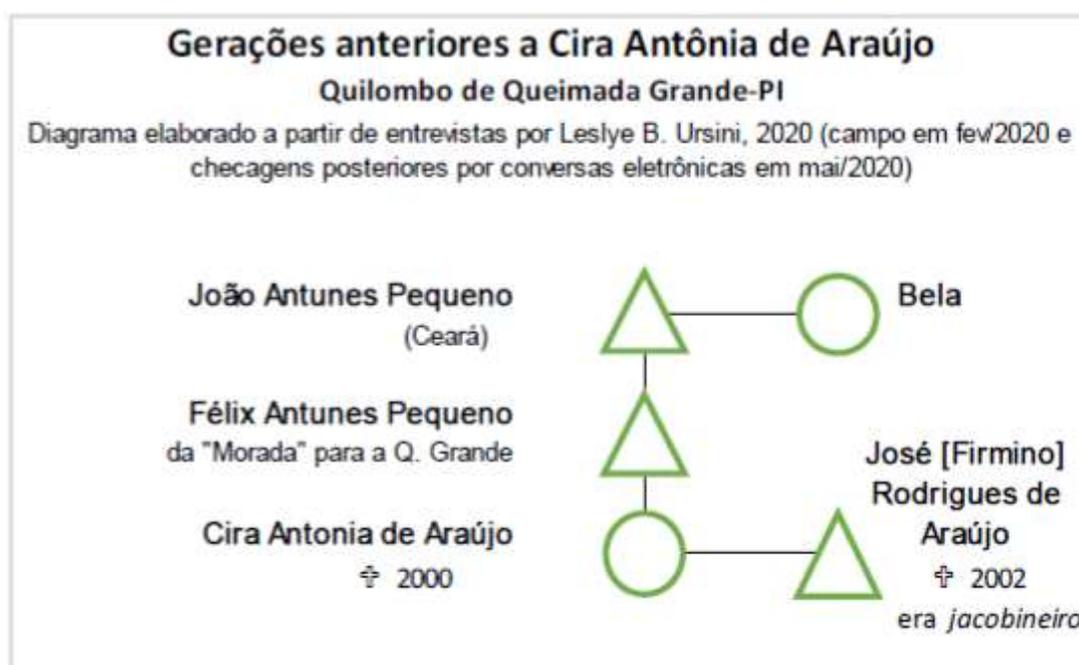
Figura 18– Parentesco: os “Domingos”



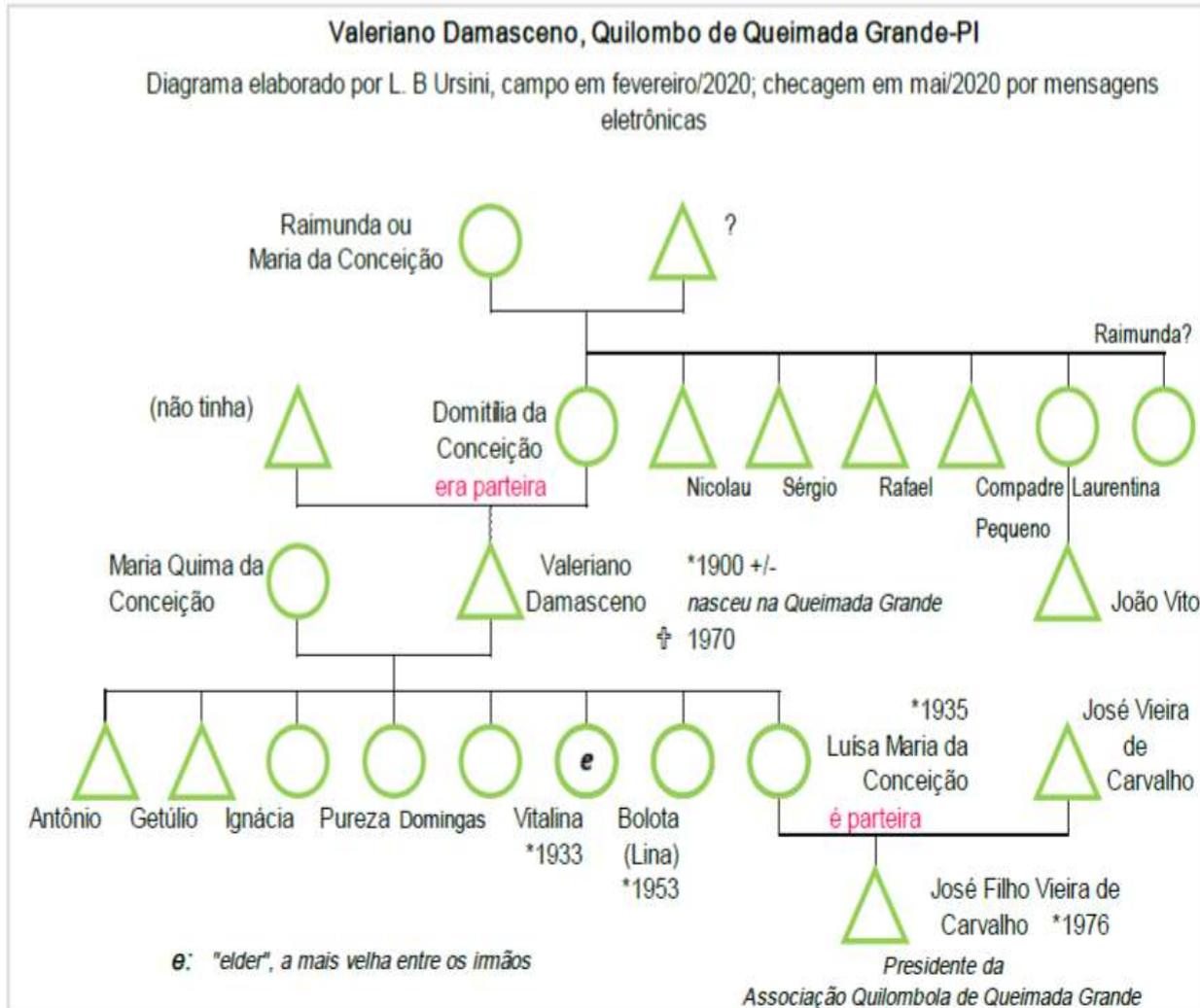
A data de nascimento de Domingos Pereira da Silva foi estimada em conjunto com Durvalina Miliana da Conceição, filha de Domingos, entrevistada no Queimada Grande, na casa de Maria Delmira e Moisés, onde a equipe esteve hospedada para os levantamentos em campo. Segundo Durvalina, seu pai morreu com 70 anos quando ela tinha 11 anos de idade, em 1971. Durvalina como Martinho são filhos do segundo casamento de Domingos com Miliana Martina da Conceição que, conforme informado, era da localidade chamada Boqueirão⁵⁹.

Outro membro antigo da comunidade que a memória do grupo alcança, também vindo do Leste, do Ceará para a Queimada Grande, é o José Antunes Pequeno, conforme a Figura 19, na página 71.

Figura 19 — Parentesco: de João Antunes Pequeno a Cira Antônia de Araújo



Os “Valérios”, apontados ao lado dos “Domingos” como as primeiras famílias no quilombo, têm uma história imersa na Queimada Grande manifesta como sempre tendo estado ali, sendo “daqui mesmo”, como dizem os quilombolas. A memória do grupo recua bastante e o personagem antigo mais célebre da história dos “Valérios” é Valeriano Damasceno, avô do atual presidente da Associação Quilombolas de Queimada Grande, o José Filho.



⁵⁹ Há diversas localidades no Estado do Piauí chamadas Boqueirão, a mais próxima de Queimada Grande está no Município de Patos, vide Figura 22, na página 73 deste Relatório, localidade assinalada com o número 8.

Figura 20 — Parentesco: os “Valérios”

Fotografia 7 — Família de Luísa e José Vieira de Carvalho em sua casa, na Cacimbas no Quilombo de Queimada Grande-PI (fevereiro/2020)



Leslye Bombontatto Ursini em entrevista na casa da senhora Luísa e José Vieira, na fotografia acima, da esquerda para a direita: José Vieira de Carvalho, 74 anos de idade; Ronyldo da Conceição Sousa, 14; José Neto de Oliveira Silva, 26; Valdete da Conceição, 45; Luísa Maria da Conceição, 84.

Em outras entrevistas, no levantamento da genealogia relacionando-a a lugares e ao recuo da memória coletiva quanto às pessoas e famílias mais antigas, a Domitília da Conceição foi apontada como sendo tia da mãe de José Filho Vieira de Carvalho.

Segundo José Filho, seu avô, o Valeriano Damasceno, morreu em 1970 com aproximados 70 anos. José Filho tem em Domitília o nome de muita familiaridade e acha que ela era sua bisavó, mãe de Valeriano Damasceno. Explica:

Antigamente os pais não dizia de qual família era. Hoje em dia que a gente sabe de qual família a pessoa é. Não dizia “a gente é de família fulano”; de antigamente os pais não falava, não tinha, assim a conversa, dizerem aos filhos de qual família era, de onde vieram. Aí a gente ficou em dúvida, a gente cresceu em dúvida. (José Filho Vieira de Carvalho, fev/2020, Quilombo de Queimada Grande).

Dentre as famílias mais antigas e que permaneceram na Queimada Grande, estão as de sobrenomes Silva, Damasceno, Carvalho, Araújo, Nunes, Pereira, Vera, Valério e Domingos, neste caso, como um segundo nome próprio. Apresento, a seguir, alguns núcleos familiares das pessoas mais velhas e de que se se tem notícias de parte daquelas famílias.

Figura 21 — Parentesco: família Damasceno

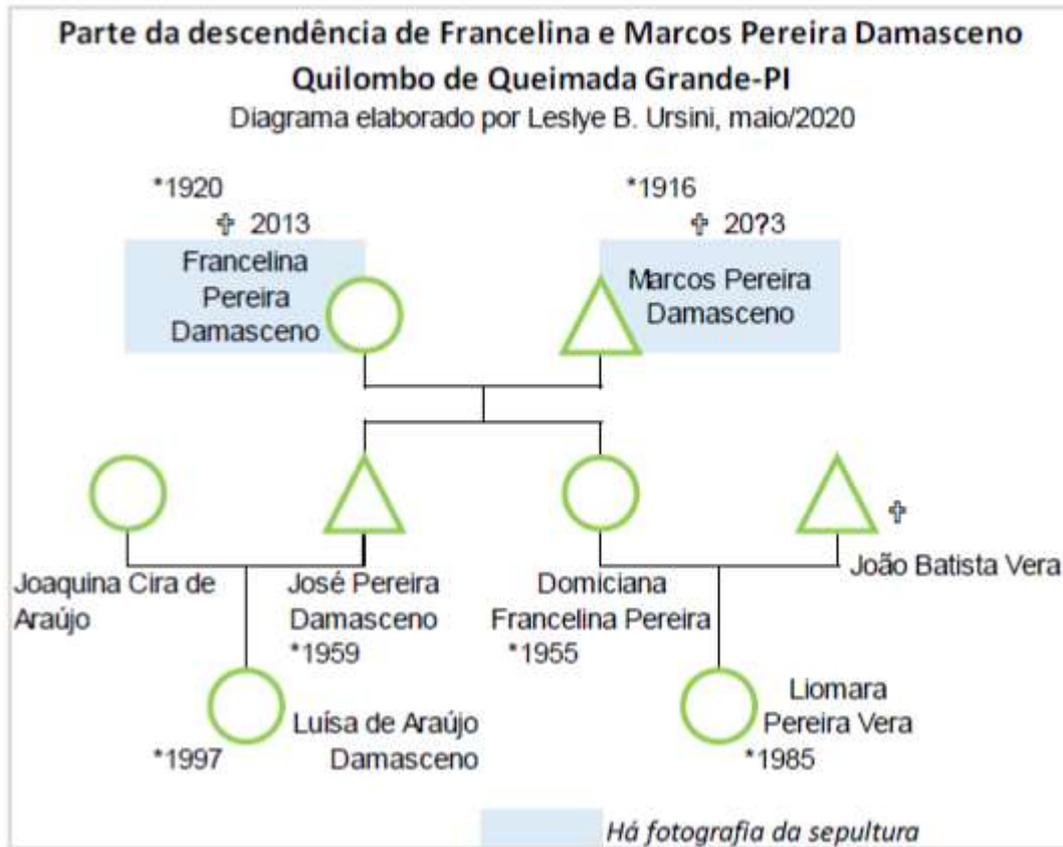


Figura 22 — Mapa com diversas localidades mencionadas neste Relatório Antropológico



Detalhe: Malha Territorial – Patos do Piauí, IBGE, 2011

Figura 23— Parentesco: Juliana Felomena Vera e Estevam Lopes

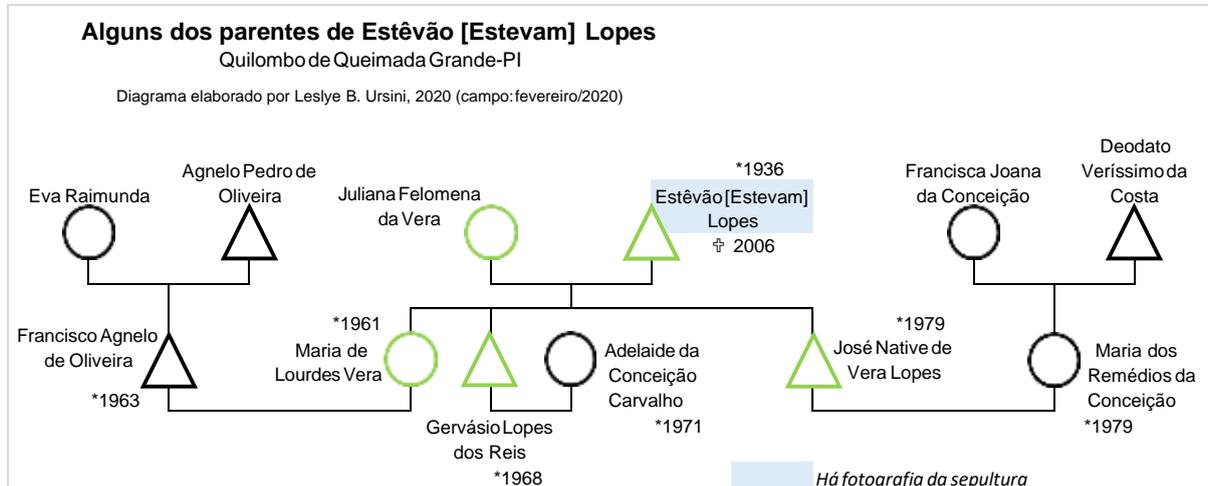
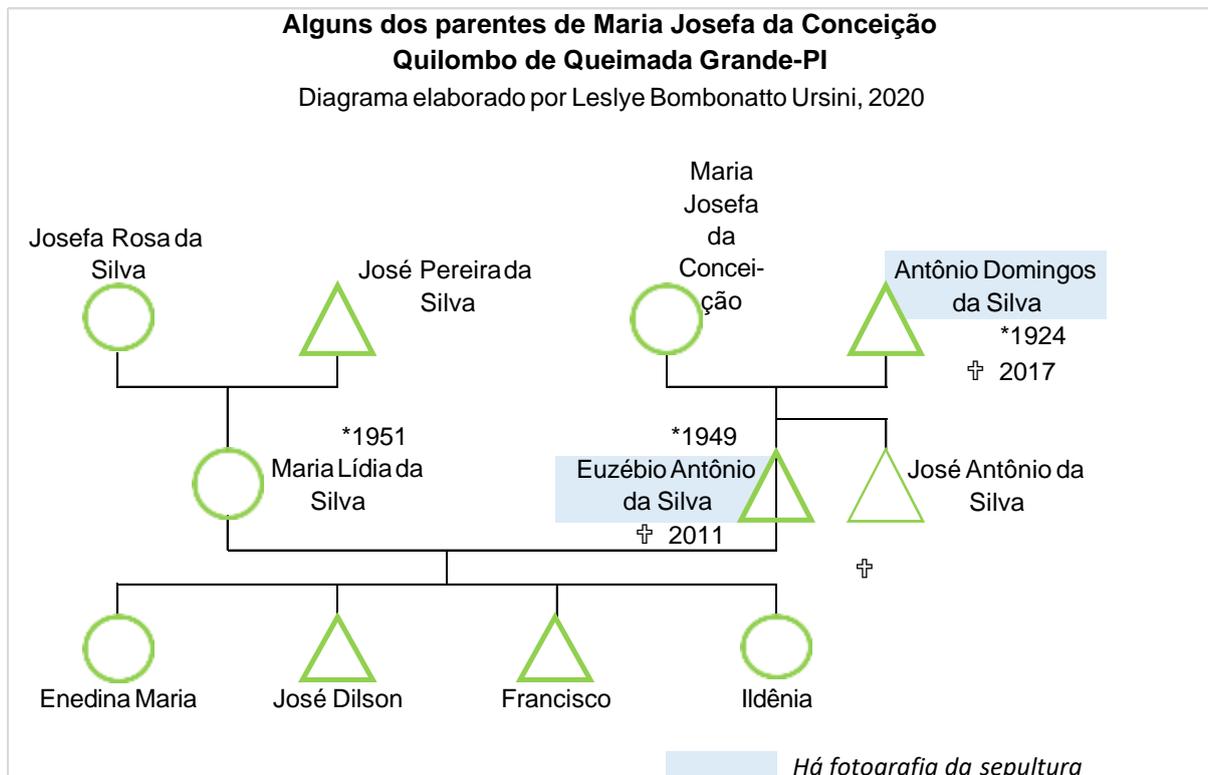


Figura 24— Parentesco: Antônio Domingos da Silva



Euzébio Antônio da Silva faleceu na cidade de Santo André, no bairro Utinga e foi sepultado no Cemitério Municipal da Queimada Grande em 2011. Fato que colabora para entendermos ser a Queimada Grande um local de referência para as pessoas da comunidade.

- *Mobilidade: cidades distantes e localidades próximas*

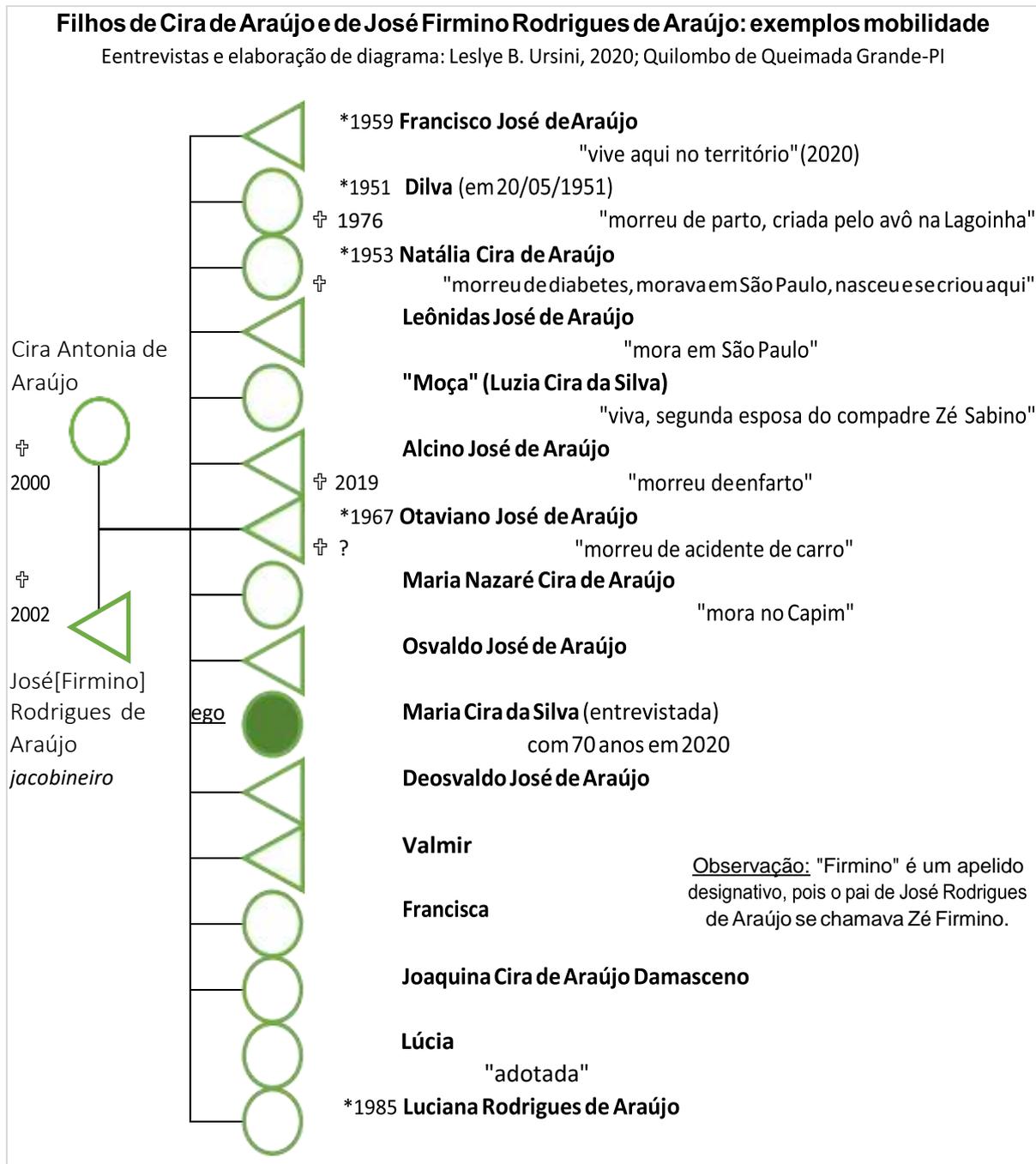
Os quilombolas de Queimada Grande têm em conta os seus familiares que “estão fora”. Quando saem, no geral, as pessoas vão para São Paulo e outras cidades grandes em busca de trabalhos; por vezes, por lá se casaram e permaneceram.

A família nuclear de Cira Antonia de Araújo e José Rodrigues de Araújo, com muitos filhos, é aqui tomada como exemplo dessa mobilidade tanto para São Paulo quanto em relação a localidades próximas à Queimada Grande, no caso a Lagoinha e o Capim. Sendo que a maior parte dos filhos daqueles casal vivem no território de Queimada Grande.

- *Entrelaçamento de famílias*

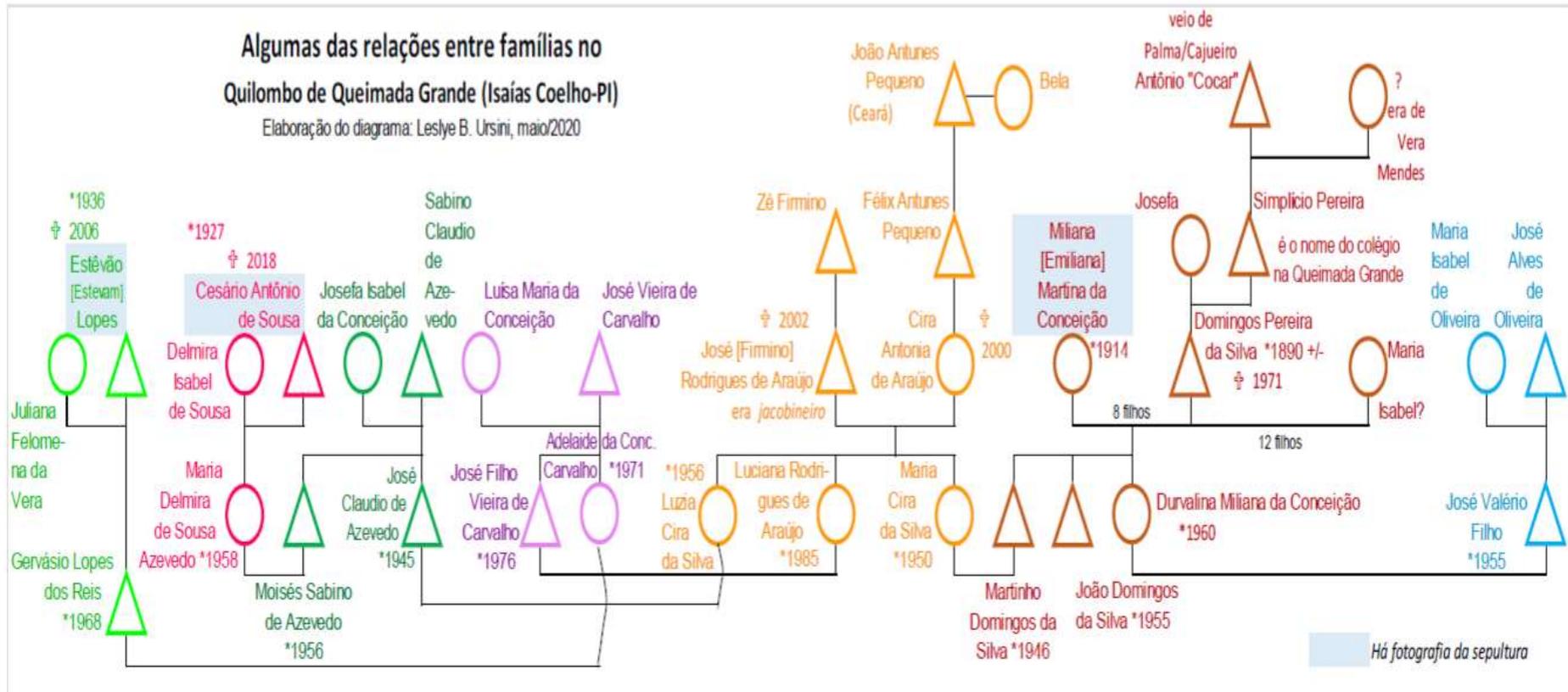
Os casamentos e uniões estáveis se dão, preferencialmente, entre membros da comunidade, entre as famílias locais cujos indivíduos, possuem, não raro, algum grau de parentesco entre si, tal como avós que eram primas ou irmãs, pais que são primos. As uniões com membro de fora do grupo existem, mas são pouco frequentes, embora as pessoas estejam em contato constantes com localidades vizinhas e tenham acesso relativamente facilitado (veículos próprios ou aqueles que fazem fretes de passageiros) ao povoado de São Domingos e às cidades de Isaías Coelho, Vera Mendes. Não há, portanto, um isolamento geográfico ou por dificuldades com a mobilidade, o que há é o grupo como referência das relações sociais.

Figura 25 — Parentesco: a mobilidade para grandes centros e o contato com regiões próximas ao Quilombo de Queimada Grande



O contato com o lugar Queimada Grande — que é pequeno e onde as famílias são entrelaçadas — é mantido por aqueles que viajam e se mudam por longos períodos em busca de trabalho fora, voltando ao território para visitas a parentes e para férias anuais.

Figura 26— Parentesco: interrelação de famílias



No próprio quadro da interrelação de algumas das famílias do Quilombo de Queimada Grande (Figura 26, página 78), existem outras relações familiares que não foram apontadas. O parentesco consanguíneo e afim destacado no quadro referido privilegiou as relações das gerações mais recentes para exemplificar a tessitura que as famílias estabelecem entre si por meio da união de seus filhos sem, ao mesmo tempo, serem as famílias dissolvidas no grupo. Ou seja, as famílias e seus membros são sempre marcados. A fala de José filho, acerca do fato de os pais não conversarem com os filhos e contarem a estes quem é de qual família, se refere a gerações pregressas a “ego”, se tomamos o José Filho como foco (ego) para localizar as gerações. Pois cada grupo geracional terá bem nítido quem é de qual família e a interrelação entre elas (quem casou com quem, os filhos, os casamentos destes, as separações) na sua própria geração e nas gerações mais próximas. Assim, a posição de cada, na tessitura das relações familiares, é conhecida por aqueles que vivenciam tais gerações.

O mesmo se passa com as gerações anteriores em seu próprio tempo, tanto que quando conversamos com pessoas mais velhas, tais relações, de sua própria geração, são igualmente nítidas para essas pessoas. Na sucessão de gerações, a nitidez da tessitura das relações entre as famílias vai-se perdendo porque tal tessitura tem de ser lembrada pelo interlocutor (entrevistado, entrevistada ou informante que procura o pesquisador espontaneamente para falar de si) e não somente descritas, como no caso das relações das gerações atuais, pois as pessoas de tais relações estão vivas e vivenciam essas relações.

Esse processo é o de perda da memória do grupo. Temos os nomes de alguns dos mais antigos, mas há um limite que se vai estabelecendo e que não recua gerações além de certo ponto, porque se perdeu. Como é o caso dos “Valérios” que aparecem como estando desde sempre na Queimada Grande. O que isso indica é que estavam antes de a memória ir-se perdendo⁶⁰.

8.4 Organização social

Quanto ao parentesco e relações entre as famílias, se nota que os casamentos se dão preferencialmente entre membros da comunidade.

No aspecto da organização socioespacial, as nucleações familiares são referenciadas por lugares dentro do território ou se passa o contrário, as nucleações familiares referenciam os lugares. Diferença sutil cujo resultado e aparência são os mesmos: uma família constituída pelo casal mais velho, pai e mãe, a casa desse casal, com outras casas de filhos e netos próximas, também as roças e os locais onde pegavam água antes da instalação dos chafarizes. Mesmo os filhos que se foram morar em outra parte do território, ou a morte de

⁶⁰ Para recuar ainda mais, há a possibilidade de se conversa com mais membros do grupo e de recorrer a registro de batistérios e também, a pessoas mais velhas mesmo fora do grupo. Porém, o objetivo neste Relatório é o de caracterizar a comunidade e de localizá-la e não o de se comprovar a sua anterioridade a algo ou a alguém. A opção que escolhi foi a de exemplificar a o tecido que as uniões estabelecidas entre as famílias promove descrito na forma atual.

um dos pais, ou ambos, e a casa ocupada por filhos desse casal, remarcam a referência local como uma forma de organização social e produtiva.

Esses são aspectos que intrinsecam a territorialização do grupo e a sua organização social.

A organização política na comunidade quilombola de Queimada Grande é centrada na Associação Quilombola de Queimada Grande, como o lugar formal das tomadas de decisões. Da organização da associação na sucessão dos seus presidentes se depreende que a política local, se pudermos chamar assim, é constituída na consideração das famílias locais mais antigas.

8.5 Associação Quilombola da Queimada Grande

Ajudaram a fundar a Associação Quilombola da Queimada Grande o João Ernani e a Durvalina. Os presidentes, em sequência, foram: José Filho, Francisca, Durvalina e José Filho (atual, em 2020).

A associação está localizada na “sede” do território, assim como apontam as pessoas da comunidade, que é a localidade de Queimada Grande.

Fotografia 8 — Edificação específica para a Associação Quilombola de Queimada Grande



A casa em que a associação tem a sua sede é específica para esse fim. As reuniões das acontecem na associação sempre ao final do dia, pois ao longo do dia as pessoas da comunidade têm seus trabalhos de cuidado dos filhos menores, o apoio a familiares idosos, o trabalho nas roças, os trabalhos de manutenção da limpeza das casas em que vivem, a preparação das refeições diárias, o manejo dos caprinos e etc.

O lugar da associação marca a região central da comunidade e onde está, também, a caixa de água para as casas da localidade Queimada Grande.

A construção das caixas de água e dos chafarizes resultou de participação ativa da Associação Quilombola pra a providência da municipalidade de Isaías Coelho nesse sentido. Pois antes dos dois poços perfurados com as caixas de água e dos chafarizes (em torno de 6 unidades), a água para a comunidade vinha principalmente da Barragem do Padre Geraldo e de um açude construído há mais de 100 anos. Esses dois pontos de represamento marcam as localidades, respectivamente, de Queimada Grande e das Cacimbas. Também, os barreiros, par onde ia-se da Queimada Grande a pé até as Cacimbas, pouco antes de se chegar à localidade da Serrinha, esta que é uma confrontação do território.

8.6 Aspectos religiosos

As religiões praticadas são a católica e as evangélicas, com predominância da primeira. Deve-se ter em mente que a colonização contou com a presença de religiosos da Companhia de Jesus e que a dominialidade das terras do Quilombo de Queimada Grande é do Estado do Piauí, antes Fazendas Estaduais, antes disso Fazendas Nacionais, antes ainda Fazendas da Capela, estas que eram as terras de Domingos Affonso Mafrense (ou “Sertão”) doadas por ele aos jesuítas após a sua morte em 1711.

No território não há igrejas, há uma igreja na estrada de terra que dá a cesso à comunidade, mas serve a outra comunidade, em um povoado que se localiza próximo da Rodovia BR-020/PI (ou Rodovia PI-245, nesse trecho da Rodovia BR-020).

Fazia-se novenas quando alguma pessoa morria. Também, na Semana Santa, antes, era a ocasião das novenas e das brincadeiras de crianças.

Não encontrei indicações, diretas ou indiretas, da prática de religiões de matriz africana. O que não significa a sua inexistência mesmo em tempos anteriores, pois o trabalho de investigação de dados em campo procurou as referências mais expressivas, o que não dispensa, ou desanima, uma outra pesquisa aprofundada quanto a este aspecto, e que poderia começar em buscas em arquivos na hipótese de se terem reprimidas tais expressões e no que possam, se for o caso, se ter transfigurado; entre outras abordagens.

8.7 Atividades produtivas, econômicas e de subsistência

Há, no território de Queimada Grande, pessoas contratadas pela Prefeitura, como no caso do cuidado com o acionamento da bomba que leva água de um poço artesiano para uma caixa de água, ambos instalados ao lado da casa da Associação Quilombola de Queimada Grande.

A maioria das famílias na comunidade quilombola são famílias de pequenos agricultores, produzem para a subsistência e nem todos vendem regularmente os excedentes. A venda, quando ocorre, se dá tanto para localidades vizinhas quanto interna ao grupo.

Os principais cultivos são os do milho e do feijão, plantado no começo do inverno, que é dezembro. Porém, agora estão plantando em fevereiro, pois se começarem em dezembro, o feijão enche muito de ramas e atrapalha as outras culturas, conforme dito pelo senhor Moisés. Antes de o bicudo (*Anthonomus grandis*) atacar as plantações, largas áreas eram cultivadas com o algodão.

O algodão deu uns insetos e o povo pararam de plantar. Ele bota na seca⁶¹. O algodão preto era o primeiro daqui. (Moisés Sabino de Azevedo, fevereiro de 2020, Quilombo de Queimada Grande)

Explica, ainda, que as crianças cujos pais plantavam ficavam com piolhos.

A mandioca, deixaram de plantar, pois, como explicou o senhor Moisés, entrevistado em sua casa e onde nos hospedamos:

Antes plantava mandioca, mas o inverno não deixa, [os invernos] são fracos. (Moisés Sabino de Azevedo, fevereiro de 2020, Quilombo de Queimada Grande)



Maria Delmira de Sousa Azevedo, na varanda de sua casa “escolhendo” feijão para cozinhar.

Quilombo de Queimada Grande, fevereiro/2020

O período das chuvas, o inverno, ocorre entre os meses de dezembro e de fevereiro, se prolonga menos intenso até alguns meses depois para, a partir de maio ficar seco, conforme o calendário que indicaram na Queimada Grande.

O arroz, antes, era plantado por famílias da comunidade. Explica o senhor Moisés que...

...não plantam porque o povo ficaram velho e tem que passar dois meses vigiando os passarinhos (Moisés Sabino de Azevedo, fevereiro de 2020, Quilombo de Queimada Grande)

⁶¹ Entre julho e novembro, sendo agosto um mês bom para a atividade, conforme explicou o senhor Moisés.

A comunidade produz mel. O pai do senhor Moisés encontrou abelha em um cupinzeiro:

Meu pai, ele achou abelha dentro de um cupim, pôs em cima da casa velha, mas ficaram bravas (Moisés Sabino de Azevedo, fevereiro de 2020, Quilombo de Queimada Grande)

Depois, vieram os projetos que foram encampados por algumas famílias. Para se ter uma ideia dos projetos, o financiamento era de 6 mil reais e beneficiou quatro famílias. Atualmente, as pessoas que estão envolvidas com a apicultura vendem uma lata de 18 litros a 120 reais cada lata, que pesa em torno de 30 quilos. O mel é comprado, principalmente, por revendedores, há um comprador do Município de Vera Mendes e outros dois no povoado de São Domingos. Foi dito que este preço é baixo.

Fotografia 9 — Casa da Socorro, no Quilombo de Queimada Grande



Têm trabalhado no melhoramento e na certificação do mel. Para a certificação, não pode haver mistura, “batismo” do mel, tampouco pode haver veneno nas roças e há vizinhos que jogam veneno em áreas para não crescer mato e não ser necessária a capina. A queixa é a de que falta a Lei para isso.

Esses projetos não abarcam as famílias do Quilombo de Queimada Grande, que carecem de Assistência Técnica e Rural. Os projetos foram mencionados porque perguntei por projetos e não é a maioria das pessoas que se engajam, pois há contrapartidas ou financiamentos, que pressupõem alguma disponibilidade financeira para tanto, o que não é o caso. No mais, a roça consome o tempo das pessoas sobremaneira. Enquanto a equipe para os levantamentos de dados com fins de regularização fundiária do Quilombo de Queimada Grande, se buscou o revezamento dos acompanhantes quilombolas para os percursos diários pelo território a fim de não lhes impactar na lida nas roças, na “limpeza” do feijão e em outras atividades.

Várias famílias criam caprinos, e não todas. Nos fundos dos quintais e rente às casas há a criação de galinhas, por vezes soltas e hortas de temperos.

Fotografia 10— Caprinos no Quilombo de Queimada Grande-PI



No passado, no final de abril de 1970, conta a senhora Maria Luísa da Conceição — mãe do presidente atual (2020) da Associação Quilombola de Queimada Grande, o José Filho — que foi trabalhar nas frentes de emergência no Tanque Moreno, do Departamento Nacional de Obras contra a Seca—DNOCS. Encontrei referência, no sítio do DNOCS ao Município de Moreno no Estado do Pernambuco. Na atualidade, a distância entre Isaías Coelho e Moreno, pela BR-316, é de 830 km. Quando a senhora Luísa foi trabalhar, ela havia acabado de ter um filho e o levava consigo, quando voltou o filho tinha 10 meses. Trabalhava por diárias, lembra que eram no valor de 2 Cruzeiros.

Na atualidade, os jovens têm procurado trabalhos fora (cidades mais distantes como São Paulo), mas continuam ligados às suas famílias no Quilombo de Queimada Grande e parte retorna ao território.

8.8 Políticas públicas e demais projetos e potencialidades

A política pública de que são beneficiárias algumas famílias é o PRONAF Mel. Deve-se ter em conta que o PRONAF viabiliza taxas para público e programas específicos e que os empréstimos para financiamento são nominais junto ao banco.

A comunidade é abrangida pelo Programa Bolsa Família e o João Domingos é agente de saúde e quem pesa as crianças. A pesagem é o acompanhamento da inserção do Programa para mensurar o seu diferencial e também uma condicionalidade para a permanência da mãe inscrita no Programa, da mesma forma que a frequência na escola dos filhos em idade escolar é outra condicionalidade.

8.9 Mobilidade

No que se refere à mobilidade periódica, nem sempre cotidiana, as pessoas das comunidades se dirigem para a cidade de Vera Mendes, é onde compram tudo “em grosso” (atacado); e em Isaías Coelho vão comprar roupas, ir ao banco e aos correios, entre outras atividades.

Pessoas da própria comunidade fazem o transporte, ou o “frete”, e recebem por ele 50 reais pelo trecho de ida e volta para a cidade de Isaías Coelho com caminhonete e entre 40 e 60 reais pelo mesmo trecho de moto. Há a necessidade de as pessoas irem aos centros próximos, pois na comunidade não há posto de saúde, comércio e a escola foi fechada. As crianças vão de ônibus para uma escola no povoado de São Domingos.

Na geração dos bisavós da senhora Maria Cira da Silva (nascida em 1950), contou ela que na época dos bisavós destes, costumava-se ir do Quilombo de Queimada Grande até Oeiras a pé⁶², para o que “encomendavam boné de palha” aos outros moradores para auxiliar na caminhada ao sol.

8.10 Locais de interesse e patrimônio material

Neste item serão abordados os locais onde as famílias se abasteciam de água e que, alguns, ainda são utilizados; os cemitérios e uma edificação em que era feita farinha de mandioca. São locais em que a memória do grupo se inscreve, todos têm algo a dizer, a contar acerca de tais edificações e estruturas que estão inseridas no percurso da comunidade, ou em parte dele, no território e que, nesse sentido, constituem seu patrimônio.

- *Cemitérios*

Foram visitados os dois cemitérios em que estão sepultados os quilombolas da Queimada Grande. Abaixo seguem fotografias das sepulturas das pessoas mais antigas falecidas e que foram citadas na comunidade, foram referidas nos diagramas de parentesco no item 8.3—Relações de parentesco neste Relatório Antropológico.

8.10.1.1 Cemitério Municipal da Queimada Grande e alguns dos sepultamentos

O cemitério foi construído por volta de 1984, mas já havia sepultamentos no local antes disso. A mão de obra utilizada foi a dos quilombolas e o material, para o muro, foi provido pela Prefeitura Municipal de Isaías Coelho.

⁶² Em cálculos de distâncias por meio das rotas no Google, o tempo de caminhada entre o Quilombo de Queimada Grande e Oeiras é de 26 horas, percorrer a distância com carro leva quase 3 horas.

Fotografia 11 — Cemitério Municipal da Queimada Grande (UTM225081—9147773)



Cezário Antônio de Sousa
1927-2018



Eusébio Antônio da Silva
1949-2011



Emiliana [Miliana] Martina da
Conceição
1914-?

Antônio Domingos da Silva
1924-2017 (2012?)

8.10.1.2 Cemitério da comunidade de Queimada Grande e alguns dos sepultamentos

Conforme informado em campo pelo quilombola que acompanhou a antropóloga aos cemitérios, nesse cemitério...

...estão enterrados em maior parte o pessoal dos morenos, do bairro dos morenos, está a, mãe dona Luisinha, mãe do José Filho, presidente da Associação Quilombola de Queimada Grande.

Fotografia 12 — Cemitério da comunidade de Queimada Grande (UTM225245—9146232)





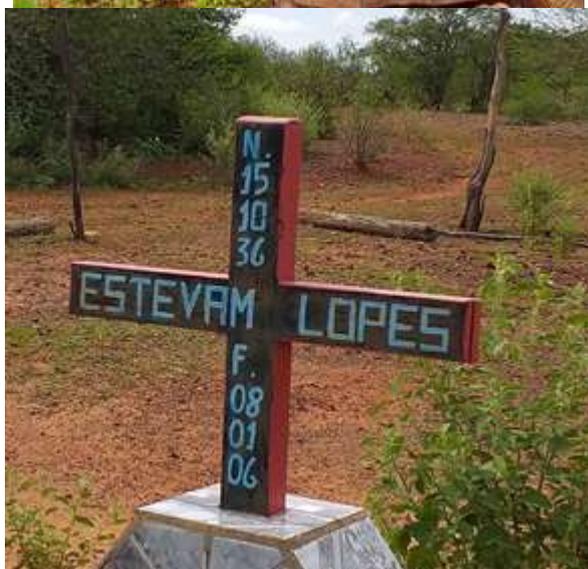
Marcos Pereira Damasceno

1916-20?3



Francelina Pereira Damasceno

1920-2013



Estevam [Estêvão] Lopes

1936-2006

- *Barragem, açudes, tanques, cacimbas barreiros e poço*

Com o Programa Luz para Todos, em 2012, a energia elétrica foi ampliada na comunidade de Queimada Grande e o abastecimento de água, também, a partir do começo de 2013, com a instalação de bombas de água. Antes, havia um gerador a diesel com a compra do combustível pela própria comunidade que, nem sempre, podia efetuar-la.

Antes disso, o acesso à água pela comunidade — para consumo humano e para os animais — era exclusivamente em açudes, barragens e barreiros. Não há cursos de água próximos, a localidade está no extremo leste do semiárido no Piauí. O Quilombo de Queimada Grande se encontra em local do divisor de cursos de água, afastados deles, cujas cabeceiras dão cursos intermitentes, ver a Figura 5 — O Quilombo de Queimada Grande localizado no divisor de águas, na página 28, para tal localização.

Segundo Durvalina (nascida em 1960), teve um ano que o açude secou e cacimbas eram cavadas no local do reservatório:

Cada um que cavava uma cacimba dava água. Tinha peixe dentro da cacimba, traíra e coró. (Durvalina Miliana da Conceição, na casa de Maria Delmira, Quilombo de Queimada Grande, fevereiro/2020)

8.10.2.1 Açude que abastecia, também, “brancos” da Fazenda Nova (mais de 100 anos)

Em um passado mais distante, quilombolas de comunidade vizinha buscavam água em açudes na Queimada Grande. Em conversa com o casal Moisés e Maria Delmira, eles contaram que, para os lados dos chafarizes (atuais, para os lados da localidade Cacimbas) no Quilombo de Queimada Grande e na Fazenda Nova (outro quilombo identificado a aproximadamente 8 km de Queimada Grande) “faziam os quilombolas levar água na ancoretta no ombro”; e completa Maria Delmira:

Levar água pra esses branco, pra eles beber. Tinham que levar água na cabacinha, não podiam beber da ancoretta [no caminho]. (Maria, em sua casa, Quilombo de Queimada Grande, fev/2020).

Na fala da Maria Delmira, neste curto trecho, estão presentes as indicações de maus tratos⁶³, a presença de brancos e negros a eles submetidos. São os quilombolas da do Quilombo Fazenda Nova, que foi identificado e delimitado pelo Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária—Incra e que pertenceu às Fazendas Nacionais. Os brancos, provavelmente, poderiam ser os administradores da fazenda e não se descartam as possibilidades de outros fazendeiros não ligados à estrutura governamental das Fazendas Nacionais, depois de 1946 chamada Fazendas Estaduais. O nome apontado foi o de Erasmo, “branco”, que não localizamos no tempo.

Fotografia 13 — Vista parcial do açude em que os quilombolas da Fazenda Nova buscavam água para os “brancos”



O açude tem mais de 100 anos e contam que havia árvores de angico no local, cortadas para se fazer o açude. Ocasão em que escravos “judiavam”, conforme informado, colocando os negros velhos para carregarem, nos ombros, as “linhas” (esteios) de angico cortados do local para a construção de casas.

⁶³ São aproximados 8 km de distância, em região de muito calor e desabrigada de sombras, percorrida a pé pelos negros que iam carregados com água para os outros.

Fotografia 14 — Localização do açude onde os quilombolas da Fazenda Nova pegavam água para ser levada aos “brancos” (UTM 225453-9146344)



Acima, a localização do açude em que os negros cortaram os angicos para ser feito no local, a proximidade do cemitério em que a maior parte sepultada são dos “morenos” e perto da casa da senhora Luísa, mãe do presidente da Associação Quilombola de Quilombo de Queimada Grande.

Note-se que havia, no passado e trazida pela memória, a distinção de categorias de negros e escravos; não se sabe se conservada alguma ligação, mas cuja distinção, também, é feita no presente com relação aos morenos. Escravos pode ter sido referido aos escravos das fazendas. A questão são os “negros velhos”, provavelmente de população local e que não fosse propriedade das fazendas como o era os escravos. Tal situação das categorias não será elucidada no âmbito deste Relatório Antropológico, mas é importante anotá-la para a compreensão de que os negros não perfaziam uma categoria homogênea.

8.10.2.2 Barragem do Padre Geraldo (30 anos)

A principal fonte de água, antes do gerador a diesel e das bombas em período recente (2013), era a barragem do Padre Geraldo. O Padre Geraldo é vivo e desempenha diversas atividades junto a várias comunidades ao menos em Isaías Coelho. No Quilombo do Riacho Fundo, também no Município de Isaías Coelho, ajudou a organizar a cooperativa do mel.

Fotografia 15— Barragem do Padre Geraldo, Quilombo de Queimada Grande (UTM226092-9148360)



Fotografia 16— Placa com dizeres pregada no eixo da barragem do Padre Geraldo, Quilombo de Queimada Grande



Acima, a placa fotografada está afixada no eixo da barragem do Padre Geraldo com os seguintes dizeres:

A ÁGUA É UM DIREITO DO HOMEM TÃO CLARO E TÃO LÓGICO QUE NUNCA FOI ESCRITO OU MENCIONADO NAS CARTAS DOS DIREITOS HUMANOS.

...AQUELE QUE CRÊ EM MIM JAMAIS TERÁ SEDE – JESUS DE NAZARÉ

A barragem do Padre Geraldo foi construída há 30 anos e foi feita com recursos da Alemanha e dos municípios de Isaías Coelho e de Simplício Mendes, do Estado do Piauí. Quando ainda não se tinha água encanada nas casas, rente ao eixo, à linha, da barragem havia um girau de fora a fora para as mulheres lavarem roupas. No pé do eixo da barragem, o seu vertedouro, há uma continuação como calçada, plana e com a largura perto de um metro. O girau era instalado nesse calçamento, que tem a finalidade de proteger o próprio

eixo. Mangueiras eram passadas do reservatório pelo cume do vertedouro até chegarem, abaixo, nos giraus e a água descia por gravidade para ser utilizada na lavagem de roupas.

8.10.2.3 Tanquinho do Tabuleiro

O Tanquinho do Tabuleiro é utilizado mais para a dessedentação animal. Segundo informado, a água ficou vermelha (turva) porque ficou nas mãos dos mais jovens, e esses mais novos teriam descuidado e deixado os animais entrarem.

Antes de se ter água encanada nas casas, mulheres se serviam de pedras apoiadas em giraus para a lavagem de roupas; atualmente, o tanque não é utilizado mais para esses fim.

Fotografia 17— Girau para lavar roupas e pedras quebradas para os giraus no Tanquinho do Tabuleiro, Quilombo de Queimada Grande (UTM225809-9147852)



8.10.2.4 Barreiro da Queimada

O Barreiro da Queimada é próximo ao Tanquinho do Tabuleiro e atende a três casas, a do Moisés e Maria Delmira, do avô do Moisés e de um vizinho.

Fotografia 18— Barreiro da Queimada, Quilombo de Queimada Grande (UTM225777-9147782)



- *Ruínas*

Com o objetivo de visitar açudes, tanques, barreiros e outras fontes de obtenção de água pela comunidade antes de 2013, fui levada a um poço, um coxo e um barreiro, porém, no caminho para lá passamos por uma ruína.

Nas visitas aos açudes, tanques, barragens e barreiros existentes na comunidade, em um deles, passamos pelas ruínas de uma casa que foi informada ter sido, há muito tempo, habitada por não quilombola e que fabricava farinha de mandioca. As estruturas são totalmente diferentes, e mais antigas, que as casas atuais dos quilombolas. Tem-se a impressão de que a edificação é muito anterior à presença da dita família que ali fabricava mandioca.

Fotografia 19 — Visão geral da edificação com aspecto de templo, em ruínas (UTM 224668—9142641)



Fotografias 20 — Possíveis intervenções posteriores na edificação em ruínas



Lugar para colocar a mandioca para fermentar ou moagem – notar as estacas laterais em madeira. Possivelmente construído em tempo posterior à edificação da casa, na hipótese de a casa ter tido outra função e ser uma construção muito mais antiga.



Parede da casa, que tem aspecto de templo, com sinais de possíveis intervenções posteriores (os buracos e a argamassa no canto direito, embaixo). Notar a borda da lateral direita sem “amarras” para uma parede em ângulo de 90°, possivelmente local de janela e reforçada para suportar batentes e telhado (não há sinais vigamentos verticais na estrutura)

Fotografias 21 — Detalhes de paredes, telha e piso nas ruína encontrada



Detalhes das paredes diferentes, a do fundo é a lateral da edificação e possivelmente mais reforçada para estruturar as outras.



Fragmentos de telha e de piso (sem contexto aqui).

Fazem parte das estruturas, como um todo, um poço cavado e um tanque que estão mais afastados da edificação da casa.

Fotografias 22 — Poço e coxo para animais próximos às ruínas da casa com aspecto de templo (UTM 224694—9142780)



Poço e coxo para dessedentação animal.



Poço

Fotografia 23 — Pequena cacimba (o tijolo próximo às raízes serve de escala) para a dessedentação animal (UTM 224690—9142760)



Recomenda-se a informar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional—IPHAN a existência de tal estrutura em ruína, para o seu conhecimento, caso já não a tenha identificado.

8.11 Patrimônio Imaterial

Conforme se pode anotar, temos as parlendas, as parteiras e um remédio para câimbras nas pernas. Tais anotações não são a totalidade do que possa constituir o patrimônio imaterial da comunidade de Queimada Grande e, também, não se investigou os conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético para que não constassem aqui disponibilizado como fonte de dados secundários.

- *Cantigas e parlendas*

Quando as festividades da Semana Santa eram oportunidades de as crianças brincarem naqueles festejos, a senhora Luísa, de 84 anos, entrevistada em sua casa, lembrou de uma parlenda que as crianças recitavam em brincadeira de roda em que circulava um chapéu:

*eu cá caço eu caço
sou caçador
cadê a caça que você caçou*

Outra parlenda foi lembrada pela senhora Maria Cira, nascida em 1950, que era cantada por sua bisavó nas viagens, a pé, para Oeiras, partindo da Queimada Grande:

*olha o caburéu
caburéu réu
a puta que te pariu*

- *Remédio*

Uma receita antiga e usada para tirar as câimbras é a salsa que é encontrável no tabuleiro: apanha-se a salsa e a enrola nas pernas.

- *Parteiras*

As parteiras mais lembradas foram a Tintila, a Domitília e a Jovita. Segundo a quilombola Durvalina Miliana da Conceição, cuja mãe e avó eram parteiras, explicou que hoje quase não as há no território quilombola de Queimada Grande:

Parteira tinha um bocado, mas faleceram. A mãe do José Filho, presidente da associação, ainda pega menino. (Durvalina Miliana da Conceição, nascida em 1960)⁶⁴

8.12 Recursos naturais

O Quilombo de Queimada Grande, em sua porção central, é localizado em área afastada de cursos de água. O curso de água próximo é o riacho Mocambo, afluente pela margem direita do rio Canindé, distante dali. Como indicado na Figura 5 — O Quilombo de Queimada Grande localizado no divisor de águas, na página 28, a região mais ampla, dentro da qual está o Quilombo de Queimada Grande, é um divisor de águas e a comunidade se localiza afastada dos seus cursos. O acesso à água para uso consuntivo humano e dessedentação animal era feito exclusivamente por meio de barramentos e povos cavados até a chegada da energia elétrica em 2012, quando duas bombas elétricas foram instaladas para dois poços artesianos. A dessedentação animal permanece acontecendo em alguns dos barramentos destinados para esse fim.

A edificação das casas é feita com tijolos, dos que se adquirem de olarias no mercado, e usam cimento, algumas edificações são feitas de adobe. Esteios são feitos, comumente, com madeiras locais, em especial o angico. Recursos locais são utilizados nos cercamentos de casas, para se evitar a entrada de animais ou para cercá-los ou, ainda, para separá-los. Também, utilizam arame farpado na parte alta das cercas, fechando a parte baixa com galhos ou cascas de árvores.

⁶⁴ Durvalina foi entrevistada enquanto visitava a Maria Delmira, na casa desta e do Moisés, onde a equipe esteve hospedada, fev/2020, no Quilombo de Queimada Grande.

Fotografia 24 — Cerca mista com galhos e arame, casa de tijolo, casa de adobe e pomar no entorno da habitação permanente no Quilombo de Queimada Grande



Fotografia 25 — Dois tipos de cercas encontráveis no Quilombo de Queimada Grande



Não foi identificada ou declarada a existência de conflitos pelo uso de recursos naturais entre os membros da comunidade (se fosse o caso de exaurimento, de recursos exíguos) ou com terceiros externos à comunidade (disputas e invasões) até o momento (fev/2020).

8.13 Acesso a serviços públicos

Havia duas escolas na Queimada Grande e fecharam na virada do ano de 2019 para 2020. Foi dito pelas pessoas da comunidade que a justificativa foi a de que havia poucos alunos. As crianças que estudam até o 9º ano vão para o povoado de São Domingos, a 8 km de distância, com motorista da Prefeitura Municipal de Isaías Coelho. Já o ensino médio é oferecido na sede do Município de Isaías Coelho, que vão e voltam com carro da Prefeitura.

Fotografia 26 — Raíla e Letícia, indo para a Escola Municipal em São Domingos (20/02/2020)



Os pais dos estudantes não gostam dessa situação de não se terem escolas no território e de as crianças terem de se deslocar diariamente para estudar. E, também, em períodos de chuvas, os pais devem ir ao encontro das crianças porque os transportes atolam. Se ressentem por não se terem mobilizado para que as escolas não fechassem.

Quanto aos serviços de saúde, há médico em São Domingos às terças e quartas-feiras, se houver uma emergência fora desses dias é necessário seguir para a cidade de

Picos ou para Isaiás Coelho. Na comunidade quilombola de Queimada Grande não há posto de saúde.

A comunidade possui energia elétrica que chegou com o Programa Luz para Todos em 2012. O abastecimento de água é feito por poços artesianos, há um poço na sede com caixa de água que abastece a região da localidade de Queimada Grande, outro distante, para o lado das Cacimbas e que disponibiliza chafarizes perto das casas. Há, também, uma cisterna grande que foi feita, com reforma e depois foi abandonada. As casas na localidade Queimada Grande recebem água encanada, outras em localidades mais afastadas não contam com encanamento. Há locais que contam com poços cavados. Segundo contabilizou a quilombola Marjane, a caixa de água da localidade Queimada Grande abastece 10 casas, a outra caixa de água, para os lados da Cacimbas, abastece 3 casas.

Fotografia 27— Exemplo de chafariz próximo a casa, Cacimbas, Quilombo de Queimada Grande



Modelo dos chafarizes instalados na localidade Cacimbas no Quilombo de Queimada Grande

Antes da chegada da energia elétrica, em 2012, era utilizado um gerador a diesel e manter o funcionamento era difícil pois era necessário dinheiro que nem sempre estava disponível para esse fim. A bomba, na sede do quilombo, chegou no final de 2012, depois da energia elétrica e começou a funcionar em 2013.

As ruas são em terra, raiadas a partir da sede, que é a localidade de Queimada Grande. O acesso ao quilombo, como já mencionado, é em terra e cria atoleiros em épocas de chuvas.

8.14 Empreendimentos

No território do Quilombo de Queimada Grande não há empreendimentos instalados ou operando, tais como rodovias, barragens, linhas de transmissão e outros. Não temos conhecimento se há projetos planejados ou em etapas de licenciamento, remarcando que

cabe analisar a necessidade de estudos de impactos nos casos e nos termos previstos na Portaria Interministerial nº 60/2015.

8.15 Situação fundiária

As terras em que se encontra o Quilombo de Queimada Grande pertencem ao Estado do Piauí, na Data Poções. O levantamento da incidência de títulos particulares é efetuado pelo INTERPI. O processo de regularização fundiária foi formalizado pelo Incra-PI, em 2014 (54380.001386/2014-82; SEI/Interpi 0036041), a certificação da Fundação Cultural Palmares—FCP data de 2012 (01420.010384/2012-32) e a comunidade, como demonstrado neste Relatório Antropológico, precede em muito esses dois atos administrativos.

8.16 Futuro

No aspecto da regularização fundiária do território quilombola, esse é um anseio da comunidade de Queimada Grande.

O cotidiano marcado com os trabalhos com a terra e a criação de animais traz os tempos em ciclos, de forma que uma acepção de um futuro descolado no tempo do presente é estranha ao desenrolar dos ciclos das atividades. O futuro, portanto, conforme se depreendeu da observação direta em campo, está no melhor fazer as coisas em curso, para o que é necessário apoio à comunidade como, por exemplo, a questão das escolas fechadas, a inexistência de um posto de saúde, a generalização do abastecimento de água encanada alcançando as residências (água encanada dentro de casa) e na estrada de acesso.

8.17 População

As famílias remanescentes das comunidades dos quilombos do Quilombo de Queimada Grande são em número aproximado de setenta (2020). A proporção entre homens e mulheres é equilibrada, não há fortes discrepâncias. Há um considerável número de casais de idosos e de crianças em idade escolar. As pessoas entre 50 e 70 anos são bastante ativas e são muitas, próximas, portanto, de aumentarem a fatia de idosos que necessitarão de apoio, de cuidados e que não estarão mais ativos quando o trabalho se refere aos roçados.

Em algumas famílias, a saída do território para cidades como São Paulo tem atraído os mais jovens, o que significa que essa migração em busca de trabalhos responde, também, às relações interpessoais, contatos e apoio nos locais de destino. Outro fator que corrobora com o interesse em migrar é a falta de maiores possibilidades de trabalhos de forma diversificada no território ou no apoio por políticas públicas às atividades produtivas já praticadas e que abrangessem maior número de famílias.

8.18 Autonomia

A comunidade apresenta forte coesão interna, toma as suas próprias decisões de forma autodeterminada. Há a centralidade na organização em torno da Associação Quilombola de Queimada Grande.

8.19 Relação de pessoas cadastradas no Quilombo de Queimada Grande

O cadastro de pessoas membros da Comunidade Quilombola de Queimada Grande foi feito pela cadastradora Clarecinda Moura, do quadro do Instituto de Terras do Piauí—INTERPI e contou com 62 cadastros. O número de pessoas da comunidades é maior que este da listagem, pois há os filhos e outras pessoas que eventualmente não estavam no quilombo nos três dias de cadastramento.

CADASTRO DE PESSOAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE QUEIMADA GRANDE Isaías Coelho-PI, em fevereiro de 2020		
NOME DO INTERESSADO (pessoas cadastradas)	ESTADO CIVIL	INTERESSADO-CÔNJUGE
ABILIO NUNES DA SILVA	união estável	
ADELAIDE DA CONCEIÇÃO CARVALHO	união estável	GERVÁZIO LOPES DOS REIS
ANTONIO DE SOUSA AZEVEDO		
ANTONIO DA SILVA NUNES	solteiro	
CICERO NUNES DA SILVA	união estável	JUSTINIANA CONCEIÇÃO DA SILVA
DELZUITA MOREIRA DE SOUSA SILVA	casada	FRANCISCO JOSÉ DA SILVA
DOMICIANA FRANCELINA PEREIRA	viúva	
DURVALINA MILIANA DA CONCEIÇÃO	casada	JOSÉ VALÉRIO FILHO
FRANCILENE PEREIRA PRIMO CARVALHO	viúva	
FRANCINETE MARIA DАCONCEIÇÃO	solteiro	
FRANCISCA DA CONCEIÇÃO	solteiro	
HELENA DOS SANTO BORGES	viúva	
INACIA MILIANA DA CONCEIÇÃO	viúva	
ISAQUE PEREIRA DE CARVALHO	solteiro	
JOÃO DOMINGOS DA SILVA	solteiro	
JOSÉ CASSIANO NUNES DA SILVA	solteiro	
JOSÉ DOS SANTOS SILVA	união estável	ZILMA JOSEFA CARVALHO
JOSÉ FRANCISCO NARCISO DA COSTA	casado	ENEDINA GOMES DO NASCIMENTO
JOSÉ NUNES DA SILVA	solteiro	
JOSÉ NATIVE DA VERA LOPES	união estável	MARIA DO REMÉDIO DA CONCEIÇÃO
LIDIO JOSÉ DOS REIS LOPES	união estável	DOMINGA NAIR DE ARAÚJO

CADASTRO DE PESSOAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE QUEIMADA GRANDE Isaías Coelho-PI, em fevereiro de 2020		
NOME DO INTERESSADO (pessoas cadastradas)	ESTADO CIVIL	INTERESSADO-CÔNJUGE
JOSÉ PEREIRA DAMACENO	divorciado	
LIOMARA PEREIRA VERA	solteira	
LUCIANA RODRIGUES DE ARAÚJO	união estável	JOSÉ FILHO VIEIRA DE CARVALHO
LUISA DE ARAÚJO DAMASCENO	solteira	
LUIS JOSÉ VALÉRIO	solteiro	
LUIZ SABINO SANTOS	solteiro	
LUZIA CIRA DA SILVA	união estável	JOSÉ CLAUDIO DE AZEVEDO
MARIA DELMIRA DE SOUSA AZEVEDO	casado	MOISÉS SABINO DE AZEVEDO
MARIA DE LOURDES VERA	união estável	FRANCISCO AGNELO DE OLIVEIRA
MARIA GOMES DO NASCIMENTO	viúva	
MARIA ANA DA SILVA NUNES	união estável	JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO SOUSA
MARIA APARECIDA DA CONCEIÇÃO	solteira	
MARIA CIRA DA SILVA	casada	MARTINHO DOMINGOS DA SILVA
MARIA DA CONCEIÇÃO NUNES DE SOUSA	união estável	JOSÉ HORLANDO DE SOUSA
MARIA DO SOCORRO MOREIRA DE SOUSA	união estável	MANOEL ALVES
MARIA FRANCISCA LOPES	viúva	
MARIA LIDIA DA SILVA	viúva	
MANOEL NUNES DA SILVA	união estável	TEODÓZIA DA COSTA OLIVEIRA
OSMAR MENDES DE SOUSA	casado	CECILIA NUNES DE SOUSA
TERESA BORGES DA SILVA	solteira	
VALDETE DA CONCEIÇÃO	viúva	
VALDECY RAIMUNDA DOS SANTOS	união estável	JOÃO JOSÉ DA SILVA

8.20 Territorialidade

A formação da comunidade, conforme a narrativa e a memória coletiva da comunidade de Queimada Grande, é indicada na vinda de Antônio “Cocar”, de Palma, Cajueiro e Descoberto; de João Antunes Pequeno, que era do Ceará e de Félix Antunes Pequeno, que se casou na “Morada” e foi morar na Queimada Grande.

A região de onde veio Antônio “Cocar”, identificamos no atual Município de Patos do Piauí (PI), conforme a Figura 22 — Mapa com diversas localidades mencionadas neste Relatório Antropológico, na página 74. E foi dito que ele possuía irmão e que, provavelmente estavam com ele. Se tomarmos a direção do acesso às cabeceiras do rio Canindé pelo riacho de Mocambo, é o caminho feito por Antônio “Cocar” no sentido Ceará-Queimada Grande, lembrando que a divisa entre Ceará e Piauí é relativamente próxima. As razões dessa direção em fluxo de povoamento começa com a Mafrense (século XVII), alcançando as Cabeceiras

do rio Canindé pouco mais abaixo, partindo do Pernambuco, fronteiro com o Ceará, em épocas das Capitâneas.

Outros fluxos nessa direção são o dos fugidos das secas rigorosas no Ceará; outro fluxo, ainda, são os caminhos estabelecidos pelos boiadeiros e, ainda outro fluxo, não necessariamente linear e nessa direção provinda do Ceará, mas os fluxos das transferências de famílias de pessoas escravizadas promovidas pelas inspetorias das Fazendas Nacionais, como no exemplo da escrava Esperança Garcia, que foi transferida da Fazenda Algodões para outra por volta de 1720.

Até o momento, não temos algum fluxo comumente seguido para fugas, o que aliás, um percurso indefinido é inerente à fuga. Porém, tenho em mente algo como ao que se prestou o rio São Francisco: uma rota de fuga em que os jornais de Penedo (AL), na sua foz, anunciavam escravos fugidos até mesmo de fazenda no Rio de Janeiro (URSINI, 2001).

A larga distância entre as fazendas na região do rio Canindé, àquela época, poderiam ensejar que as áreas entremeadas passassem a ser ocupadas sem que achassem outros habitando ali e, por outro lado, habitar sem ser encontrado. É uma suposição preliminar que advém da fala do senhor Moisés, já expressa em outra parte deste Relatório Antropológico, que a localidade Queimada Grande foi devassada com a grande queima de árvores de angico — daí o nome do local — em lugar que “quase não morava gente”. Essa informação que desponta na memória em desequilíbrio a outros detalhes que não aparecem, senão informações gerais ou ausentes que a memória não trouxe, é significativa. Pois ela traz junto de si a informação da posse mansa e pacífica, que não se tomou nada de alguém e, o mais importante: que o lugar pertenceria, portanto, aos sujeitos da história narrada.

Voltando aos outros dois senhores indicados pela comunidade na formação desta, os senhores João Antunes Pequeno, que era do Ceará e o seu filho Félix Antunes Pequeno. Não tenho a informação de que João estivesse acompanhando Felix quando este se casou na “Morada” e seguiu para morar na Queimada Grande. Tampouco as razões da mudança, que pode ser algumas das possibilidades indicadas acima ou ainda outra razão, ou se ele foi ao encontro do pai na Queimada Grande.

“Morada” é Morada Nova. Há duas localidades com esta denominação mais próximas à Queimada Grande, sendo que há muitas outras mais distantes, como por exemplo, ao sul, abaixo do Município de Paulistana. Se forem as localidades mais próximas — e parece que não seria distante, pois na oralidade há a marca de distância geralmente acompanhada pela indicação de um rio, de estar para “os lados de” ou mesmo gestual do orador, o que não se passou no momento da entrevista. As duas localidades mais próximas chamadas Morada Nova se encontra no Município de Isaías Coelho, uma ao norte perto de Queimada do Meio e a outra a oeste, entre os quilombos de Riacho Fundo e de Caraíbas.

Temos, portanto, um cenário de fluxos — por diversas razões históricas e possibilidades, que a memória coletiva não alcança ou não detalha — e tais fluxos convergem para a Queimada Grande na forma como foi narrado, pontuados naqueles sujeitos apontados pela comunidade como alguns dos mais velhos e seus ascendentes.

A formação do território contou com aqueles que ali estavam, os Domingos e os Valérios. E se a memória não alcança e não é narrada espontaneamente a história da vinda

desses dois troncos familiares, dos seus “cabeças”, vamos chamar assim, assumimos eles que estavam no território da Queimada Grande, ao menos, antes daqueles outros três senhores.

A comunidade se inscreve no território com suas práticas diárias, nas rotinas dos trabalhos e se mantém reproduzida vivendo no mesmo local e casando seus filhos entre as famílias locais, preferencialmente. A percepção do seu território é a da área que ocupam de forma coletiva, em que cada família tem a sua roça, e cuida dos próprios animais que são seus. Novas famílias que se forma vão conformando as divisões internas. Outra observação com relação à espacialização, muitas das casas (as habitações permanentes) de uma mesma pessoa ou família se encontra em um local dentro do território e suas roças abertas em outra porção do território, não contígua à sua casa, em outros casos, há roças tanto contíguas quanto distantes.

Em 1982, o governo do Estado do Piauí, em tentativa de regularizar a ocupação das famílias no aspecto fundiário emitiu título, ainda provisórios, para as famílias, tanto que algumas delas apresentaram tais documentos ao Cadastramento de Famílias feito pelo Interpi na ocasião dos levantamentos em campo para este Relatório Antropológico (fevereiro de 2020). Tal fato demonstra que cada qual, dentro da comunidade, entende perfeitamente o que tem como seu e o que é da outra família. Mas a titulação individual perde o sentido de coletivo — que não carrega em si a soma ou a simples emenda de lotes individualizados, porque há as áreas que são coletivas efetivamente, e de uso comum e de todos e que podem se reconformar de acordo com as dinâmicas internas ao grupo. Ainda, acerca da titulação de 1982, são lotes individualizados que, uma vez titulados, são terras que podem voltar ao mercado, colocando a comunidade como alvo de pressões a possíveis interesses imobiliário de terceiros. De qualquer maneira, em 1988, a promulgação da Constituição Federal estabeleceu o direito ao território coletivo aos remanescentes das comunidades dos quilombos que, anteriormente, eram chamados por comunidades negras rurais ou nessa categoria imiscuídos.

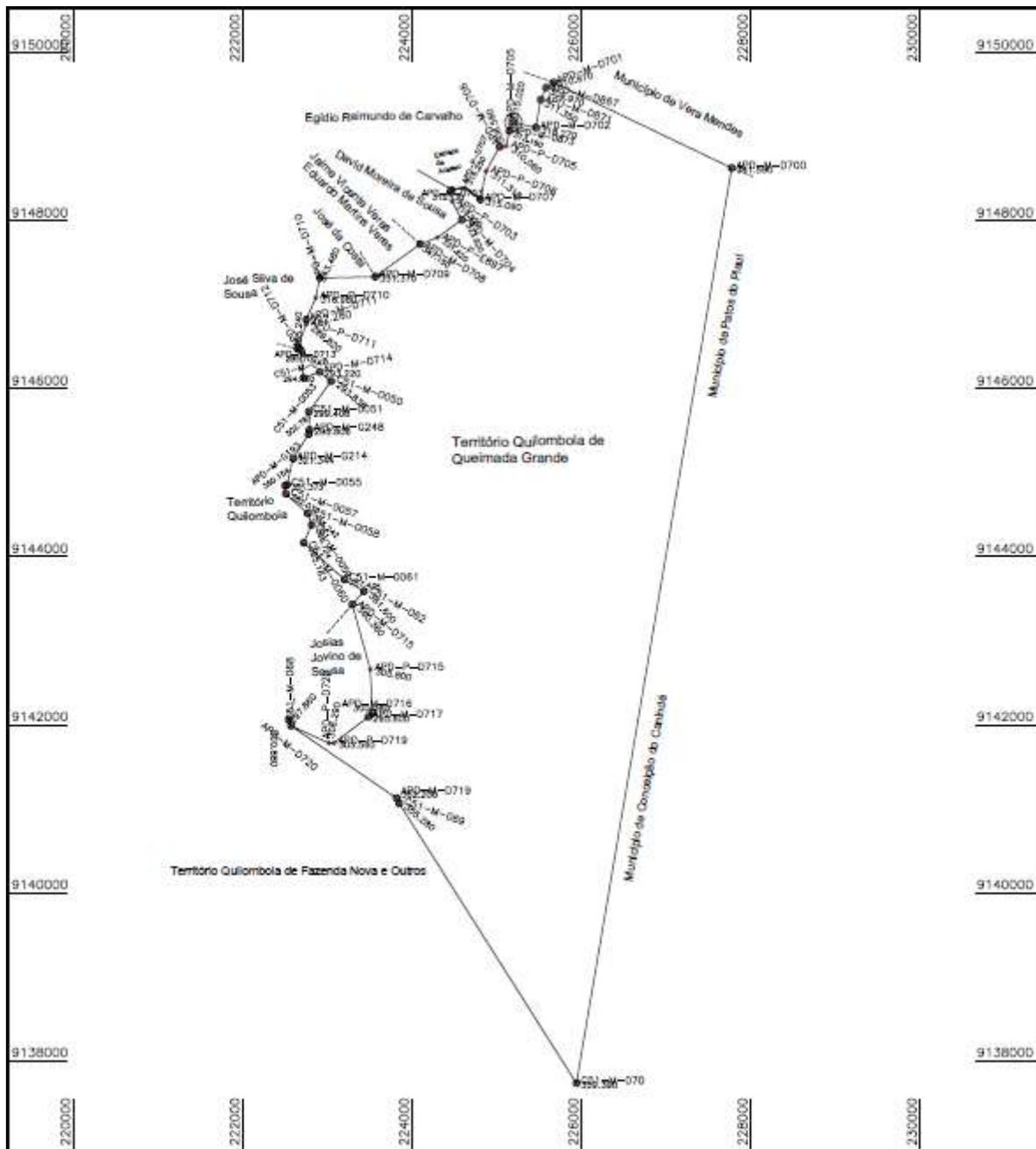
A organização espacial do Quilombo de Queimada Grande são as ruas de terra irregulares que se cruzam em caminhos que vão para as localidades dentro do quilombo e se comunicam para fora dela, como para o povoado de São Domingos, a o km de distância. As casas estão esparsas, nesses caminhos e suas roças são contíguas.

As famílias mais antigas no local apontadas pelo grupo são: a família dos Valérios, à qual pertence o presidente atual (fevereiro de 2020) da Associação Quilombola de Queimada Grande, o José Filho

9 Conclusão

Com base nos dados levantados, analisados e expostos, temos que o território tradicional identificado com a participação e indicações da comunidade é o que segue em mapa na página seguinte.

Mapa de Delimitação do território tradicional da Comunidade Quilombola de Queimada Grande:



Leslye Bombonato Ursini

Leslye Bombonato Ursini

Antropóloga Doutora

Teresina, 1º de junho de 2020

10 Obras Citadas

ABREA-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPOSTOS AO AMIANTO, s/d. *Chineses vão explorar 10 mil quilates de diamantes por mês no Sul do Piauí*, s.l.: s.n.

AGUIAR, R. B. d. & GOMES, J. R. d. C., 2004. *Projeto: Cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea; Estado do Piauí — Diagnóstico do Município de Simplício Mendes*. Fortaleza(CE): Ministério de Minas e Energia; CPRM—Serviço Geológico do Brasil; Programa Luz Para Todos.

ALMANAK LAEMMERT: ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL (RJ), 1927. *Estado do Piauí e Municípios*. s.l.:s.n.

ALMANAK LAEMMERT: ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL (RJ), 1929. *Estado do Piauí e Municípios*. s.l.:s.n.

ALMEIDA, A. W. B. d., 2006. *Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara*. Brasília: MMA-Ministério do Meio Ambiente.

Anon., 1855. *Carta corografica das provincias do Maranhão e Piauí e parte das do Pará, Goyáz, Bahia, Pernambuco e Ceará*. Rio de Janeiro(RJ): s.n.

ARAÚJO, J. S. d., 2014. A Participação de Escravos e Libertos do Piauí na Guerra do Paraguai — 1866-1870. Em: *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI.

ARQUIVO NACIONAL, 1828. *Carta Geographica de Piauí - Provincia do Imperio do Brasil*. Munich: s.n.

ARQUIVO NACIONAL, 1855. *Mappa Geografico da Capitania do Piauí e parte do Maranhão, e Pará*. s.l.:Arquivo Militar.

BARTH, F., [1969] 1998. *Ethnic Groups and Boundaries: the social organization of culture difference*. Illinois: Waveland Press.

CARVALHO, G. M. R. d., 2014. O Perfil dos trabalhadores escravizados de Teresina: uma análise do Censo de 1872. Em: *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI.

CASAL, M. A. d., 1817. *Corographia Brziliaca*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia.

CINTRA, J. P., 2013. Reconstruindo o Mapa das Capitânicas Hereditárias. *Anais do Museu Paulista*, jul-dez, Volume 21. n.2, pp. 11-45.

COSTA, F. A. P. d., 1974. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova.

COSTA, F. R. d., 2014. Escravidão e Liberdade: A Colônia Agrícola de São Pedro de Alcântara, a Lei do Ventre Livre e o Trabalho e Educação dos Libertos das Fazendas Nacionais do Piauí. Em: *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI.

CUNHA, E. d., [1902]. *Os sertões*. Rio de Janeiro(RJ): Departamento Nacional do Livro Fundação Biblioteca Nacional Ministério da Cultura.

D'ALENCASTRE, J. M. P., [1855] 1973. Memória Chronologica, historica e corographica da Pronincia do Piauhy. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Volume Tomo XX.

DE PAULA, L. R., 2007. *Travessias: um estudo sobre a dinâmica sócio-espacial xavante*. São Paulo: Tese/USP.

DNOCS—DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA, s/d. *Perímetro Irrigado Fidalgo*. [Online]
Available at: https://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/pi/fidalgo.htm
[Acesso em 2020].

FUNDAC – Fundação Cultural do Piauí, s.d. *Campinas do Piauí – Fábrica de Manteiga e Queijo*. [Online]
Available at: <http://www.ipatrimonio.org/campinas-do-piaui-fabrica-de-manteiga-e-queijo/#!/map=38329&loc=-7.660278999999999,-41.880885999999999,17>
[Acesso em 08 maio 2020].

INTERPI - INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ, 2005. *Interpi arrecada terras devolutas no Estado*, Teresina: s.n.

IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008. *DOSSIÊ DE TOMBAMENTO - A ocupação do Piauí durante os Séculos XVIII e XIX. Estabelecimentos das Fazendas Nacionais do Piauí*. s.l.:IPHAN.

LIMA, J. R. d. & MAGALHÃES, A. R., 2018. Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. *Parcerias Estratégicas*, jan-jun, Volume 23; n. 46, pp. 191-212.

LIMA, M. G. d., SALVIANO, A. A. C., SANTANA, F. F. & FEITOSA, S. M. R., 2017. Secas de 2010 a 2016 no Piauí: impactos e respostas do Estado em articulação com os programas nacionais. *Parcerias Estratégicas*, jan-jun, Volume 22; n. 44, pp. 155-180.

MENSAGEM DO GOVERNADOR DO PIAUÍ, 1918.

MENSAGEM DO GOVERNADOR DO PIAUÍ, 1927.

MENSAGEM DO GOVERNADOR DO PIAUÍ, 1928.

MENSAGEM DO GOVERNADOR DO PIAUÍ, 1929.

MOTT, L. R. B., 1975. *Fazendas de Gado do Piauí*. Aracaju, UFSE, pp. 343-369.

MOURA FÉ, C. C. & NASCIMENTO, F. A. d., 2019. Paredes da memória: a Fábrica de Laticínios Puro Leite em Campinas do Piauí, em busca da construção da sua memória (1897-1945). *ANPUH-Brasil: 30º Simpósio Nacional de História*.

OLIVEIRA, A. S. d. N. & ASSIS, N. P. D. d., 2009. Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial – Século XVIII. *XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-ANPUH*.

OLIVEIRA, J. P., 1999. Apresentação. Em: *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural nno nordeste indígena*. Rio de Janeiro(RJ): Contra Capa Livraria.

- OLIVEIRA, R. C. d., 1976. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira.
- PINHEIRO, W. F., 2007. *De Tamboril a Isaías Coelho: a educação dos mestres escola ao grupo escolar (1935 a 1970)*. Teresina: Dissertação/UFPI.
- PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA—PPIGRE, 2006. *Incra recebe reivindicações das comunidades quilombolas do Piauí*. Brasília(DF): Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA.
- QUEIROZ, M. I. P. d., 1991. *Variações sobre a técnica de gracador no registro da informação viva*. s.l.:T.A> Queiroz.
- RIBEIRO, M. A. et al., 2014. Retalhos históricos e detalhes arquitetônicos da Fazenda Água Verde. *Cadernos do LEPAARQ*, Volume XI; n. 21 .
- ROCHA, A. K. C. d., 2012. *A Festa do Vaqueiro na Cidade de Isaías Coelho (1973-2007)*. Picos(PI): Monografia/UFPI.
- ROCHA, E. C. & ALENCAR, P. G., 2008. *Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Negra Remanescente de Quilombo Sabonete*. Teresina: INCRA/SR-24 (PI).
- ROCHA, E. C. & ALENCAR, P. G. d., 2007. *Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Negra Remanescente do Quilombo da Fazenda Nova*. Teresina: INCRA/SR-24 (PI).
- SANTOS, C. A. B. P. d., 2006. *Quilombo Tapuio (PI): terra de memória e identidade*. Brasília: Dissertação/UnB.
- SEMAR- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO PIAUÍ, 2010. *Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Piauí - Relatório Síntese*. Teresina: Governo do Estado do Piauí.
- SILVA, M. C. d., 2014. Negros na Capitania de São José do Piauí: 1720-1800. Em: *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI.
- SILVA, M. C. d., 2016. *Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800*. Recife: Tese/UFPE.
- SUS—SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, 2018. *Rede Humanizada SUS - Projeto de Pesquisa: “O Piauí tem índio sim”*, s.l.: s.n.
- URSINI, L. B., 2001. Pretos são os outros. Representações escravas em Alagoas. *Revista Grifos - Dossiê Comunicação e Mídia*.
- URSINI, L. B., 2008. *Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Quilombo de Alto Alegre e Base (RTID) - Ceará*. Brasília(DF): INCRA-Sede.
- URSINI, L. B., 2019. *Sobreposições e suas implicações: a complexidade fundiária em Paraty (Estado do Rio de Janeiro, Brasil)*. Campinas(SP): UNICAMP/Tese- Antropologia.
-

11 ANEXO 1 — Consulta Prévia em 17/02/2020

ATA 1 – Consulta Prévia Quilombo de Queimada Grande, 17/02/2020 – 19:35/21:30 (fl. 1/3)

- INTERPI -
ATA - reunião de Consulta
Prévia - Quilombo Queimada Grande (1)
Data - 17-02-2020

Às 19:35, o presidente da Associação Autônoma da Comunidade de Queimada Grande, no Município de Baixo Açu, abriu a reunião de Consulta. Dezoito, em conjunto com representantes; duas orações (para as mães e trabalhos). Doralina dos Santos recorda a reunião entre ela e representantes da comunidade e informe que esta reunião é continuidade de anterior.

Chama a atenção Doralina, que a expressão "regularização fundiária" não significa que se vai retirar a terra de um lado para outro, dentro de própria comunidade; e que esse não é a intenção das equipes que aqui estão - remete-se a que a reunião de Consulta Prévia foi feita em conjunto com a equipe de SCHAR (CASA) responsável pelo CAP de comunidade. M.N.S.

Doralina, em sua fala, enfatize ZJC a identidade Quilombo, a importância do quilombo, a importância da construção de um espaço, mas

ATA2 — Consulta Prévia Quilombo de Queimada Grande, 17/02/2020 — 19:35/21:30 (fl.2/3)

ATA - Queimada Grande - 17/02/2020
 Tópicos da Certificação de Funções
 Cultural Palmares. É que a titulação
 individual diminui a identidade
 e os direitos (o aeno a eles) quilombolas.
 Consulta - não acho que a equipe
 pode fazer o Trabalho de uma vez ou
 não. A comunidade consentiu a
 redação dos trabalhos e a
 presença de ~~comuni~~ equipe de estudo
 do do interpi. Eu Jelye B. Unini,
 anotei e redigi este ata.

Questões colocadas pelos presentes:

- preocupação com os títulos (definitivos?)
 que muitos contaram possuir →
 a equipe do INTERPI pediu para
 trazerem amanhã para análise pré-
 minar (cópias não tiradas) (pda)
- Martinho questionou a data, se
 deu isso no período; respondeu-se
 que não; e esteve preocupado em a
 sucessão dos livros de sua parte →
 responderem que esse é um anexo

M.N.S
 ZDC
 Maria

ATA 3-- Consulta Prévia Quilombo de Queimada Grande, 17/02/2020 – 19:35/21:30 (fl.3/3)

familiar (Antônio) A. Q. 2020 (3)
 e que ele reside;
 - Genário Maria de Souza contou que
 mudou a terra (parte) e a casa para
 o irmão, quer entrar como herdeiro
 com a regularização do território
 quilombola → responderem que
 a titulação não interfere em arran-
 jor entre a comunidade.

3770
~~JOSE~~
 Silva

mas
~~Silva~~

ZTC
 LdSB
 M.N.S




 M.N.

ATA 4 — Lista de Presença – Consulta Prévia – Quilombo de Queimada Grande 17/02/2020, 19:35/21:30 (fl. 1/6)

INTERPI —
 Exemplo sobre metodologia de Regularização Fundiária
ATA de CONSULTA PRÉVIA

Comunidade: Queimada Grande local: América Velha
 Município: Trairão Balhe das 19:35 às 21:30

	NOME	COMUNIDADE	NÚCLEO NA COMUNIDADE	RG, CPF, NIS	TELEFONE	ASSINATURA
1	¹ Terina					
2	² [assinatura]				994386644	
3	³ [assinatura]					
4	⁴ Dora				9941562323	
5	⁵ [assinatura]					
6	⁶ Maria Aparecida					
7	⁷ Francisco Bruno Pinheiro					
	⁸ Abílio Nunez de Silva					

ATA de CONSULTA PRÉVIA - 17/02/2020

ATA 5 — Lista de Presença — Consulta Prévia — Quilombo de Queimada Grande 17/02/2020, 19:35/21:30 (fl. 2/6)

— INTERPI —

ATA de CONSULTA PRÉVIA

Comunidade: Queimada Grande local: Quilombo de Queimada Grande

Município: Lucas Leite das 19:35 às 21:30

	NOME	COMUNIDADE	NUCLEO NA COMUNIDADE	RG, CPF, IIS	TELEFONE	ASSINATURA
8	Juiana Rodrigues	derraujo		994 268/82		
9	Zilma					
10	maria das caro					
11	Luizeni das santas	Barbara				
12	Jair Estevão	algos				
13	Jose	Paisa	de marcano			
14	Jose Filho	vieira	de casvalho			

ATA 6 — Lista de Presença – Consulta Prévia – Quilombo de Queimada Grande 17/02/2020, 19:35/21:30 (fl. 3/6)

- INTERPI -

ATA de CONSULTA PRÉVIA					
Comunidade: <u>Queimada Grande</u>			local: <u>América Quilombo de</u>		
Município: <u>Insuares</u>		das <u>19:35</u>		às <u>21:30</u>	
NOME	COMUNIDADE	NUCLEO NA COMUNIDADE	RG, CPF, NIS	TELEFONE	ASSINATURA
15					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					

ATA 7 — Lista de Presença – Consulta Prévia – Quilombo de Queimada Grande 17/02/2020, 19:35/21:30 (fl. 4/6)

ATA de CONSULTA PRÉVIA					
Comunidade: <u>Queimada Grande</u>			local: <u>América Quilombo de</u>		
Município: <u>Insuares</u>		das <u>19:35</u>		às <u>21:30</u>	
NOME	COMUNIDADE	NUCLEO NA COMUNIDADE	RG, CPF, NIS	TELEFONE	ASSINATURA
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					

ATA 8 — Lista de Presença — Consulta Prévia — Quilombo de Queimada Grande 17/02/2020, 19:35/21:30 (fl. 5/6)

— INTERPI —

ATA de CONSULTA PRÉVIA

Comunidade: Queimada Grande Local: _____

Município: Amatás das 19:35 às 21:30

	NOME	COMUNIDADE	NÚCLEO NA COMUNIDADE	RG, CPF, NIS	TELEFONE	ASSINATURA
29	_____					
	_____				994646703	
30	_____					

31	_____					

32	_____					

33	_____					

34	_____					

35	_____					

S:\INTERPI\ACTA DE CONSULTA PRÉVIA\ata - 14/02/2020

ATA 9— Lista de Presença – Consulta Prévia – Quilombo de Queimada Grande 17/02/2020, 19:35/21:30 (fl. 6/6)

-- INTERPI --

ATA de CONSULTA PRÉVIA

Comunidade: Queimada Grande local: _____

Município: Imperatriz das 19:35 às 21:30

NOME	COMUNIDADE	NUCLEO NA COMUNIDADE	RG, CPF, NIS	TELEFONE	ASSINATURA
30 <u>Quilombo de Queimada Grande</u>	<u>(Interpi) cadastradora</u>				
23					
24					
25					
26					
27					
28					

12 ANEXO 2 — Reunião de Encerramento em 17/02/2020

ATA 10 — Reunião de Encerramento em 20/02/2020 e assinaturas (fl. 1/2)

Ata de Reunião de Encerramento dos levantamentos para a Regularização Fundiária do Quilombo de Geremede Grande, Freg. Castro, PI

20/02/2020

13

Conforme combinado na primeira reunião de consulta, em 17/02/2020, esta reunião de encerramento está no ponto.

Foi retomado o assunto de título em relação explicando que o estado tem título duas vezes simultâneas, portanto, os títulos defina-se que as famílias possam ter mais de um.

Foi apresentada a informação sobre o andamento e execução dos três parcelamentos (levantamento de polígono, cadastramento e lotação antropométrica) que já estavam anteriormente aqui e foi apresentado um breve croqui com o território, informado que serão feitos os mapas definitivos em duas etapas com participações com proprietários.

Os presentes entenderam que o território foi apresentado no croqui feito anteriormente e o aprovaram, se esperam que as áreas — no caso de ocorrerem — sejam mesmo parcelas.

Clara Belmar e Sousa Azevedo
Dominga Vau de Azevedo

GRAFSET

